

**UNIVERSIDADE FEEVALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO SOCIAL**

MAURÍCIO LUIZ SCHAMANN KLASER

**MBL: MOVIMENTO SOCIAL EM REDE, POPULISMO DE DIREITA E FORMAS
SIMBÓLICAS IDEOLÓGICAS NO *FACEBOOK* EM 2017**

Novo Hamburgo

2019

MAURÍCIO LUIZ SCHAMANN KLASER

**MBL: MOVIMENTO SOCIAL EM REDE, POPULISMO DE DIREITA E FORMAS
SIMBÓLICAS IDEOLÓGICAS NO *FACEBOOK* EM 2017**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do Grau de Mestre em Diversidade
Cultural e Inclusão Social pela Universidade
Feevale.

Orientador: Prof. Dr. Everton Rodrigo Santos

Novo Hamburgo
2019

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Klaser, Maurício Luiz Schamann.

MBL : movimento social em rede, populismo de direita e formas simbólicas ideológicas no Facebook em 2017 / Maurício Luiz Schamann Klaser. – 2019.

146 f. ; il. color. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2019.

Inclui bibliografia.

“Orientador: Prof. Dr. Everton Rodrigo Santos”.

1. Política brasileira.
 2. Sociedade em rede.
 3. Populismo de direita.
 4. Crítica da ideologia.
 5. Movimento Brasil Livre.
- I. Título.

CDU 32(81)

Bibliotecária responsável: Janice Moser Corrêa – CRB 10/2315

MAURÍCIO LUIZ SCHAMANN KLASER

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, com o título **MBL: MOVIMENTO SOCIAL EM REDE, POPULISMO DE DIREITA E FORMAS SIMBÓLICAS IDEOLÓGICAS NO *FACEBOOK* EM 2017**, submetido à Universidade Feevale como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

Aprovado por:

Prof. Dr. Everton Rodrigo Santos
(Orientador - Universidade Feevale)

Prof. Dr. Rodrigo Perla Martins
(Banca examinadora - Universidade Feevale)

Prof. Dr. Douglas Marques
(Banca examinadora - Centro Universitário Metodista IPA)

Novo Hamburgo, fevereiro de 2019.

AGRADECIMENTOS

A execução desta pesquisa não seria possível sem o companheirismo e amor de Nahara Eckhard. Foi o porto seguro em momentos de indecisão e insegurança que todo trabalho acadêmico produz. Agradeço ao meu filho Bruno que nasceu praticamente junto a entrega deste trabalho – e que ao ser muito tranquilo permitiu que a pesquisa fosse concluída com sucesso. Sou grato também ao meu orientador Everton Rodrigo Santos que mostrou-se como guia para essa jornada - que tomou um caminho totalmente diferente de como se iniciou. Não posso esquecer também dos amigos Gustavo Gonçalves, Matheus Toledo, Henrique Santos e Frederico Zgur que participaram de infindáveis debates acerca da ascensão do populismo em nosso tempo. Sem as contribuições deles, o produto final deste trabalho não seria possível. Esse trabalho também é fruto da criação que minha mãe Cláudia e meus avós Brenno e Lia me deram ao longo da vida. Se esse trabalho hoje está voltado em compreender o desafio da inclusão social no Brasil, é resultado da criação que me foi dada por eles. Agradeço também a todos aqueles que anonimamente lutam dia após dia por um Brasil mais justo e inclusivo. Apesar dos retrocessos, venceremos!

RESUMO

Este estudo busca analisar as formas simbólicas ideológicas do MBL (Movimento Brasil Livre) ao longo de 2017 no Facebook. O recorte temporal visa compreender a mudança do discurso do movimento após a concretização do *Impeachment* do governo Dilma Rousseff em 2016, que teve no MBL um de seus principais autores. A partir disso, o estudo busca entender como a mudança de posicionamento do movimento em direção a um Populismo de Direita repercute na exclusão de minorias no cenário político brasileiro. Para abordar essa questão, o estudo utiliza-se da *Crítica da Ideologia* elaborada por John Thompson para analisar como as formas simbólicas do MBL mantém relações de poder assimétricas no Brasil. Ainda, não é possível dissociar a atuação do movimento no Facebook com a dimensão do poder da comunicação na Sociedade em Rede. O estudo se propõe a compreender como o MBL, mesmo após a saída do Partido dos Trabalhadores do Governo Federal, constitui a esquerda como um inimigo forte a ser combatido pelo movimento. Para isso, o MBL lança mão de conceitos próprios como Ideologia de Gênero e Professores Doutrinadores, bem como assenta projetos como o Escola Sem Partido.

Palavras-chave: Política brasileira. Sociedade em Rede. Populismo de Direita. Crítica da Ideologia. Movimento Brasil Livre.

ABSTRACT

This study seeks to analyze the ideological symbolic forms of MBL (Movimento Brasil Livre) throughout 2017 on Facebook. The temporal cut aims to understand the change in the discourse of the movement after the implementation of Impeachment of the Dilma Rousseff's government in 2016, which had in MBL one of its main authors. From this, the study seeks to understand how the change of position of the movement towards a Right Populism repercussions on the exclusion of minorities in the Brazilian political scene. To address this issue, the study uses the Critique of Ideology developed by John Thompson to analyze how the symbolic forms of MBL maintains asymmetric power relations in Brazil. Still, it is not possible to dissociate the action of the movement on Facebook with the dimension of the power of communication in the Network Society. The study aims to understand how the MBL, even after leaving the Federal Government by Workers' Party, constitutes the left as a strong enemy to be fought by the movement. To this end, MBL uses its own concepts such as Gender Ideology and Doctrinal Teachers, as well as setting up projects such as the Escola Sem Partido.

Keywords: Brazilian Politics. Right Populism. Network Society. Ideology Critique. Movimento Brasil Livre.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quando o emprego é escasso, homens devem ter mais direito ao trabalho do que mulheres	67
Gráfico 2 - Na política, é maior a chance de homens serem melhores líderes políticos do que mulheres	67
Gráfico 3 - Nos negócios, é maior a chance de homens serem melhores executivos do que mulheres	68
Gráfico 4 - Democracia: Mulheres têm os mesmos direitos dos homens.....	68
Gráfico 5 - Se a mulher ganha um salário melhor que seu marido, é quase certo que causará problemas	69
Gráfico 6 - Ser uma dona de casa realiza uma mulher tanto quanto um trabalho remunerado	69
Gráfico 7 - Qualidades importantes nos filhos: Tolerância e respeito por outras pessoas	70
Gráfico 8 - Qualidades importantes nos filhos: auto-expressão	70
Gráfico 9 - Não gostaria de ter como vizinho: pessoas de uma raça diferente.....	71
Gráfico 10 - Não gostaria de ter como vizinho: imigrantes e trabalhadores estrangeiros.....	71
Gráfico 11 - Não gostaria de ter como vizinho: homossexuais.....	72
Gráfico 12 - Quando os trabalhos estão escassos, empregadores devem priorizar a contratação de pessoas do país ao invés de imigrantes	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - MBL apresenta vídeo de médica em um seminário.....	78
Figura 2 - Kim Kataguirí opina sobre Ideologia de Gênero	79
Figura 3 - MBL reproduz vídeo do filósofo Luiz Felipe Pondé.....	80
Figura 4 - MBL reproduz vídeo do Programa do Ratinho (SBT)	81
Figura 5 - Operação ideológica que cria invisibilidade de LGBTs	81
Figura 6 - Operação da ideologia para mobilizar heterossexuais contra LGBTs.....	82
Figura 7 - Operação da ideologia para deslegitimar as questões de gênero na esfera democrática.....	83
Figura 8 - Operações ideológicas em conteúdos sobre Ideologia de Gênero.....	84
Figura 9 - Publicação de vídeo do MBL sobre exposições de arte	86
Figura 10 - Vídeo de opinião do membro do MBL Arthur do Mamãefalei sobre exposições de arte	87
Figura 11 - Operação da ideologia em conteúdos sobre a exposição Queermuseu.....	88
Figura 12 - Reprodução de vídeo do Deputado Estadual gaúcho Marcel van Hattem sobre exposições de arte.....	89
Figura 13 - Operação da ideologia que distorcem a relação de crianças com a arte	90
Figura 14 - Vídeo de membro do MBL participando de debate sobre exposições de arte.....	91
Figura 15 - Operações da ideologia em conteúdos sobre a exposição Queermuseu	92
Figura 16 - Operação da ideologia para inverter as relações de poder.....	92
Figura 17 - Compartilhamento de notícia realizado pelo MBL sobre declaração da Fernanda Montenegro.....	93
Figura 18 - Compartilhamento de notícia realizado pelo MBL sobre participação de Chico Buarque e Caetano Veloso em movimento contra censura	95
Figura 19 - Compartilhamento de notícia realizado pelo MBL sobre declarações de artistas .	95
Figura 20 - MBL repercutiu entrevista do então Ministro da Cultura Roberto Freire sobre a Lei Rouanet	96
Figura 21 - O membro do MBL Kim Kataguirí opina sobre a Lei Rouanet	97
Figura 22 - Operação da ideologia em conteúdos com artistas	99
Figura 23 - MBL criticou opinião de Taís Araújo a partir da linguagem corporal da atriz	99
Figura 24 - Argumento do ator Morgan Freeman em vídeo é utilizado para embasar posição do MBL sobre racismo	100

Figura 25 - O membro do MBL Kim Kataguiiri discute as diferenças salariais entre homens e mulheres	101
Figura 26 - A opinião do político Roberto Motta sobre a desigualdade é repercutida pelo MBL	102
Figura 27 - MBL reproduziu opinião do humorista Hélio de la Peña sobre o cotas	104
Figura 28 - Operação da Ideologia em conteúdos sobre cotas	104
Figura 29 - MBL faz uso do "humor" para repercutir notícia sobre restaurantes africanos ...	106
Figura 30 - MBL compartilhou notícia sobre suposta censura realizada pela plataforma Twitter	106
Figura 31 - Kim Kataguiiri do MBL opina em vídeo sobre o "vitimismo" das minorias e da esquerda.....	107
Figura 32 - MBL compartilhou notícia sobre posição da ONU acerca das religiões.....	108
Figura 33 - Vereador de São Paulo e membro do MBL Fernando Holiday comenta lei criada na gestão Haddad na prefeitura paulistana	109
Figura 34 - Operações ideológicas sobre políticas públicas de inclusão.....	110
Figura 35 - MBL repercutiu notícia sobre doação realizada por Igreja Evangélica para um Terreiro de Candomblé.....	111
Figura 36 - Manifestação do Escola Sem Partido organizada pelo MBL em Salvador	113
Figura 37 - Reprodução de vídeo de estudante realizada pelo MBL	114
Figura 38 - MBL reproduziu notícia sobre suposto "golpe" contra o Escola Sem Partido	115
Figura 39 - Em publicação, o MBL sinalizou que o MEC estaria impondo a Ideologia de Gênero	116
Figura 40 - MBL compartilhou conteúdo do MBL Santa Catarina sobre suposta doutrinação realizada por professores	117
Figura 41 - MBL reproduziu notícia sobre aniversário de tragédia nos EUA.....	123
Figura 42 - MBL reproduziu notícia sobre o regime venezuelano.....	124
Figura 43 - Em vídeo, o MBL mostra prisão de Deputado Estadual petista no Rio Grande do Sul.....	124
Figura 44 - Vídeo de evento do Partido dos Trabalhadores é reproduzido pelo MBL	125
Figura 45 - MBL publicou vídeo sobre confusão durante marcha do Escola Sem Partido em Curitiba.....	126
Figura 46 - Vídeo da TV Manchete de 1993 é republicado pelo MBL.....	127
Figura 47 - A confusão durante marcha do Escola Sem Partido foi tema de outra publicação do movimento.....	128

Figura 48 - Em vídeo, MBL classifica disputa judicial por trabalho escravo de Batalha de Guararapes.....	129
Figura 49 - MBL reproduziu vídeo de discussão entre o MST e o MBL de Londrina	130
Figura 50 - Vídeo humorístico é utilizado pelo MBL para desqualificar o tratamento que a esquerda dá à Segurança Pública.....	131
Figura 51 - As posições do Partido dos Trabalhadores sobre a violência urbana e a desigualdade são abordadas em conteúdo de humor.....	132
Figura 52 - MBL compartilhou notícia sobre Lula supostamente querer censurar a imprensa	133
Figura 53 - MBL repercutiu declaração do humorista Gregório Duvalier.....	135
Figura 54 - Conteúdo para arrecadação de fundos do MBL.....	136
Figura 55 - Constituição da força da Esquerda pelo MBL.....	138

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AfD	Alternative für Deutschland (Alternativa para a Alemanha)
BBC	British Broadcasting Corporation
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas
EPL	Estudantes Pela Liberdade
ESG	Escola Superior de Guerra
HP	Hermenêutica de Profundidade
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTs	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais
MBL	Movimento Brasil Livre
MOM	Monitor da Propriedade de Mídia
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PEGIDA	Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes (Europeus Patriotas contra a Islamização do Ocidente)
PISA	Programme for International Student Assessment (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes)
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
WVS	World Values Survey (Pesquisa Mundial de Valores)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 PARA UMA CONCEPÇÃO CRÍTICA DA IDEOLOGIA	20
1.1 IDEOLOGIA EM DE TRACY E OS IDEÓLOGOS	20
1.2 IDEOLOGIA EM MARX	22
1.3 CONCEPÇÃO CRÍTICA DA IDEOLOGIA	24
1.4 FORMAS SIMBÓLICAS	26
1.5 MODOS GERAIS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA.....	27
2 COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE EM REDE	31
2.1 SOCIEDADE EM REDE	31
2.2 PODER DA COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE	32
2.3 ATORES E AGENDAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	36
3 ANTAGONISMO, IDENTIDADE E POPULISMO.....	38
3.1 ANTAGONISMO E DEMOCRACIA	39
3.2 NOVO POPULISMO DE DIREITA.....	44
4 METODOLOGIA.....	47
4.1 HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE	47
5 ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA	48
5.1 SITUAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAIS.....	49
5.1.1 MBL: surgimento e trajetórias.....	49
5.1.2 Contexto político brasileiro	53
5.2 CAMPO DE INTERAÇÃO.....	60
5.2.1 As estratégias comunicacionais da nova direita populista.....	60
5.3 INSTITUIÇÕES SOCIAIS	62
5.3.1 Plataformas de mídias sociais.....	62
5.3.2 As instituições sociais do Facebook.....	63
5.4 ESTRUTURA SOCIAL	65
5.4.1 Modernização e pós-modernização.....	65
5.4.2 Pesquisa Mundial de Valores no Brasil	66
6 ANÁLISE FORMAL E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	74
6.1 ANÁLISE FORMAL	74
6.2 INTERPRETAÇÃO DAS FORMAS SIMBÓLICAS.....	75
6.3 FORMAS SIMBÓLICAS IDEOLÓGICAS DO MBL	76
6.3.1 Anticomunismo	118

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....140

REFERÊNCIAS 144

INTRODUÇÃO

A segunda década do século XXI é marcada por uma profusão de movimentos sociais que desafiam a democracia liberal, seja buscando seu aprimoramento, seja enfrentando-a. Do *Occupy Wall Street* nos EUA, passando pela Primavera Árabe e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, a semelhança está na forma de organização de tais movimentos. Essa semelhança manifesta-se pelo uso das redes sociais e outras tecnologias de comunicação móveis para sua organização. Essas tecnologias são a base da Sociedade em Rede (CASTELLS, 2017).

A abordagem de Castells (1999; 2012; 2017) na maior parte encara de forma apologética esses movimentos. Porém, agora, a realidade é a adaptação de movimentos autoritários e Populistas de Direita a essas estratégias de comunicação e organização, como demonstra o surgimento da *alt-right* americana (NEIWERT, 2017; NAGLE, 2017), os partidos populistas e nacionalistas de direita PEGIDA e AfD na Alemanha (STIER et al., 2017) e o caso a qual esse estudo se dirige: a guinada cultural do MBL (Movimento Brasil Livre) no Brasil. Dessa forma, a rede que antes aparecia como uma possibilidade de ampliação e qualificação da esfera política democrática, agora transforma-se na sua contraparte: um obstáculo.

Assim, ao contrário do que se esperava com a queda do muro de Berlim e a extinção dos grandes Estados socialistas, o mundo assiste a volta à cena de uma nova polarização política. Se a queda do muro apontava para o fim da dicotomia esquerda e direita e o prevalecimento de uma *subpolítica* (BECK, 1997) – em que os cidadãos não se identificariam mais a partir de identidades coletivas -, o que surge são, na verdade, novas formas de identificação coletiva (MOUFFE, 2015; LACLAU, 2009).

É nesse cenário que o presente estudo insere-se. A preocupação está em discutir essa contraparte dos movimentos sociais em rede e a produção de novas identidades coletivas a partir do Populismo de Direita (MOUFFE, 2015; HARDT; NEGRI, 2017). Para isso, um dos objetivos deste estudo será compreender o MBL como um movimento Populista de Direita em rede.

Como aponta Malini (EL PAÍS, 2017), o grupo que antes buscava a convergência de demandas pelo discurso contra a corrupção até 2016, em 2017, apresentou uma mudança de

rumos, partindo para o combate em outros campos como as questões de gênero¹ e educação². Dessa forma, o MBL posiciona-se como desafiante ao processo democrático por se portar de forma excludente. Como aponta Mouffe (2015), o desafio posto as democracias hoje é de se pensar na produção de uma democracia liberal pluralista que não produza a dicotomia amigo/inimigo, já que essa implica na exclusão de entes do jogo político, como o caso que este trabalho visa analisar.

O MBL que surge como expoente da mobilização via internet para manifestações de rua em 2016 contra o governo de Dilma Rousseff passa a diminuir sua presença nas ruas ao longo de 2017. Porém, essa sua “saída” das ruas não deve ser entendida como um enfraquecimento do movimento. A continuidade da força do MBL mostra-se no seu resultado eleitoral em 2018. O MBL contabiliza a eleição de quatro deputados e dois senadores no pleito³. Assim, a sua ausência significativa *nas ruas* não é acompanhada de sua desarticulação e/ou presença na sociedade.

A partir disso é possível refletir sobre papel da comunicação, especialmente no *Facebook*, do MBL como campo de mobilização de suas bases além das ruas. Como sugere Castells (2017), a comunicação *sempre* esteve relacionada com o poder, no entanto, com o avanço das tecnologias de informação e a ascensão das redes sociais, esse poder passou a ser compartilhado, podendo os sujeitos e movimentos sociais também utilizar a comunicação como seu modo de exercer poder. Não obstante, a comunicação é parte da formação da realidade social (MOUFFE, 2015; CASTELLS, 2017; THOMPSON, 1995). Nesse cenário, é possível pensar a reprodução de conteúdo do MBL em plataformas, dentre elas o *Facebook*, como constituintes da realidade social brasileira.

Sendo assim, para compreender a atuação do MBL para impedir a criação de um ambiente democrático no Brasil, esta pesquisa utilizar-se do conceito de *Crítica da Ideologia* (THOMPSON, 1995) para analisar como o movimento reproduz formas simbólicas ideológicas para sustentar relações assimétricas de dominação na realidade social brasileira. Dessa forma, ao analisar o MBL pelo prisma da Crítica da Ideologia, pode-se compreender as estratégias de comunicação empregadas pelo grupo para produzir formas simbólicas

¹ Justiça nega por liminar reabertura da exposição Queermuseu no Santander Cultural. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/justica-nega-por-liminar-reabertura-da-exposicao-queer-museu-no-santander-cultural.ghtml>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

² Movimento Brasil Livre planeja marchas em defesa do ‘Escola Sem Partido’. Disponível em: <<https://www.boletimdaliberdade.com.br/2017/07/11/movimento-brasil-livre-planeja-marchas-em-defesa-do-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

Populistas de Direita na Sociedade em Rede (MOUFFE, 2015; HARDT; NEGRI, 2017). Essa abordagem permite desconstruir o posicionamento do movimento em 2017 além de uma leitura moralista de suas estratégias e da constituição de movimentos populistas. E sim, sob o viés do entendimento da esfera política, como horizonte tem-se o tópico que Mouffe (2015) levanta de que a democracia liberal não deve negar seu caráter adversarial, porém, deve combater ideias que buscam eliminar atores do jogo político.

Nesse cenário, este trabalho permitirá compreender a reprodução de formas simbólicas pelo MBL em 2017 que negam a ascensão ao cenário político de pautas como o direito das mulheres, gays, direitos humanos, gênero, entre outros. Como apontam Mouffe (2015) e Inglehart (2001), o processo de modernização trouxe para cena política atores sociais além do que o projeto moderno dava conta. Dessa forma, para uma democracia pluralista prosperar, ela deve abrir espaço para essas novas identidades políticas possam constituir-se como legítimos na esfera pública e democrática (MOUFFE, 2015).

A partir dessa perspectiva de que os movimentos sociais em rede não são mais *necessariamente* libertários e agentes do aprofundamento da democracia, abre-se a possibilidade de verificar essa problemática na esfera política brasileira. Dessa forma, ao considerar que houve uma mudança nas formas simbólicas reproduzidas pelo MBL é possível iniciar uma aproximação desse movimento a outros ao redor do globo que apresentaram essas características autoritárias – ou Populistas de Direita (MOUFFE, 2005; 2015) como será conceituado no decorrer deste trabalho.

Como destacado, um dos desafios da democracia na contemporaneidade, segundo Mouffe (2015), é criar um modelo político adversarial, porém, que não implique em processos de exclusão de identidades políticas do processo democrático. Sendo assim, a partir da aproximação desses dois grandes temas – movimentos sociais em rede e democracia pluralista – parte-se para a análise das formas simbólicas do MBL.

Essa análise conduzida a partir dos pressupostos da *Crítica da Ideologia* (THOMPSON, 1995). A ideologia crítica é um conceito que analisa as formas simbólicas, considerando-as como ideológicas quando estas mantêm relações de poder assimétricas. Assim, compreende-se a atuação do MBL na esfera política como excludente de formas de

³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/apos-eleger-uma-bancada-mbl-rediscute-atuacao-e-cogita-partido.shtml>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

representação política e social de LGBTs num contexto que alta discriminação desses grupos no Brasil⁴. Essa discriminação também apresenta-se para os negros⁵, mulheres⁶, entre outros.

Desse cenário, emerge a seguinte questão de investigação: como o MBL, enquanto um movimento social em rede, produz formas simbólicas ideológicas que se constituem como excludentes de identidades políticas na esfera democrática? Como resposta preliminar a essa indagação acredita-se que o MBL a partir da reprodução de formas simbólicas ideológicas apresenta-se como um movimento Populista de Direita que constrói uma narrativa de defesa de relações assimétricas de poder (alegadamente valores da sociedade ocidental) deslegitimando a participação política de minorias no Brasil, assim, constituindo essas minorias como um “inimigo” a ser combatido.

Para responder essa indagação, é preciso analisar como o MBL reproduz formas simbólicas ideológicas ao longo de 2017. E, antes de responder essa questão, é preciso discutir outras: como o MBL apresenta formas simbólicas sobre minorias, direitos humanos e inclusão social? Como o sentido dessas formas simbólicas é mobilizado? Para ser enquadrado como Populista de Direita, de que forma o MBL constitui-se como representante do povo e, conseqüentemente, seu inimigo? A partir dessas respostas será possível, por fim, enquadrar as formas simbólicas do MBL no conjunto de Modos Gerais de Operação da Ideologia definidos por Thompson (1995).

Para iniciar o caminho que permite a análise das formas simbólicas do MBL enquanto ideológicas, o Capítulo 1 apresenta como o conceito de ideologia foi empregado ao longo do tempo. Para compreender como Thompson (1995) define seu conceito de *Crítica da Ideologia* é necessário repassar os caminhos conceituais que o autor percorreu para chegar nesse conceito. Assim, são apresentadas as perspectivas neutras e negativas de ideologia a qual Thompson ora se opõe, ora se aproveita para sua definição teórica. A escolha por Thompson faz-se necessária pelo entendimento do autor da ideologia e das relações de poder além da luta de classes. Por Thompson, é possível identificar outras relações de poder assimétricas em relações entre homens e mulheres; negros e brancos; heterossexuais e homossexuais; e assim

⁴ Brasil é o país que mais mata LGBTs no mundo: 1 a cada 25 horas. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-lgbts-no-mundo-1-cada-25-horas/>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

⁵ Pesquisa constata discriminação racial recorrente no mercado de trabalho. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/23/interna_gerais,885946/negros-ainda-sofrem-desigualdade-no-mercado-de-trabalho.shtml>. Acesso em: 22 dez. 2017.

⁶ Brasil ocupa 115º lugar em ranking de mulheres na política. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2017-03/brasil-ocupa-115o-lugar-em-ranking-de-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

por diante. Nesse capítulo também é apresentado o conceito de formas simbólicas, bem como os Modos Gerais e suas respectivas estratégias que permitem identificar a presença de formas simbólicas ideológicas.

A discussão posterior no Capítulo 2 deste trabalho remete a Sociedade em Rede (CASTELLS, 1999; 2003; 2012; 2013; 2017) e o papel da comunicação nela (CASTELLS, 2017). Isso deve-se ao fato de que para discutir a reprodução de formas simbólicas ideológicas do MBL primeiro é preciso apresentar como os movimentos sociais constituem-se na Sociedade em Rede. E em decorrência disso, como a comunicação tem papel central nesta questão. Dessa forma, pode-se entender o poder da comunicação do MBL em um cenário em que o avanço da tecnologia permite que o poder espalhasse na sociedade (CASTELLS, 2017). Ao compreender o poder da comunicação na Sociedade em Rede, este estudo avança para entender o papel da comunicação no agendamento a favor ou contra políticas públicas de inclusão (SECCHI, 2013).

Porém, como esses movimentos potencialmente libertários baseados na rede tornaram-se opostos a isso? Qual fenômeno explica a cooptação dessas estratégias libertárias de comunicação por movimentos populistas de direita com viés autoritário? Essas questões podem começar a ser respondidas pelas análises sobre a situação da democracia liberal neste início de século XXI. Assim no Capítulo 3, em Hardt e Negri (2017) e Nagle (2017) é possível verificar como a questão da horizontalidade, forma política tipicamente libertária, apresentou-se como forma de organização do Populismo de Direita nos EUA, enquanto em Mouffe (2015) tem-se os fundamentos para questionar como a forma consensual da democracia liberal, ao não fomentar um cenário adversarial, permitiu a radicalização de movimentos de direita. Esses movimentos responsáveis por mobilizar as paixões políticas numa dicotomia amigo/inimigo, dessa forma, visando a eliminação do outro (MOUFFE, 2015).

Com a base teórica desenvolvida para avançar na análise das formas simbólicas ideológicas, o Capítulo 4 dá conta dos aspectos metodológicos desta pesquisa. Para analisar as formas simbólicas do MBL realizadas em 2017 no *Facebook* é utilizada a metodologia Hermenêutica de Profundidade (HP) de Thompson (1995). A escolha por essa metodologia está diretamente atrelada a escolha teórica pela *Crítica da Ideologia*, já que a HP possui etapas que convergem com a análise de formas simbólicas a partir dos Modos Gerais de Operação da Ideologia.

Assim, os dois capítulos finais (5 e 6) dão conta da análise das formas simbólicas ideológicas do MBL. No Capítulo 5, é realizada a etapa de análise sócio-histórica da HP. Nela, é apresentado o surgimento e as trajetórias do MBL; o contexto político que permite a ascensão do movimento; a discussão do *Facebook* enquanto plataforma e suas instituições sociais; e, por fim, a Pesquisa Mundial de Valores (WVS) para compreender a estrutura social do Brasil na qual as formas simbólicas do MBL circulam.

A partir da articulação dos referenciais teóricos apontados e a análise das formas simbólicas ideológicas, este trabalho propicia o entendimento do MBL enquanto um movimento que utiliza-se dos avanços tecnológicos da Sociedade em Rede para criar um ambiente desfavorável para a implementação de políticas públicas de inclusão social e/ou econômica no Brasil. Como os resultados eleitorais em 2018 do movimento mostram, o MBL busca ampliar sua atuação na política institucional brasileira. E o entendimento de sua futura atuação institucional parte da compreensão das pautas que esse movimento busca conseguir apoio na sociedade a partir da comunicação no *Facebook*.

1 PARA UMA CONCEPÇÃO CRÍTICA DA IDEOLOGIA

A discussão sobre o conceito de ideologia é ampla, tendo diversas vertentes e perspectivas que se apresentam como neutras ou negativas. Thompson (1995) indica que essas visões geram ambiguidade do conceito, dificultando o seu entendimento ao longo da história do pensamento. Assim, “não estamos totalmente seguros se ele está sendo usado descritivamente ou prescritivamente” (THOMPSON, 1995, p. 14). Ou seja, se esse conceito serve para descrever uma situação ou comportamento ou se está operando de forma crítica a uma situação ou comportamento.

Assim, para construir seu conceito de ideologia, Thompson recupera como o conceito foi empregado ao longo da história, separando em dois grupos principais: o conceito neutro de ideologia; e o conceito negativo de ideologia. Em meio a isso, também é discutido como e porque esse conceito foi abandonado por certas escolas.

1.1 IDEOLOGIA EM DE TRACY E OS IDEÓLOGOS

A definição neutra de ideologia, como já destacado, compreende o conceito como descritivo, ou seja, serve para categorizar o pensamento de grupos, movimentos sociais, partidos políticos, etc. Segundo Thompson (1995, p. 14), “De acordo com essa concepção, as ideologias podem ser vistas como ‘sistemas de pensamento’, ‘sistemas de crenças’, ou ‘sistemas simbólicos’, que se referem à ação ou à prática social”. Sendo assim, a partir dessa definição neutra, para Thompson, essa abordagem do conceito naturaliza os projetos e as mensagens desses grupos político, não problematizando as relações de dominação e de poder.

Já sobre o abandono do conceito, Thompson (1995) descreve que ocorreu justamente por causa dessa dificuldade de criar um conceito totalizante de ideologia. Para o autor, esse tipo de abordagem enfraquece a compreensão da realidade sócio-histórica, já que para Thompson a ideologia é parte importante para entender as relações de dominação e poder na vida cotidiana. Dessa forma, “essa postura [de abandono do conceito] prefere abandonar a questão ou, com mais frequência, pressupõe uma resposta, fugindo do trabalho intelectual implicado na tentativa determina-la” (THOMPSON, 1995, p. 15).

Da concepção neutra, deriva a primeira definição do conceito de ideologia. A primeira definição, segundo Thompson, é a do francês Destutt de Tracy. Para de Tracy e seus pares, a ideologia tinha um caráter científico de estudo do pensamento, sendo assim, tendo um caráter

neutro. Sendo assim “Concebida, orginalmente, como uma ciência superior, a ciência das ideias, que ao oferecer uma teoria sistemática do nascimento, combinação e comunicação das ideias” (THOMPSON, 1995, p. 47). Dessa forma, propiciando a regulação das ideias da sociedade. Além disso, a ideologia seria uma forma de defesa do projeto do Iluminismo – a partir da elaboração do Instituto Nacional – contra a barbárie da revolução francesa (THOMPSON, 1995).

Apesar de se contrapor ao caráter neutro de ideologia em Destutt de Tracy por se resumir a descrever – e controlar - as ideias e da derrocada do projeto Iluminista, Thompson aproveita-se do pensamento do autor francês para iniciar a sua construção do conceito de ideologia. Para Thompson (1995, p. 48),

Por mais longe que esse conceito de ideologia tenha viajado [...], ele permanece, contudo, ligado aos ideais do Iluminismo, particularmente aos ideais da compreensão do mundo racional (incluindo o mundo sócio-histórico) e da autodeterminação racional dos seres humanos.

No mesmo contexto histórico de Tracy surge a primeira concepção negativa de ideologia. Como aponta Thompson (1995), Napoleão Bonaparte utilizou-se do conceito para criticar de Tracy e seus seguidores. O imperador francês tornou os *idéologues* como “bodes expiatórios para os fracassos do regime napoleônico” (THOMPSON, 1995, p. 47).

A concepção negativa para Thompson (1995) é aquela que se propõem a entender a ideologia como um fator de dominação e controle. Essa visão da ideologia ligando-se à proposta de crítica da ideologia do autor, porém, mesmo nas concepções negativas, Thompson aponta falhas. Antes de descrever-se essas oposições de Thompson à certas conceituações de ideologia negativa, há de se apontar quais são elas para o autor.

Como já descrito, a concepção negativa de ideologia para Napoleão está vinculada a crítica aos *idéologues*. Dessa forma, não pode ser considerada uma definição crítica do conceito, já que visa manter relações de poder e de dominação do império napoleônico (THOMPSON, 1995, p. 47). Em suma,

[...] para de Tracy, a ligação era direta e explícita (ideologia era uma ciência superior [...]), para Napoleão ela era implícita e oposicional (ideologia era a pretensa filosofia que tinha incitado à rebelião ao tentar determinar os princípios políticos e pedagógicos na base apenas do raciocínio abstrato). (THOMPSON, 1995, p. 48).

Em um campo mais teórico da definição negativa de ideologia, Thompson (1995) cita o trabalho de Karl Marx. O filósofo alemão assumiu o sentido negativo concebido por Napoleão, porém “transformou o conceito, incorporando-o a um marco referencial teórico e a

um programa político que eram profundamente dependentes do espírito do Iluminismo” (THOMPSON, 1995, p. 49). Sendo assim, segundo Thompson (1995), Marx aproveita-se da visão negativa de Napoleão e mantém o compromisso com o projeto iluminista, como de Tracy.

1.2 IDEOLOGIA EM MARX

O trabalho do Marx é o que dita as bases do que posteriormente será definido como ideologia para Thompson. O autor indica que no decorrer da obra de Marx, o conceito é difuso, impedindo uma definição total do conceito no autor. Disso, Thompson organiza o conceito de ideologia ao longo das obras marxianas. Desse processo, derivam três concepções de ideologia em Marx: (1) a concepção polêmica; (2) a concepção epifenomênica; (3) a concepção latente.

A *concepção polêmica*, segundo Thompson (1995), está situada na obra *A ideologia Alemã* escrita por Marx em conjunto de Engels para criticar os “jovens hegelianos”. Essa concepção em Marx e Engels sendo a mais próxima de Napoleão. A crítica direcionada aos trabalhos de Feuerbach, Bauer e Stirner era amparada na ideia de que esses “estavam trabalhando sob a ilusão de que a batalha real que deveria ser travada era uma batalha de ideias e que, assumindo uma atitude crítica diante das ideias recebidas, a própria realidade seria mudada” (THOMPSON, 1995, p. 50). Dessa forma, Marx e Engels nessa concepção compreendem a ideologia como uma valorização excessiva das ideias em detrimento da realidade. Não obstante, essas ideias dos “jovens hegelianos” ficavam deslocadas do contexto sócio histórico (THOMPSON, 1995).

Sendo assim, para Thompson (1995, p. 51), essa concepção polêmica da ideologia em Marx e Engels “é uma doutrina teórica e uma atividade que olha erroneamente as ideias como autônomas e eficazes e que não consegue compreender as condições reais e as características da vida sócio-histórica”. Porém, o problema dessa concepção, para Thompson, é que Marx e Engels preocupada apenas na “divisão do trabalho e ao estudo científico do mundo sócio-histórico” (THOMPSON, 1995, p. 51). Essa questão permanece nas demais concepções de Marx, assim, dificultando compreender a manifestação da ideologia em outros aspectos da vida cotidiana.

Posteriormente ao conceito de ideologia desenvolvido em *A Ideologia Alemã*, Thompson classifica a segunda forma em que o conceito de ideologia é apresentado na obra marxiana. Essa concepção sendo classificada como a *concepção epifenomênica*.

Essa *concepção epifenomênica*, como descreve Thompson (1995), é uma continuidade da *concepção polêmica*. Se na *concepção polêmica*, Marx e Engels empregam o conceito para fazer uma crítica as ideias dos jovens hegelianos, na *concepção epifenomênica*, o conceito de ideologia é empregado para “um papel mais geral na caracterização [...] da estrutura social e da mudança histórica” (THOMPSON, p. 54). Essa definição, como situa Thompson, tendo fundamentalmente aparecido no prefácio de *Uma contribuição à crítica da economia política*. A conceito de ideologia nessa concepção de Marx e Engels gira em torno da ideia de que em toda época as ideias das classes dominantes são as ideias dominantes. Assim, a ideologia seria uma forma da classe dominada reproduzir as ideias da classe dominante, dessa forma, sua emancipação sendo impedida por isso. Como reforça Thompson (1995, p. 54), “Ideologia, de acordo com a concepção epifenomênica, é um sistema de ideias que expressa os interesses da classe dominante, mas que representa relações de classe de uma forma ilusória”. Sendo assim, nessa concepção de ideologia em Marx e Engels, “ela vê a ideologia como dependente e derivada das condições econômicas e das relações de classe e das relações de produção de classe” (THOMPSON, 1995, p. 54).

Esse tipo de concepção, para Thompson, acaba limitando a sua potencialidade ao localizar o papel da ideologia apenas nos processos de dominação econômica. Dessa forma, são deixadas de lado outras manifestações da ideologia como na relação homem-mulher, nacionalidades, grupos étnicos, etc.

Por fim, é apresentada a *concepção latente* de ideologia em Marx. Essa sendo a mais importante para o que posteriormente será definido como ideologia crítica para Thompson. A *concepção latente* compreende a ideologia como

um sistema de representações que servem para sustentar relações existentes de dominação de classe através da orientação das pessoas para o passado em vez de para o futuro, ou para imagens e ideias que escondem as relações de classe e desviam da busca coletiva de mudança social. (THOMPSON, 1995, p. 58).

Essa concepção é definida por Thompson como latente por duas razões. A primeira é que em Marx não são identificadas citações diretas ao termo ideologia, e sim “‘ilusões’, ou em ‘ideias fixas’, ou ‘espíritos’, ou ‘fantasmas’ que andam no meio do povo e procuram e despertam suas superstições e seus preconceitos” (THOMPSON, 1995, p. 58). O segundo motivo, para Thompson, é porque não se relacionada diretamente com as outras duas

concepções de ideologia em Marx definidas anteriormente. Essa *concepção latente* vai além de ver a ideologia como descolada da realidade ou como fundamentada nas relações econômicas, e sim, “elas são construções simbólicas que têm certo grau de autonomia e eficácia” (THOMPSON, 1995, p. 58).

Dessa forma, na *concepção latente* de ideologia em Marx, a ideologia é compreendida como “símbolos e ‘slogans’, costumes e tradições que mobilizam as pessoas ou prendem-nas” (THOMPSON, 1995, p. 58). Sendo assim, estando mais vinculada com o aspecto religioso ou cultural, do que das relações econômicas de uma sociedade. Não obstante, “A concepção latente de ideologia chama a atenção para o fato de que as relações sociais podem ser sustentadas, e as mudanças sociais impedidas, pela prevalência ou difusão de construções simbólicas” (THOMPSON, 1995, p. 58).

Por essa compreensão da ideologia como construções simbólicas, a *concepção latente* de ideologia em Marx torna-se fundamental para poder compreender o conceito de *crítica da ideologia* em Thompson. Essa concepção, para Thompson (1995), tendo um potencial teórico maior por permitir compreender o papel da ideologia em contextos diversos, além das classes e das relações econômicas.

1.3 CONCEPÇÃO CRÍTICA DA IDEOLOGIA

Em oposição à concepção neutra de ideologia e ao abandono do conceito, Thompson apresenta a concepção crítica da ideologia. Thompson (1995, p. 15) opõe-se ao abandono do conceito de ideologia ao enfatizar que “o conceito de ideologia permanece uma noção útil e importante no vocabulário intelectual”. Quanto a abordagem neutra do conceito, “o conceito não pode ser tão facilmente despojado de seu sentido negativo, crítico” (THOMPSON, 1995, p. 15). Essa abordagem, na concepção de Thompson, carecendo de uma dimensão crítica das relações de dominação e de poder que a ideologia produz. Já a respeito das concepções negativas de ideologia, descritas em Napoleão e Marx, Thompson aponta que elas carecem dessa dimensão crítica a qual ele defende. Para o autor, ideologia é quando formas simbólicas são utilizadas para “estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas” (THOMPSON, p. 16). Dessa forma, seu *conceito de crítica da ideologia* “mantém a conotação negativa que foi trazida pelo conceito através da maior parte de sua história e *liga a análise da ideologia à questão da crítica*” (THOMPSON, 1995, p. 15, grifos nosso).

Em suma, o conceito de crítica da ideologia em Thompson (1995) se opõe as concepções neutras e ao abandono do conceito, e busca ser um aprimoramento das concepções negativas. Esse aprimoramento ligado à *concepção latente* em Marx, já que essa busca compreender os valores de costumes e tradições na manutenção de relações de poder assimétricas. Porém, Thompson (1995) aborda a ideologia não como algo dissociado da realidade social e do cotidiano, e sim como parte integrante dela – e que influencia a própria constituição dessa realidade.

Assim, a crítica da ideologia busca compreender como formas simbólicas contribuem para manter e ou promover relações de poder assimétricas. Thompson (1995, p. 16) enfatiza que

[...] o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – que eu chamarei de “relações de poder assimétricas”.

Dessa forma, “Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é sentido a serviço do poder” (THOMPSON, 1995, p. 16). Sendo assim, para Thompson (1995) é necessário verificar se o sentido da forma simbólica está reforçando relações de poder assimétricas, para assim ser considerado ideológico. Tendo como objetivo “estudar as formas simbólicas sob certa luz: à luz das relações sociais estruturadas, cujo emprego e articulação podem ajudar, em circunstâncias específicas, a criar, alimentar, apoiar e reproduzir” (THOMPSON, 1995, p. 16). Como argumenta Thompson, essa abordagem “nos possibilita evitar a tendência [...] de ver a ideologia como um ‘cimento social’ que conseguiria estabilizar as sociedades” (THOMPSON, 1995, p. 16), não obstante, a concepção crítica da ideologia, redireciona “para o estudo das maneiras complexas como o sentido é mobilizado para a manutenção das relações de poder” (THOMPSON, 1995, p. 16).

Para o estudo da ideologia, segundo Thompson, não estamos interessados apenas em analisar os sistemas de pensamento ou de crenças, e sim, interessados em analisar os “usos sociais das formas simbólicas” (THOMPSON, 1995, p. 17). Sendo assim, o contexto é de suma importância para a análise, já que a mesma forma simbólica pode tanto aparecer no sentido de manter relações de poder, como de romper com elas. Thompson (1995, p. 17) indica que

Estamos interessados em se, em que medida e como (se for o caso) as formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar relações de dominação nos contextos sociais em que elas são produzidas, transmitidas e recebidas. Este enfoque pode levar-nos a olhar uma forma simbólica ou um sistema como ideológico num

contexto e como radical, subversivo, contestador noutro.

Como já descrito, o *locus* da crítica da ideologia em Thompson não se dá apenas nas relações econômicas ou do Estado, e sim ampliando-se para compreender as relações de poder assimétricas em diversos pontos da vida cotidiana. Dessa forma, “Ao estudar ideologia, estamos interessados tanto nos contextos da vida cotidiana como naquele conjunto específico de instituições que compreende a esfera da política, no sentido estrito” (THOMPSON, 1995, p. 18). Sendo assim,

Concentrando o estudo da ideologia no terreno das formas simbólicas contextualizadas, para as maneiras como as formas simbólicas são usadas para estabelecer e sustentar relações de poder, estamos estudando um aspecto da vida social que é tão real como qualquer outro. (THOMPSON, 1995).

Dessa forma, essa leitura de Thompson reforça o seu argumento de que as formas simbólicas constituem a realidade e não são meramente ideias ilusórias que distorcem o acesso a uma “realidade verdadeira”. Não obstante, Thompson (1995) aponta, ao contrário de uma teleologia marxista, que não existe uma possibilidade de superação das relações de poder. Se elas constituem a realidade, logo, para existir uma realidade, as relações de poder devem existir. Destaca-se, formas simbólicas ora podem se apresentar como transformadores da realidade social e em outras como mantenedores de relações de poder assimétricas. Ou como destaca Mouffe (2015, p. 17), “O poder é constitutivo do social porque este não poderia existir sem as relações de poder por meio das quais se assume sua forma”. Como Thompson, Mouffe destaca esse caráter do discurso como constitutivo da realidade social, sendo assim, “a ordem ‘natural’ [...] é o resultado de práticas sedimentadas, nunca a manifestação de uma objetividade mais profunda externa às práticas que lhe dão forma” (MOUFFE, 2015, p. 17).

Diferente de Thompson na forma que conceitua as relações de poder, Mouffe (2015) utiliza-se do conceito de hegemonia. Porém, assim como Thompson, destaca que o mesmo discurso pode ser articulado como hegemônico – que mantém relações de poder – ou anti-hegemônico dependendo do contexto que está inserido.

1.4 FORMAS SIMBÓLICAS

O que são formas simbólicas? Como e onde elas circulam? Como elas ganham valor na sociedade? Essas são questões importantes de se responder antes de adentrar no campo de como a ideologia opera para sustentar relações de poder assimétricas. Primeiramente, as formas simbólicas, para Thompson (1985), são a representação de ideias a partir da

comunicação verbal ou não-verbal. Nesse sentido, são reproduzidas a partir de falas, filmes, esculturas, publicações na internet, etc. E essas formas simbólicas “sempre estão inseridas em contextos sociais estruturados” (THOMPSON, 1995, p. 183), por isso, conforme é destacado no capítulo sobre a metodologia deste estudo, é importante a contextualização sócio-histórica em que as formas simbólicas circulam na sociedade. Não obstante, também é necessário compreender a valorização dessas formas simbólicas são recebidas na sociedade na qual ela está contextualizada. Dessa forma, o conceito de Capital Simbólico é destacado por Thompson. O autor define o conceito, a partir de Bourdieu, que o Capital Simbólico “inclui os méritos acumulados, prestígio e reconhecimento associados a pessoa ou posição” (THOMPSON, 1995, p. 195).

A cerca da valorização das formas simbólicas, Thompson (1995) destaca que são de suma importância para permitir a análise da ideologia. Já que para se constituir como ideológica, a mensagem além de manter relações de poder assimétricas, deve ser chancelada por parte da sociedade no qual ela foi reproduzida. Assim, “Valor simbólico é aquele que os objetos têm em virtude dos modos pelos quais, e na extensão em que, são *estimados* pelos indivíduos que os produzem e recebem” (THOMPSON, 1995, p. 203). Então, para a análise das formas simbólicas e sobre a sua valorização em determinado contexto sócio-histórico, é necessário também verificar quem está emitindo a mensagem. Como aponta, Thompson (1995, p. 204), “As palavras do Diretor da Galeria Tate, pronunciadas no canal de televisão da BBC sobre o trabalho de um novo artista, estão mais propensas a ganhar um maior peso do que os comentários de um transeunte na rua”. Nesse âmbito, o presente estudo considera que as formas simbólicas reproduzidas pelo MBL têm uma valorização simbólica na sociedade brasileira relevante, já que como apontam Galinari (2017), Gobbi (2016) e Pinto (2017), o movimento adquiriu importância no cenário político brasileiro, sendo um dos principais atores do *impeachment* de Dilma Rousseff.

1.5 MODOS GERAIS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA

A partir da discussão feita até o presente momento é possível compreender o que a *crítica da ideologia* em Thompson (1995) e sua importância para analisar a realidade social. Porém, como opera essa ideologia? Como identificar se as formas simbólicas são articuladas de forma ideológica? Thompson, além de conceituar a crítica da ideologia, apresenta como ela

pode ser *estrategicamente* utilizada na reprodução das formas simbólicas. Essa questão é importante para a discussão posterior sobre a metodologia a ser utilizada nesta pesquisa.

Para Thompson, a ideologia pode operar a partir dos seguintes *Modos Gerais*: legitimação; dissimulação; unificação; fragmentação; e reificação. Essas não são as únicas formas com que a ideologia opera, Thompson indica que possam haver outros, mas esses são os propostos por ele. Cada qual *Modo Geral* tem as suas próprias *Estratégias Típicas de Construção Simbólica*, e nesse caso também o autor preocupa-se em apontar as mais comuns, podendo haver outras (THOMPSON, 1995). Esses modos, sendo chave para a análise das formas simbólicas deste estudo, questão que será aprofundada na metodologia da pesquisa.

A *legitimação* opera a partir das estratégias de racionalização, universalização e narrativação. A *racionalização* manifesta-se quando “um produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência [...]” (THOMPSON, 1995, p. 82-83). Dessa forma, a ideologia busca manter as relações de poder criando formas simbólicas que se apresentam como racionalmente mais elevadas. Já a *universalização* manifesta-se quando “interesses de alguns indivíduos são apresentados como servido aos interesses de todos” (THOMPSON, 1995, p. 83). Por sua vez, a *narrativação* apresenta-se em caráter ideológico quando “Exigências de legitimação [...] estão inseridas em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável” (THOMPSON, 1995, p. 83). Nessa estratégia, o passado aparece como uma solução pronta para os problemas do presente, assim, deixando de refletir sobre as novas condições sócio-histórica.

O próximo modo de operação definido por Thompson é a *dissimulação*. Nela, as relações de poder assimétricas são fundadas em ocultar, negar ou obscurecer os fatos (THOMPSON, 1995). A primeira estratégia definida pelo autor nessa operação é a de *deslocamento*, nessa estratégia “um termo costumeiramente usado para referir a um determinado objeto ou pessoa é usado para referir a um outro, e com isso as conotações positivas ou negativas são transferidas para outro objeto ou pessoa” (THOMPSON, 1995, p. 83). A segunda estratégia dentro da *dissimulação* é a de *eufemização*. Essa estratégia manifesta-se quando “ações, instituições ou relações sociais são descritas ou reescritas de modo a despertar uma valoração positiva” (THOMPSON, 1995, p. 84). Para clarificar a operação dessa estratégia, Thompson usa como exemplo a repressão a um protesto ser descrito pela imprensa ou pelo governo como “restauração da ordem”. Por fim, dentro da

dissimulação também a estratégia de *tropo*, que por sua vez tem como objetivo a partir de troca de palavras buscar a construção de rótulos sociais, eclipsar o real significado de uma mensagem, utilizar metáforas para justificar questões da realidade social, etc.

Em seguida, há o modo de operação da ideologia de *unificação*. Thompson define esse modo como construções no nível simbólico de unidades, que “interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independente das diferenças e divisões que possam separá-los” (THOMPSON, 1995, p. 86). Dessa forma, nesse modo de operação, as relações de poder são sublimadas em nome de uma causa maior ou pelo discurso que todos estão na mesma situação. A sua primeira estratégia de construção simbólica é a de *padronização*. Nela, “Formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável da troca simbólica” (THOMPSON, 1995, p. 86). Como exemplo, Thompson usa o papel do Estado em tentar criar uma identidade e ou linguagem nacional que esteja acima de variações regionais dentro do seu território. A segunda estratégia é a de *simbolização da unidade*. Essa, para Thompson, também tendo ligação com o Estado-nação e símbolos que contribuíam para construção de sua imagem como bandeiras, brasões, hinos, etc.

O modo seguinte é uma oposição ao de unificação, na *fragmentação* a ideologia opera “segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, ou dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador” (THOMPSON, 1995, p. 87). Uma de suas estratégias é a de *diferenciação*. Nessa estratégia, a ideologia opera enfatizando as “as distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos” (THOMPSON, 1995, p. 87). Sendo assim, impossibilitando que grupos distintos aos que estão no poder possam ter acesso a ele. A outra estratégia de *fragmentação* é o *expurgo do outro*. Nele, é a partir de construções simbólicas é criado “um inimigo, seja ele, interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletiva ou expurga-los” (THOMPSON, 1995, p. 87).

O último modo geral de operação da ideologia classificado por Thompson é o de *reificação*. Esse processo entende-se pelo pela naturalização de relações de dominação e de poder. Assim, retirando o caráter histórico e social de sua reprodução. Dessa forma, a “reificação envolve, pois, a eliminação, ou a ofuscação, do caráter sócio-histórico dos fenômenos” (THOMPSON, 1995, p. 87). Sendo assim, sua primeira estratégia é a de *naturalização*. A *naturalização* é descrita como a caracterização de uma relação de poder

como o estado das coisas, sendo os seus fundamentos imutáveis, e se enraizando em justificativas naturais e ou biológicas. Nessa estratégia, temos a construção simbólica de superioridade de determinadas etnias e/ou do sexo masculino. Parecida com essa estratégia, há a de *eternização*, nela, “fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes” (THOMPSON, 1995, p. 88). Assim, na estratégia de *eternização*, temos uma construção simbólica voltada ao passado, que se utiliza de tradições e costumes para justificar opressões.

A estratégia final definida por Thompson dentro desse modo geral se divide em duas: *nominalização* e *passivização*. A “nominalização acontece quando sentenças, ou partes delas, descrições da ação e dos participantes nelas envolvidos, são transformadas em nomes” (THOMPSON, 1995, p. 88). Como exemplo, Thompson (1995, p. 88) apresenta “‘o Primeiro-Ministro decidiu banir as importações’”. A *passivização* também opera na alteração da semântica de uma frase. Ela opera “quando verbos são colocados na voz passiva, como quando dizemos que ‘o suspeito está sendo investigado’, ao invés de ‘os policiais estão investigando o suspeito’” (THOMPSON, 1995, p. 88).

Assim, os modos gerais de operação da ideologia são chave para esta pesquisa. A partir deles pode-se discutir como o Movimento Brasil Livre mobiliza sentidos para se opor a pautas como o multiculturalismo, direitos de minorias, etc. Podendo também contribuir para compreender a construção de um discurso fomentador de uma esfera política pautada pela noção de amigo/inimigo. Assim, contribuindo com a disseminação processos de exclusão de minorias da política brasileira.

2 COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE EM REDE

Para analisar as formas simbólicas reproduzidas pelo MBL no *Facebook* é preciso compreender em que sociedade esse fenômeno está enquadrado. Para este estudo, é considerado o conceito de sociedade em rede de Castells (1999; 2003; 2012; 2017). A partir disso, abra-se a discussão para o poder da comunicação nessa sociedade, os movimentos sociais e a questão das identidades.

2.1 SOCIEDADE EM REDE

Com o desenvolvimento contínuo das tecnologias de informação e comunicação, a economia global passou por um processo de reformulação. Esse processo desestabilizou os antigos conceitos dos Estado-nações, das empresas, das relações sociais, etc. Como destaca Castells (2012, p. 391),

Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável.

Essa revolução causou cisões no modelo vigente do capitalismo, antes rígido, passando a ter uma forma mais flexível, dinâmica e com tomadas de decisões rápidas. A territorialidade é afetada por isso. Empresas que antes tinham suas divisões de trabalho mais próximas, com a diretoria próxima da produção, passam a ter nessa nova sociedade globalizada – possibilitada pelas tecnologias da informação e da comunicação – seus escritórios em grandes centros financeiros, enquanto a sua produção é espalhada pelo globo. A diferença básica, da antiga economia, para a que surge com a sociedade em rede, é que:

No modo de desenvolvimento industrial, a principal fonte de produtividade reside na introdução de novas fontes de energia e na capacidade de descentralização do uso de energia ao longo dos processos produtivo e de circulação. No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos. (CASTELLS, 2012, p. 53).

As transformações da sociedade em rede não se limitam a esfera econômica. Como já destacado, a territorialidade e o tempo são afetados. Dessa forma, transformações são sentidas em outras esferas, implicando mudanças substanciais na política e na mídia (CASTELLS, 1999; 2003; 2012; 2017).

Assim, as mudanças quantitativas e qualitativas na difusão das tecnologias de informação e comunicação são cada vez mais rápidas e conectando diversos espaços do globo. Essas mudanças, como destaca Castells (2017), modificam as estruturas sociais do nosso tempo. Desde empresas, passando por governos e movimentos sociais, agora passam a poder se articular globalmente. Porém, como enfatiza Castells (2017, p. 71), “a sociedade em rede é uma sociedade global. No entanto, isso não significa que as pessoas de todo o mundo estão incluídas nessas redes”. Nesse sentido, a sociedade em rede tem a potencialidade de conexão global, mas não necessariamente tem todos os sujeitos conectados. Em suma, a sociedade em rede é o tipo de sociedade que produz e expande a globalização (CASTELLS, 1999; 2012; 2017).

Castells (1999) argumenta que da mesma forma que a industrialização a partir da introdução de novas formas de produção e distribuição transformou a sociedade, hoje a rede traz consigo o mesmo processo. A partir disso, pode-se refletir sobre como os movimentos sociais e políticos foram moldados por essa nova sociedade. Porém, antes disso, é discutido o poder da comunicação, já que o entendimento das mudanças substanciais desse campo na sociedade em rede permite compreender as ferramentas e os locais de participação política nessa sociedade.

2.2 PODER DA COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE

Quais são as mudanças fundamentais na comunicação que a sociedade em rede introduz? Qual é o poder da comunicação nessa rede? Onde o poder da comunicação está concentrado nessa nova sociedade? Essas são algumas questões que se abrem a partir do entendimento de que o avanço das tecnologias de informação e comunicação produziu uma nova sociedade – a sociedade em rede.

Respondendo a primeira questão, Castells (2017, p. 29) aponta “A transformação mais importante na comunicação nos últimos anos foi a transição da comunicação de massa para a intercomunicação individual”. Assim, a sociedade passou de ter a TV, rádio e jornal como suas fontes principais de informação, substituindo gradativamente essas mídias pelas redes sociais, blogs e sites independentes de informação. Esses meios de comunicação da fase anterior caracterizam-se por uma comunicação com só uma direção de fluxo – do veículo de comunicação para o seu público. As tecnologias da informação e da comunicação permitiram a emergência de uma nova forma de comunicação, essa mais dialógica do que a anterior.

Fundamentalmente, nessa nova forma de comunicação, “a produção da mensagem é autogerada, a recuperação da mensagem é autodirigida, e a recepção e a recombinação do conteúdo oriundo das redes de comunicação eletrônicas são autoselecionada” (CASTELLS, 2017, p. 29).

Nesse contexto, o sujeito apresenta-se como central no processo de comunicação já que ele produz e reproduz conteúdo, seleciona com maior liberdade o que deseja consumir e tem a possibilidade de acessar mensagens de qualquer lugar do globo. E as redes sociais, como o caso do *Facebook*, é onde essa possibilidade apresenta-se com maior potencialidade para os usuários – já que eles são os grandes produtores de conteúdos nessas redes. Porém, a questão do poder nessa rede ainda reside nos grandes conglomerados de comunicação, já que esses possuem a possibilidade de formatar redes (CASTELLS, 2017).

Antes de entrar na discussão sobre onde está o poder na sociedade em rede, é preciso compreender quais são as vantagens de quem detém o poder da comunicação. Como destaca Castells (2017, p. 21), “a forma mais fundamental de poder está na capacidade de moldar a mente humana. A maneira como sentimos e pensamos determina a maneira como agimos, tanto individual quanto coletivamente”. É nesse sentido que manifesta-se o poder da comunicação. Se na sociedade industrial o poder era de quem detinha a capacidade de produzir manufaturas, agora, na sociedade em rede o poder concentra-se naqueles que tem a possibilidade de produzir e difundir ideias (CASTELLS, 2017). Essa questão, aproxima-se do que depois será conceituado neste trabalho como a crítica da ideologia, que compreende as ideias não como parte *ilusória* em relação a realidade, mas como inseridas na constituição da realidade (THOMPSON, 1995). Como defende Castells (2017, p. 21), “A capacidade de construir o consentimento, ou pelo menos de instilar medo e resignação em relação à ordem existente, é essencial para fazer cumprir as regras que governam as instituições e as organizações da sociedade”. Em suma, com o poder da comunicação é possível modificar a sociedade e suas instituições a partir dos desejos e medos que são inseridos nas comunidades. Nesse sentido, afirma Castells (2017, p. 29), “as relações de poder, base das instituições que organizam a sociedade, são amplamente construídas na mentalidade das pessoas através de processos de comunicação”.

Como já destacado, essas relações de poder no contexto da sociedade em rede são mais flexíveis e múltiplas do que na sociedade que a antecedeu. Para compreender essa multiplicidade, Castells apresenta as formas distintas de poder na sociedade em rede: (1) poder nas redes; (2) poder da rede; (3) poder trabalhado pela rede; (4) poder de criar redes. O

poder nas redes constitui-se como o poder de definir quem pode ou não utilizar as redes, assim, definindo fatores de inclusão e exclusão da sociedade em rede. Já a segunda forma de poder na rede, o *poder da rede*, apresenta-se como um poder mais amplo no quadro de globalização, “é o poder dos padrões da rede sobre seus componentes” (CASTELLS, 2017, p. 89). Ou seja, responsável por estabelecer regras e que elas “passam a ser obrigatórias para todos os nós na rede, já que o respeito a essas regras é o que possibilita a existência da rede como uma estrutura comunicativa” (CASTELLS, 2017, p. 89). Como exemplo desse poder da rede apontado por Castells (2017), há o Consenso de Washington, que permite com que parâmetros de mercado sejam compartilhados por diversos países. A terceira forma é o *poder trabalhado pela rede*, esse é o poder de instituições, movimentos, etc., que já existiam antes da rede e agora seguem a construção de seu poder a partir das redes. Por fim, a forma que interessa mais a este trabalho é o *poder de criar redes*. Esse poder é dividido em dois grupos por Castells (2017, p. 91):

(1) a capacidade de construir rede(s) e de programar/reprogramar a(s) rede(s) em termos das metas a ela(s) atribuídas; e (2) a capacidade de se conectar e garantir a cooperação de várias redes, por meio do compartilhamento de metas comuns e associação de recursos, ao mesmo tempo que se afasta a competição por parte de outras redes por meio do estabelecimento de uma cooperação estratégica.

O primeiro, têm como seus detentores os *programadores*, esses sendo um grupo reduzido como sinaliza Castells. Os *programadores* são os proprietários de redes sociais, grandes conglomerados de mídia, etc. Esses ao ampliarem seu poder na sociedade em rede devem cada vez mais ampliar a possibilidade de o usuário ser um comunicador. Dessa forma, como aponta Castells (2003; 2017), esse poder opera em dois sentidos, quanto mais poder os *programadores* almejam ter, mais devem ceder ao poder dos usuários. Assim, o segundo grupo é o dos *comutadores*, “Comutadores não são pessoas, mas são feitos de pessoas. Eles são atores, feitos de redes de atores que se envolveram nas interfaces dinâmicas especificamente operadas em cada processo de conexão (CASTELLS, 2017, p. 93), são conectores de redes. Essa forma de poder é de interesse para compreender o Movimento Brasil Livre e sua atuação na sociedade. Este trabalho não busca mostrar a atuação do MBL na formação de rede, já que isso foi demonstrado em estudos como de Galinari (2017) e Gobbi (2016). Porém, compreender a questão dos comutadores é de importância para saber onde o movimento insere-se na sociedade em rede e sua potencialidade de influência sociopolítica no Brasil como um comutador.

Então, a questão dos comutadores não está apenas centralizada nas grandes corporações de mídia, como no caso dos programadores. Dessa forma, a atuação de movimentos sociais na sociedade em rede depende que sua estratégia englobe a atuação comunicacional na rede. Como afirma Castells, os atores sociais e políticos “que têm como objetivo reprogramar a sociedade precisam também passar pelas redes de comunicação para transformar a consciência e as visões na mente das pessoas e a fim de desafiar poder constituídos (CASTELLS, 2017). E nisso que constitui-se efetivamente o poder na sociedade em rede, Castells dá ênfase na comunicação como parte mais importante no processo de dominação ou contra a dominação. Como o autor destaca:

Na sociedade em rede, os discursos são gerados, difundidos, disputados, internalizados e finalmente incorporados na ação humana, na esfera de comunicação socializada construída em torno de redes locais-globais de comunicação digital multimodal, inclusive a mídia e a internet. O poder na sociedade em rede é o poder da comunicação. (CASTELLS, 2017, p. 99).

Em suma, os projetos de poder ou contra-poder dependem da comunicação para se estabelecerem. Nesse sentido, Castells apresenta a justificção da Guerra do Iraque por parte do governo americano. Para o autor, essa guerra só foi possível porque o apoio dos cidadãos americanos foi garantido a partir da difusão do medo pelos meios de comunicação. Essa estratégia, não sendo apenas para o campo do terror, mas também da efetivação de projetos políticos. Para que efetivamente uma política pública seja implementada ou uma mudança na democracia ocorra, é preciso que por meios comunicacionais essas agendas sejam primeiro difundidas na rede e posteriormente aceitas como um projeto viável para parte significativa da população (CASTELLS, 2017). Porém, não é num quadro de racionalidade que isso emerge, e sim a partir de paixões que são movidas, essas paixões podendo desencadear momentos libertadores na sociedade ou o contrário: xenofobia, fascismo, ódio, etc., (CASTELLS, 2017). A compreensão da esfera política movida por paixões será detalhada na sequência deste trabalho em Mouffe (2015), porém, para o momento, é importante compreender que a comunicação é chave para despertar essas paixões políticas.

Retomando a questão do medo - que neste trabalho interessa por causa das manifestações do Movimento Brasil Livre sobre imigrantes -, aparece em Castells (2017) como um ciclo. Começando com algum gatilho de ameaça real, como um atentado, e que passa a ser constituído como um *espectro de vigilância eterna*. Assim, “As medidas de segurança para combater a ameaça prolongam o medo e a ansiedade, evocando o apoio indiscriminado dos cidadãos a seus senhores e protetores” (CASTELLS, 2017, p. 472). Essa

produção e reprodução do medo na sociedade em rede é a fonte elementar para que povos sejam estigmatizados como *potencialmente* criminosos ou terroristas – essas caracterizações sendo produzidas pelos processos comunicacionais na rede (CASTELLS, 2017).

Em suma, para este trabalho, o interesse é em compreender o Movimento Brasil Livre como um nó dessa grande rede que estrutura a sociedade atual. Então, também analisando como o movimento opera estrategicamente na rede para “formatar a mente” a partir da aplicação do poder da comunicação.

2.3 ATORES E AGENDAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Como destacado por Castells (2017), o exercício do poder a partir da comunicação na Sociedade em Rede permite que governos, grupos de interesse, etc., possam pautar questões como a invasão de determinado país. Assim, no contexto deste estudo, considera-se que as formas simbólicas ideológicas do MBL possibilitam contribuem para o agendamento de posições que impedem a implementação de políticas públicas que combatam relações de poder assimétricas no Brasil – ou que essas formas simbólicas podem contribuir para proliferação de políticas públicas que acentuem relações de poder assimétricas no país.

Dessa forma, para o presente estudo, as políticas públicas são entendidas como policêntricas (SECCHI, 2013). Como destaca Secchi (2013, p. 3), essa abordagem “considera organizações privadas, organização não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (policy networks), justamente com os atores estatais [...]”. Ao compreender a constituição de políticas públicas como policêntrica, pode-se discutir como a comunicação de um movimento tal qual o MBL pode influenciar nesse processo.

Assim, a análise policêntrica de políticas públicas desdobra-se na classificação de atores que podem influenciar no processo decisório. No presente estudo, não cabe uma explicação aprofundada de cada um deles, que passam desde os mais tradicionais como os burocratas e os partidos políticos, quanto por outros que não são institucionalizados como grupos de interesse pressão e *think tanks*.

De interesse para a presente pesquisa, está a atuação dos grupos de interesse ou de pressão (SECCHI, 2013) na esfera democrática e seu papel em pautar políticas públicas. Como indicam Cotta, Della Porta e Morlino (2001, p. 151), os grupos de interesse são organizados voluntariamente que utilizam “[...] recursos para influenciar decisões e políticas públicas”. Aqui, vale ressaltar, como aponta Secchi (2013, p. 108), “Os grupos de interesse

podem ser formalmente constituídos, a exemplo de sindicatos, colegiados profissionais, associações comerciais, ou serem informais, como nos casos de movimentos feministas, de movimentos dos sem-teto, de grupos ambientalistas etc.”. Dessa forma, o MBL enquadra-se na primeira categoria, já que há uma organização clara em torno de uma marca, posicionamento em site, bem como membros que se apresentam frequentemente como membros do grupo (GALINARI, 2017; GOBBI, 2016; PINTO, 2017). A atuação desses grupos é a partir de vários meios para fazer seus interesses serem ouvidos e respeitados no processo de elaboração de políticas públicas: campanhas publicitárias, lobby, financiamento de campanhas eleitorais, marchas ou paradas, greves e também corrupção ativa (SECCHI, 2013, p. 109).

Nesse sentido, é possível refletir sobre a atuação do MBL na rede, especialmente no *Facebook*, como a constituição de campanhas publicitárias contínuas acerca de temas que impedem a maior participação dos sujeitos na esfera política. E é possível compreender a possibilidade de influência desse grupo em Przeworsky (1995). O autor sustenta que os políticos, seja de situação ou de oposição, tratam de assimilar em seus programas as ideias que estão circulando na sociedade, para assim se manter no poder ou tomá-lo. Dessa forma, a valorização simbólica das formas simbólicas reproduzidas pelo MBL pode influenciar no desenho de políticas públicas excludentes ou no impedimento do avanço de políticas públicas inclusivas. Mesmo que essa pesquisa não se preocupa em medir em si a valorização simbólica dessas mensagens, essa discussão é importante para nortear possíveis novas pesquisas a partir do que for atingido de resultado nesta.

3 ANTAGONISMO, IDENTIDADE E POPULISMO

Com a compreensão do cenário institucional e tecnológico que insere-se os novos movimentos sociais produzidos pela sociedade em rede, avança-se na discussão da esfera política nesse quadro. Para isso, é feita uma discussão preliminar em Mouffe (2003; 2005; 2015) acerca da política após a queda do muro de Berlim e do colapso da União Soviética. A discussão a partir dessa base propicia o entendimento da ascensão de movimentos populistas de direita em autores como Mouffe (2003; 2005; 2015), em Laclau (2009) e em outros autores como Norris (2005), Hardt e Negri (2017), Nagle (2017), Stier et al. (2017) e Neiwert (2017). Assim, considerando a democracia além do processo eleitoral, e sim, como algo mais amplo sobre o embate de ideias nas sociedades (NOBRE, 2013; 2016).

Como aponta Giddens (1997) e Beck (1997), a partir dos anos 1990, em decorrência do colapso dos principais Estados socialistas, viveríamos um momento em que o indivíduo surgiria como o principal ator político. Esse papel não sendo mais das grandes identidades coletivas. Em contrapartida, como enfatiza Mouffe (2003, p. 12), “o colapso do comunismo abriu caminho para uma explosão de conflitos étnicos, religiosos e nacionalistas”. Isso, pode-se relacionar com a vitória do Brexit na Grã-Bretanha, a de Trump nos EUA, o ganho significativo do partido AfD na Alemanha e o próprio Movimento Brasil Livre, todos esses de alguma forma pautando-se de questões em comum como a questão migratória, nacionalismo, xenofobia, etc. Em Giddens (1997) e Beck (1997) a ascensão desses fenômenos como protagonistas em diversas democracias pelo mundo seria uma manifestação do passado que ainda não foi superado.

Porém, Mouffe (2015) critica essa posição por não contribuir para uma discussão mais profunda sobre a ascensão de movimentos populistas de direita⁷. Assim, para construir uma proposta política e democrática que abarque e explique esses fenômenos, é preciso ir além do rótulo do retorno do arcaico. Não obstante, deve-se compreender isso como *parte* da esfera pública constituída na globalização. Mouffe (2015, p. 71) destaca:

Em vez de examinar detidamente as causas políticas, sociais e econômicas do novo fenômeno, eles [analistas políticos e partidos tradicionais] rapidamente desconsideraram seu caráter de novidade rotulando-o de “extrema-direita”. Essa

⁷ Ressalta-se que o conceito de Populismo utilizado por Mouffe (2015) é o de Laclau (2009), considerando que o Populismo não traz em si um problema para a esfera política democrática, para Laclau, essa é também uma forma *legítima* de manifestação dos povos. Essa discussão sobre o Populismo é aprofundada no decorrer deste trabalho, para o momento, a importância do tema é para discutir os movimentos políticos que se inserem no campo de disputa política no século XXI.

manobra permitiu que eles fugissem do debate acerca das especificidades e causas desse fenômeno, furtando-se a examinar se os “bons democratas” não teriam sido parte responsáveis pela rejeição popular das instituições políticas existentes. A explicação já estava ao alcance da mão: era a “praga marrom” erguendo sua horrenda cabeça novamente, o que exigia que todas as forças democráticas se unissem para resistir ao ressurgimento dessa força nociva. É por esse motivo que a resposta ao surgimento dos movimentos populistas de direita tem sido, com bastante frequência, a condenação moral e o estabelecimento de um “cordão sanitário”.

Assim, como pode-se encarar substancialmente essa questão? Qual é o contexto que permite a ascensão desses movimentos? As respostas para essa questão, segundo Mouffe (2003; 2005; 2015), está na abordagem consensual da democracia, que ao tentar buscar um modelo político que desconsidera o conflito, acaba produzindo novas formas de embates. Esse modelo consensual tem como fundamento o conceito de democracia deliberativa (HABERMAS, 1994) que compreende a democracia como um processo em que o argumento mais racional vence. Nesse processo de criação de um consenso na democracia deliberativa, como critica Mouffe, “As paixões políticas são apagadas do campo da política, que é reduzido ao campo neutro do jogo de interesses” (MOUFFE, 2003, p. 12). Outra crítica a essa forma de encarar a política, como sustenta Baquero (2013, p. 48), é que

é uma solução difícil de ser atingida em virtude de aspectos: pressupostos de igualdade de condições objetivas entre as pessoas para deliberar, igualdade de escolaridade e dificuldade técnica de reunir um grande número de pessoas numa mesa para deliberar, particularmente no caso da América Latina.

Outra questão, retornando à Mouffe (2003; 2005; 2015), é que o campo político é formado não por uma racionalidade objetiva, e sim por paixões políticas, essas capazes de construir identidades coletivas ao longo da história. Antes de aprofundar-se na questão da produção de identidades coletivas, discute-se os fundamentos do antagonismo na democracia. O antagonismo em Mouffe (2015) surge como a possibilidade de constituição de identidades.

3.1 ANTAGONISMO E DEMOCRACIA

Como apresentado, Mouffe afasta-se da ideia de que a democracia deve visar a construção de um consenso racional e objetivo. Pelo contrário, “O que está em questão é a necessidade de reconhecer a dimensão de poder e antagonismo e seu caráter inerradicável” (MOUFFE, 2003, p. 13). Assim, para Mouffe (2015, p. 8), o político é “um espaço de poder, de conflito e de antagonismo”. A compreensão o papel do poder como inerradicável na democracia permite uma aproximação com os outros dois autores que são centrais na construção do problema desta pesquisa. Tanto Castells (2017), quanto Thompson (1995),

apesar dos dois partirem de bases conceituais diferentes de Mouffe, também entendem o poder como algo posto na sociedade, que não tem como ser erradicado, e sim disputado.

Ao encarar o poder como algo que não tem como ser eliminado da democracia, a questão para Mouffe é *como* essa disputa pelo poder deve estar conduzida. Para construir esse pensamento, o ponto de partida é em Carl Schmitt (1992). O autor que defende que toda forma política tende a construção de um cenário de amigo/inimigo. Como analisa Mouffe (2015, p. 10), “Um aspecto fundamental da abordagem de Schmitt é que, ao demonstrar que todo consenso se baseia em atos de exclusão, ela revela a impossibilidade de um consenso “racional” plenamente inclusivo”. Isso indica que toda construção de um consenso político, implica a existência de um grupo que foi *negado* de participar da política democrática. Dessa forma, “Somente reconhecendo a dimensão antagonística do ‘político’ é que podemos avançar questão fundamental da democracia política” (MOUFFE, 2015, p. 13).

Não obstante, é essa a leitura que possibilita superar a ideia de que o colapso dos Estados socialistas do século XX permitiria a ascensão de uma forma não-polariza da política. Então, o que está em questão para Mouffe é como construir um projeto antagonístico nesse novo tempo. Um projeto antagonístico pluralista, que inclua uma gama maior de sujeitos políticos – características desse novo tempo – e que não ponha em risco a própria democracia liberal (MOUFFE, 2015). E para isso, mesmo que Carl Schmitt seja o ponto de partida, ele deve ser superado, já que nele a construção de dicotômica é constituída como amigo/inimigo. E sim, “O que a democracia exige é que formulemos a distinção nós/eles de um modo que seja compatível com a aceitação do pluralismo, que é constitutivo da democracia moderna” (MOUFFE, 2015, p. 13). Nesse sentido, o desafio da democracia é produzir um espaço em que os antagonismos políticos possam ser produzidos, e, não obstante, “tentar manter sob controle o surgimento do antagonismo por meio da introdução de uma forma diferente de nós/eles” (MOUFFE, 2015, p. 15). Nisso, decore-se a ideia de que a democracia não é um jogo de soma zero, ou seja, que nem o grupo vencedor do processo eleitoral constitui-se como o dono de todo poder, assim, não respeitando as regras, bem como os derrotados tratam de legitimar o governo eleito, não se botando a derrubar a situação a qualquer custo (MOUFFE, 2015; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Porém, essa produção de antagonismos também acarreta em riscos para a democracia, já que em certos momentos pode desencadear comportamentos que visam o extermínio do outro. Dessa forma, Mouffe (2003) está interessada em construir um cenário que ela chama de *agonístico*. Nele, espera-se que “o ‘outro’ não seja visto como um inimigo a ser destruído,

mas como um ‘adversário’, isto é, alguém com cujas ideias iremos lutar, mas cujo direito de defender tais ideias não vamos questionar” (MOUFFE, 2003, p. 16). Assim, o modelo ideal de democracia para Mouffe é o adversarial, nele “Adversário lutam, sim - até mesmo de maneira feroz -, mas de acordo com um conjunto compartilhado de regras, e suas posições, apesar de serem fundamentalmente irreconciliáveis, são aceitas como pontos de vista legítimos” (MOUFFE, 2015, p. 50).

Ao contrário de abordagens como a de Giddens (1997) e Beck (1997) de que o processo de modernização afastaria as democracias de tensões vinculadas a identidades coletivas, autores como Burity (2017), Laclau (2009), Miguel (2014) e Mouffe (2003; 2005; 2015) sinalizam que a modernização acarretou no surgimento de uma pluralidade de identidades políticas. Em Inglehart (2001), essa questão aparece como a inserção de valores pós-materialistas desencadeados pela pós-modernização. Isso, caracteriza-se pela entrada em cena de movimentos sociais ligados as pautas de minorias como negros, mulheres, LGBT e ambientalistas (INGLEHART, 2001; BAQUERO, 2013; MOUFFE, 1996). Essa pluralidade é a parte fundamental para conceber a dificuldade de consenso (MOUFFE, 2015; BAQUERO, 2013). Como aponta Schmitt (1992), o consenso implica em exclusão, e num cenário de complexidade de identidades políticas, esse consenso apoiar-se-á também numa complexidade de exclusões de identidades.

As perguntas que decorrem dessa discussão são: porque mesmo com a modernização as identidades coletivas seguem vívidas? O que ainda as move? A resposta a essas perguntas é fundamental para compreender a ascensão do Populismo de direita na contemporaneidade. Se a abordagem anterior sobre o antagonismo na democracia contribuiu para entender onde a democracia assenta-se, agora pode-se partir para a questão das identidades nesse cenário. Como visto em Castells (1999), as identidades são motivações para a formação de movimentos sociais e políticos na sociedade em rede. Então, em Mouffe (2003; 2005; 2015), entende-se a formação dessas identidades no cenário político.

Primeiro, retoma-se a inevitabilidade da construção de um cenário de nós/eles que propicia a produção de identidades coletivas em Mouffe (2015). É na construção de um nós e eles que se fundamenta-se a própria noção de identidade, já que não há como existir um eu sem um outro no qual identifico minhas semelhanças e ou diferenças (MOUFFE, 2015; LACLAU, 2009). Logo, a identidade é constituída no que a autora define como “exterioridade constitutiva”. Como conceitua Mouffe (2015, p. 14): “O objetivo é ressaltar o fato de que a criação de uma identidade implica o estabelecimento de uma diferença, diferença essa que

muitas vezes se constrói com base numa hierarquia: por exemplo, entre forma e conteúdo, preto e branco, homem e mulher etc”⁸.

Disso, Mouffe (2015) ampara-se em Canetti e Freud para explicar a produção de identidades coletivas. Em Canetti, Mouffe destaca que mesmo o processo eleitoral não é uma forma de racionalização das paixões políticas, e sim, que é um simulacro deste, já que nele persistem relações entre o eleitorado, candidatos e opositores motivadas por sentidos não racionalizados (MOUFFE, 2015). Como exemplo, é apresentada a vitória eleitoral como uma substituição da morte do inimigo. Essa abordagem “faz com que compreendamos o importante papel que o sistema parlamentar desempenha na transformação do antagonismo em agonismo e na elaboração de um nós/eles compatível com o pluralismo democrático” (MOUFFE, 2015, p. 22). Mas além dessa questão da democracia como forma performática de embates mais arcaicos, em Canetti, a autora busca compreender as relações da multidão com a política. Assim,

Examinando minuciosamente a atração permanente que os diversos tipos de multidão exercem em todos os tipos de sociedade, ele atribui esse fenômeno aos impulsos diferentes que movem os agentes sociais. De um lado existe o que pode ser descrito como um impulso para a individualidade e a singularidade. Mas existe outro impulso que faz com que as pessoas queiram se tornar parte da multidão para se perder num momento de fusão com as massas. Para ele, essa atração pela multidão não é algo arcaico ou pré-moderno, destinado a desaparecer com os avanços da modernidade; é parte fundamental da estrutura psicológica humana. (MOUFFE, 2015, p. 22).

É desse processo que pode-se conceber a permanência da produção de identidades coletivas na contemporaneidade. Dessa forma, supera-se a visão de Giddens (1997) e Beck (1997) de que o surgimento de identidades políticas coletivas é um “retorno do passado”, como indica Mouffe (2015, p. 23), “Ao contrário, uma vez aceito [...] que a atração pela “multidão” estará sempre conosco, temos de abordar a política democrática de uma forma diferente, lidando com o problema de como mobilizá-lo de modo a não ameaçar as instituições democráticas”. Retomando o primeiro exemplo da autora em Canetti e essa segunda abordagem, Mouffe reflete sobre o ato de votar enquanto mobilizador de “paixões”. Assim, destaca, “as pessoas precisam ser capazes de se identificar com uma identidade coletiva que ofereça uma ideia de si próprias que elas possam valorizar” (MOUFFE, 2015, p. 24). E é nesse sentido que insere a discussão sobre a produção de formas simbólicas pelos movimentos políticos. A autora enfatiza que os discursos são menos sobre programas

⁸ Essa questão da hierarquia, posteriormente, ganha importância na discussão em Thompson (1995) sobre a

políticos, e mais sobre “ajudar as pessoas a compreender o que estão vivenciando” (MOUFFE, 2015, p. 15), dessa forma, fornecendo-as perspectivas de futuro e esperança.

Em Freud, Mouffe discute como as “paixões” operam no âmbito da identificação. Dessa forma, “Freud apresenta a ação do investimento libidinal na criação de identidades coletivas e fornece pistas importantes relacionadas ao surgimento dos antagonismos” (MOUFFE, 2015, p. 24). Disso, depreende-se os fundamentos do antagonismo nas sociedades. Mouffe destaca a partir do pensamento freudiano que a civilização tende ao caos, e assim, é necessário que haja sistemas que possibilitem a união. Esse é o papel da produção de identidades coletivas: permite “estabelecer uma profunda identificação entre os membros da comunidade” (MOUFFE, 2015, p. 25). Assim é estabelecido um “nós” coeso que garante a união de iguais, seja no Estado-nação, seja numa etnia, grupo político, etc. Porém, é de Freud que Mouffe também retira a ideia de que a produção de uma identidade coletiva depende da produção de seu contrário: o “eles”. Assim, a união está fundada na existência de uma parte que está excluída. Ou seja, essa união aparece como contingente, não como uma possibilidade universal para a sociedade. E é desse processo que pode haver um “eles” tanto formato na relação de inimigo, quando a que a autora sustenta que seria mais benéfica para a democracia que é a de adversário (MOUFFE, 2015). Assim, ao invés de interpretar movimentos nacionalistas e xenófobos como meramente uma forma arcaica de política emergindo no presente, pode-se compreender que é algo *essencial* das sociedades a produção de afetos. Aqui, destaca-se que não é uma *naturalização* de movimentos xenófobos, racistas, etc., e sim, que essa abordagem permite compreendermos o que no presente produz esse tipo de identidade coletiva. Em suma,

A lição que devemos extrair de Freud e de Canetti é que, mesmo em sociedades que se tornaram extremamente individualistas, a necessidade de identidades coletivas nunca desaparecerá, já que ela é constitutiva do modo de existência dos seres humanos. Essas identidades políticas desempenham um papel fundamental no campo da política, e o laço afetivo que elas oferecem precisa ser levado em conta pelos teóricos democratas. (MOUFFE, 2015, p. 27).

Tanto essa abordagem sobre a produção de identidades quanto a anterior - sobre a democracia – em Mouffe (2003; 2005; 2015) permite compor um quadro conceitual e analítico para compreender a ascensão de movimentos populistas de direita. Outro âmbito de importância da autora, é o de não realizar uma exclusão do campo político a priori desses movimentos. Como será descrito a seguir, o embate, e neste caso, o estudo, desses

movimentos não deve ser mobilizado em um sentido moralista, dessa forma, revela-se a importância de compreender o cenário e os sentidos que o Movimento Brasil Livre mobiliza. A resposta contingencial sobre o papel desse movimento em criar uma disputa de amigo/inimigo na política brasileira a partir de formas simbólicas ideológicas só poderá ser discutida com o término desta pesquisa. E com a devida vigilância epistemológica, assim, para iniciar essa construção de onde e como emerge o MBL, será debatido a questão do novo Populismo de direita.

3.2 NOVO POPULISMO DE DIREITA

Para compreender o que este trabalho convencionou chamar de novo Populismo de direita, deve-se conceituar *qual é* o Populismo que é descrito. Autores como Germani (1978), Canovan (1981) e outros teorizaram acerca do Populismo na tentativa de construir um conceito que abarcasse diversas manifestações políticas ditas *populistas*. Porém, como indica Laclau (2009), esses estudos buscaram em vão formatar um conceito coeso do que é Populismo, assim, com foco quase exclusivo em descrever as exceções do que propriamente um tipo ideal dessa forma de organização e manifestação política. E é justamente por meio dessa vacuidade, pluralidade e a inconsistência da caracterização do movimento que Laclau (2009) e Mouffe (2005; 2015) constroem o conceito de Populismo. Assim, afastando-se de literaturas que condenam o Populismo à uma fase histórica⁹, ligação direta entre o povo e o líder, etc., Laclau (2009) e Mouffe (2005; 2015) a postura é oposta: dedicam-se a descrever esse fenômeno político como legítimo, que emerge como a constituição do povo contra as elites – sejam financeiras, ou políticas.

Já por novo Populismo de direita este trabalho entende a ascensão de movimentos de direita surgidos desde os anos 80 com a proposta de desafiar os partidos e movimentos estabelecidos. Em trabalhos como de Norris (2005) e Neiwert (2017) esse mesmo fenômeno é conceituado como *nova direita radical*. Norris (2005) e Mouffe (2005; 2015) concordam que a ascensão desses novos partidos e/ou movimentos estão relacionados com a dificuldade de partidos e instituições estabelecidas em darem resposta para os anseios dos eleitores. Em Norris (2005), o estudo visa apresentar a pluralidade de faixas etárias e de renda que apoiam

⁹ Autores como Germani (1978) e Ianni (1991) realizaram suas análises baseados na "teoria da modernização". De tal forma, vinculam a interpretação do Populismo em uma dada fase histórica, estando essencialmente vinculada ao período entre-guerras.

esse tipo de movimento, assim, não estando mais relacionado com os movimentos de direita do início do século XX que essencialmente constituíam-se a partir de uma base de trabalhadores e desempregados com baixa escolaridade.

Assim, as duas autoras concordam que esse fenômeno que é um desafio para a democracia liberal apresenta-se como algo novo. Logo, antigas explicações sobre o Populismo de direita ou da direita radical não dão conta desse cenário que se apresenta a partir da década de 1980. Dessa forma, quais são as condições que possibilitam a ascensão do Populismo de direita na contemporaneidade? Mouffe (2005; 2015) indica dois principais fatores que condicionam a ascensão desse novo Populismo de direita: (a) esses partidos e movimentos apresentam-se como alternativa ao consenso na democracia liberal; (b) a resposta moralista dos partidos e movimentos estabelecidos dada à ascensão desses movimentos populistas de direita.

Sobre a primeira resposta, a noção de antagonismo e produção de identidades coletivas é de suma importância. Como exemplifica Mouffe (2005; 2015), a ascensão do nacionalista Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ) foi resultado de uma democracia com baixa disputa de projetos, conduzida por “uma ‘grande coalizão’ entre o conservador Partido do Povo (ÖVP) e o Partido Socialista (SPÖ)” (MOUFFE, 2015, p. 66). Dessa forma, os eleitores austríacos não viam alternativa política possível para seus anseios, já que o sistema não era capaz de produzir diferenças, e conseqüentemente, identidades coletivas. Assim, o FPÖ surgiu como a possibilidade de constituir “o povo” contra o *establishment*. Como destaca, Mouffe (2005; 2015), esse fenômeno do surgimento de um partido *outsider* ao consenso produzido pelos partidos estabelecidos pode ser observado também em outras democracias: Vlams Blok (VB) na Bélgica; Front Nationale na França e o Pim Fortuyn List na Holanda. Outros autores como Hardt e Negri (2017), Nagle (2017), Stier (2017) e Neiwert (2017), ao descreverem movimentos mais contemporâneos como a *alt-right* americana, o partido AfD na Alemanha e o Brexit na Grã-Bretanha, também apontam para a constituição de um discurso *anti-establishment* como motivadores da articulação e do crescimento desses movimentos. Portanto, a ascensão de movimentos populistas de direita dá-se:

Quando as fronteiras políticas se tornam indefinidas, começa a insatisfação com os partidos políticos; assistimos, então, à proliferação de outros tipos de identidade coletiva, que giram em torno de formas de identificação nacionalistas, religiosas ou étnicas. Os antagonismos podem assumir inúmeras formas, e é uma ilusão acreditar que se poderia erradicá-los um dia. É por essa razão que é importante lhes proporcionar uma forma de expressão agonística por meio do sistema democrático pluralista. (MOUFFE, 2015, p. 29).

Portanto, a primeira explicação para a ascensão do Populismo de direita para Mouffe está diretamente relacionada com a produção de um consenso entre partidos de esquerda e direita, assim, fazendo com que o eleitor não consiga diferenciar as propostas essenciais de cada partido. Em decorrência disso,

nas últimas décadas as fronteiras entre esquerda e direita tornaram-se cada vez mais indefinidas. Contudo, em vez de criar as condições para uma democracia mais madura, o que temos assistido em muitas sociedades ocidentais é uma perda de legitimidade das instituições democráticas. (MOUFFE, 2015, p. 63).

Já a segunda explicação dada por Mouffe abrange a reação a esse consenso. Para Mouffe (2005; 2015), os partidos estabelecidos reagem com *moralismo* em relação aos *outsiders* que surgem no cenário político. Porém, esse tipo de postura contribui para os movimentos populistas de direita se reafirmarem como um desafio ao sistema. Como destaca Mouffe (2015, p. 71), “A reação dos partidos tradicionais ao crescimento do Populismo de direita contribui, evidentemente, para exacerbar o problema”. Nisso, não se adaptando para atender demandas que ficaram excluídas no processo de produção do consenso. É nesse sentido que Mouffe sinaliza a *moralização da política*:

Ao empregar o termo “moralização” nesse contexto não pretendo dizer, é claro, que agora as pessoas atuam num campo da política buscando o bem comum, de acordo com causas que seriam desinteressadas ou imparciais. O que desejo sinalizar é que, em vez de ser construída em termos políticos, a oposição “nós”/”eles” constitutiva da política é construída agora segunda categoriais morais de “bem” versus “mal”.

Em suma, a ascensão dos novos movimentos populistas de direita em Mouffe (2005; 2015) pode ser descrito como um duplo movimento. Em primeiro grau, a pasteurização entre os projetos políticos de partidos de esquerda e direita, que abre espaço para o surgimento de um projeto antagônico a esse. E, em segundo, esse projeto antagônico se fortalece como referência contra o sistema (elites econômicas e/ou políticas) por meio da reação dos próprios partidos estabelecidos (MOUFFE, 2005; 2015).

4 METODOLOGIA

A abordagem metodológica desse estudo será a Hermenêutica de Profundidade (HP). A HP permite, para este estudo, compreender manifestações ideológicas de um movimento político como o Movimento Brasil Livre a partir de uma abordagem preocupada com os fundamentos e articulações das formas simbólicas. Outro ganho metodológico, é que a metodologia de Thompson opera como uma metodologia no âmbito macro, conforme o autor destaca, ela deve ser articulada com outras metodologias para compor a análise.

Dessa forma, essa abordagem possibilita um entendimento profundo da (re)produção de discursos ideológicos pelo MBL. Ampliando a análise não só para se é ideológico ou não, mas como esse discurso é mobilizado e a multiplicidade de significados que um mesmo significante possa ter. Assim, possibilita-se compreender o papel do MBL na disputa *cultural* por significados no jogo político e seu processo de construção de amigo/inimigo.

4.1 HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE

Para verificar se uma forma simbólica ideológica, Thompson (1995) indica que deve ser utilizada a hermenêutica de profundidade (HP). A HP caracteriza-se por abordar um campo-objeto enquanto reinterpretado, já que esse conteúdo foi previamente interpretado no ato de sua reprodução. A HP possui etapas principais para construir o campo-objeto de análise: (1) análise sócio-histórica (2) análise formal ou discursiva; (3) interpretação (THOMPSON, 1995). A HP, por esse seu caráter de etapas, pode ser combinada com demais metodologias em cada um dos momentos do percurso da pesquisa (NAZÁRIO; REINO; MANFREDINI, 2016). Abaixo, é descrito como se dará cada uma das etapas deste projeto de investigação. A Hermenêutica de Profundidade (HP) permite, para este estudo, compreender manifestações ideológicas de um movimento político como o Movimento Brasil Livre a partir de uma abordagem preocupada com os fundamentos e articulações das formas simbólicas.

Dessa forma, essa abordagem possibilita um entendimento profundo da (re)produção de discursos ideológicos pelo Movimento Brasil Livre. Ampliando a análise não só para se é ideológico ou não, mas como esse discurso é mobilizado e a multiplicidade de significados que um mesmo significante possa ter. Assim, entendendo como esses discursos são utilizados na luta pela hegemonia política.

5 ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA

A primeira etapa da HP é a análise sócio-histórica. Essa etapa visa criar a base que permitirá que os dados a serem levantados na etapa seguinte não sejam analisados de forma isolada. Dessa forma, enfatiza Thompson (1995, p. 34, grifos nosso), “está interessada nas condições sociais e históricas da produção, circulação e recepção das formas simbólicas. *Esta fase é essencial porque as formas simbólicas não subsistem num vácuo: elas são fenômenos sociais contextualizados [...]*”. Dentro dessa etapa, como sugere Thompson (1995), há quatro níveis. O primeiro nível é o de *situações espaço-temporais*. Nele, “dizem respeito às condições de espaço e aos períodos históricos nos quais as formas simbólicas foram estruturadas, postas em circulação e percebidas pelas pessoas” (NAZÁRIO; REINO; MANFREDINI, 2016, p. 293). Para o presente estudo, será feita uma contextualização sobre o momento político brasileiro que permitiu a ascensão do Movimento Brasil Livre. Essa questão foi apresentada aqui neste projeto nos subcapítulos que tratam sobre o novo Populismo de direita.

Campos de interação é o segundo nível da análise sócio-histórica. Para Thompson (1995), são onde ocorre a produção das formas simbólicas e possuem regras e estratégias de convivência definidos, porém não escritos e flexíveis. Dessa forma, o estudo apresenta como campo de interação a sociedade em rede e as novas formas políticas e de comunicação produzidas por ela (CASTELLS, 1999; 2012; 2017). Nessa abordagem de Castells, a pesquisa ocupar-se-á de descrever dimensões sociais e políticas da sociedade em rede, como destacado já em subcapítulo deste projeto. A economia da atenção (LEVY, 2013) e a vigilância na rede (BRUNO, 2013; BAUMAN, 2013). Diferente dos *campos de interação*, na análise sobre as *instituições sociais*, Thompson (1995) aborda a necessidade de descrever as regras sociais explícitas de onde as formas simbólicas estão reproduzidas. Por sua vez, van Dick (2013) é abordada para conceituar a dimensão *técnica* da sociedade em rede e os processos comunicacionais nela.

Por fim, há a análise da *estrutura social*. Com o interesse de apresentar as assimetrias na sociedade (THOMPSON, 1995) a partir de fontes secundárias. Essas fontes contribuindo para produzir um quadro sobre a posição de minorias como os LGBTs, negros, mulheres, etc, na política e na sociedade brasileira.

5.1 SITUAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAIS

O primeiro nível de análise sócio-histórica, como destacado, é responsável por apresentar o momento social e histórico na qual as formas simbólicas são reproduzidas. Para cumprir com essa necessidade, esse nível é dividido em duas discussões: (a) a descrição sobre o surgimento do MBL; (b) análise da conjuntura política que permite a aderência na sociedade das formas simbólicas ideológicas do MBL. Essas duas discussões também permitem aproximar o MBL da categoria de Populista de Direita a partir de seus pressupostos e o cenário político brasileiro no qual o movimento ascende.

5.1.1 MBL: surgimento e trajetórias

A primeira abordagem que visa reconstruir a situação espaço-temporal em que se situa as formas simbólicas reproduzidas pelo MBL no *Facebook* é a da própria qualificação sobre o surgimento do movimento e sua trajetória. Essa abordagem permite compreender o surgimento do movimento, bem como suas modificações de rumo ao longo do tempo.

O movimento não tem uma trajetória simples e retilínea, não há uma construção clara do seu surgimento em 2013 ao seu apogeu nas manifestações de rua de 2015 e 2016. Como mostra artigo da revista *Le Monde*¹⁰, o grupo surge em 2013 com o objetivo de trazer a pauta da liberdade econômica para a cena das Jornadas de Junho daquele ano. Sua vinculação institucional nesse período é com o grupo internacional EPL - Estudantes Pela Liberdade (GOBBI, 2017). Segundo reportagem da Agência Pública, MBL foi uma marca lançada pelo grupo para poder participar das manifestações de junho de 2013, já que a legislação americana não permite que instituições do país participem na política de outros países¹¹. Nessa fase, como aponta a Agência Pública, o MBL é dirigido pelo diretor executivo do EPL Juliano Torres e ativistas como Fábio Ostermann e Felipe França, resumindo sua atuação a campanhas na rede social *Facebook*.

Porém, como indica o artigo da *Le Monde*, o MBL não adquiriu capilaridade naquele momento. Assim, é possível afirmar que, nessa sua primeira versão, o MBL acabou nascendo e morrendo sem adquirir destaque na cena política brasileira. No entanto, no final de 2014,

¹⁰ *Think tanks* ultraliberais e a nova direita brasileira. Disponível em: <<http://diplomatie.org.br/think-tanks-ultraliberais-e-nova-direita-brasileira/>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

¹¹ A Nova Roupada da Direita <<https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acessado em 20/07/2018.

após as eleições, o MBL retorna. Nessas eleições, o candidato Paulo Batista se popularizou nas redes sociais por apresentar um discurso divertido sobre as privatizações. O candidato tinha como personagem o Raio Privatizador. Apesar de não ser eleito, Paulo Batista teve grande exposição nas redes como mostra a reportagem do *Le Monde Diplomatique*. A ligação do candidato com o MBL se dá por meio de sua equipe. Os organizadores de sua campanha, após o término do pleito aproximaram-se das lideranças que criaram o MBL em 2013, assim, assumindo o controle do grupo. Como aponta Gobbi (2016), as novas lideranças como Fernando Holiday, Renan Santos e Kim Kataguiiri, inclusive, desconsideraram a criação do movimento em 2013, adotando como “narrativa oficial” o surgimento do grupo após as eleições de 2014.

Dessa forma, as ideias e a atuação do grupo que interessa para o presente trabalho é a partir de sua estabilização enquanto movimento a partir de 2014, período em que ele ganha capilaridade pelos seus ataques contra o Governo Dilma Rousseff (GOBBI, 2016; ARALDI, 2017). Nesse período, indica Gobbi (2016), que o MBL passou atuar como movimento social ligado ao EPL (Estudantes Pela Liberdade). O autor afirma que o EPL tem como objetivo no cenário político brasileiro contemporâneo aproveitar-se do descontentamento da classe média com a política brasileira¹². Nesse sentido, enquanto o EPL é uma instituição que atua no nível de formação de quadros de direita, o MBL é o ramo responsável pela disputa de narrativas na sociedade (GOBBI, 2016; ARALDI, 2017). Importante destacar que o EPL e o MBL não apresentam-se como grupos diretamente relacionados, mas como aponta estudo de Gobbi (2016), diversas publicações do SFL (Students For Liberty) – versão internacional do movimento – apontam o MBL como parte de suas ramificações políticas. De qualquer forma, como sustentam entrevistas conduzidas por Gobbi (2016) com membros de ambos os grupos, as organizações são parceiras, porém, apresentam autonomia nas suas ações. Assim, a proximidade entre ambos se dá de forma mais clara nas ideias, como a promoção da livre-mercado, e a participação de atores em comum como Kim Kataguiiri, dessa forma, “nota-se a existência de um alinhamento político pela proximidade ideológica e pelo compartilhamento de recursos, em que MBL e EPL se constroem conjuntamente compartilhando sinergias” (GOBBI, 2016, p. 51).

¹² Como sustenta Jessé Souza (2015; 2016; 2017), este descontentamento da classe média passa a ser ponto central da esfera política brasileira após as manifestações de junho de 2013, temática essa que posteriormente é aprofundada para entender o contexto sócio-histórico que as formas simbólicas do MBL estão situadas.

Retoma-se a linha histórica do movimento para compreender as questões que mobilizam o sentido do movimento a ser estudado. É mister apontar que o MBL surge com o objetivo de pautar o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (GOBBI, 2016; CAVALCANTE, 2015). Essa questão apresenta-se na fala de um dos entrevistados de Gobbi (2016, p. 68),

é o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e a derrubada de seu partido. Para ele, a corrupção do PT é diferente da corrupção dos demais partidos, pois não é um fim em si próprio, uma forma de enriquecimento individual, mas um meio de implementar um projeto de sociedade, que ele rechaça.

Como também manifesta-se em levantamento de Cavalcante (2015) sobre protestos de direita no Brasil a partir de 2017. O autor indica que o MBL foi um dos primeiros movimentos a aderir a narrativa mais incisiva pelo *impeachment* de Dilma Rouseff, diferente de outros movimentos como o Vem Pra Rua que indicava o “Fora Dilma”, mas de forma menos objetiva, mais como uma preparação para o pleito seguinte do que a retirada imediata do mandato.

Essa questão fica mais evidente na análise de publicações do MBL no *Facebook* ou longo de 2015. Como mostra Gobbi (2016, p. 83),

Quase metade dos posts (44,34%) do MBL tem como finalidade a crítica ao PT ou a convocação para protestos contra o PT, o que implica que, pelo menos na página do Facebook, a apresentação da identidade do MBL se dá mais por oposição ao PT do que por afirmação de programa, projeto ou ideias próprias.

Então, a partir desses índices, é possível afirmar que até a queda de Dilma Rousseff em 2016, o MBL tinha como pauta primordial massificar o discurso contra os governos petistas (GOBBI, 2016; ARALDI, 2017). Ao olhar para o período de apogeu do grupo nas manifestações de rua contra Dilma Rouseff a partir de 2014, o MBL em 15/03/2015 conseguiu mobilizar pela internet, junto aos movimentos Vem Pra Rua e o Revoltados Online, mais de 1 milhão de pessoas em São Paulo.

A mobilização em torno do anti-petismo, como indica Gobbi (2016), no curto prazo tem importância para catalisar e massificar os discursos do grupo, mas no longo prazo dificultando a sustentação dele como tal. Como aponta Gobbi sobre os discursos do grupo até 2015: “A estratégia de construção de identidade usada pelo MBL no *Facebook* é bastante útil à expansão do movimento, mas pode gerar um problema interno de baixa coesão identitária” (GOBBI, 2015, p. 94). Assim, com a concretização da queda de Dilma Rousseff, o MBL fica esvaziado de sentido mobilizador.

Quais caminhos ele segue a partir disso são objetivo de análise deste trabalho. Mas sinais apontam já para um realinhamento do grupo em torno do conservadorismo moral. Como mostra o artigo “O conservadorismo moral como reinvenção da marca MBL” da *Le Monde Diplomatique*. O autor Gabriel Barcelos aponta que “O imaginário recorrido atualmente pelo MBL é o das ‘guerras culturais’ e da luta contra o ‘marxismo cultural’. A semente desta segunda ideia vem sendo plantada há muitos anos pela direita brasileira, tendo Olavo de Carvalho seu principal formulador”¹³. Como sustenta Nagle (2017), essa é a marca dos novos movimentos de direita radical, os grupos, além de atuarem no nível da política institucional, passaram a se mobilizar em torno da cultura, assim, disputando as ideias que circulam na sociedade. Barcelos defende que o MBL compreendeu que a disseminação de ideias como o livre-mercado e privatizações não teriam sucesso por si só, então, seria preciso de alinhar a forças já consolidadas na política brasileira como o conservadorismo. Barcelos aponta no texto que o “A aposta foi no velho conservadorismo brasileiro em relação aos costumes, à moral e à cultura, algo com muito mais chance de sucesso. Daí a tentativa de censurar escolas e exposição de arte, como velhos beatos com tochas na mão”.

Deixa-se de lado o discurso, passa-se a organização, também identifica-se momentos distintos do grupo. Gobbi (2016) aponta que o grupo organiza-se em células municipais, inclusive, com seção no seu site dedicada para apresentar a abrangência do grupo. Cabe destacar que essa seção do site não existe mais em 2018, denotando essa passagem de fase do MBL. Agora, o site tem página dedicada a apresentar seus parlamentares¹⁴. Assim, pode-se inferir que há um momento, o do *impeachment* de Dilma Rousseff quando o grupo estava preocupado em se massificar, dessa forma, dando ênfase a estruturas municipais. Enquanto, em se concretizando o *impeachment* e o acontecimento do pleito eleitoral de 2016, o grupo parte para sua institucionalização na política.

Nesse âmbito, o MBL que no seu início apresentava-se como movimento apartidário, a partir da metade de 2015, muda de posicionamento. Gobbi (2016, p. 68) aponta “Com a proximidade das eleições municipais, o MBL retirou a palavra ‘apartidário’ de sua descrição e passou a publicamente declarar que vai lançar candidatos em diversos partidos políticos”. Em meio a esse processo, o MBL dedicou-se a decidir qual rumo seguir na sua institucionalização, se por meio de fundação de um partido ou a sua entrada em bloco em

¹³ “O conservadorismo moral como reinvenção da marca MBL”. Disponível em: < <http://diplomatique.org.br/o-conservadorismo-moral-como-reinvencao-da-marca-mbl/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

¹⁴ No site do MBL, é possível verificar quais dos seus membros estão com mandatos políticos nos mais diversos níveis. Disponível em: <<http://mbl.org.br/parlamentares/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

algum já existente. O caminho tomado pelo MBL nesse momento divergiu de ambas opções apresentadas, tendo sua atuação na política institucional pulverizada em partidos como o Novo, PSDB, DEM, entre outros (GOBBI, 2016). Em consonância com isso, o MBL nesse período de institucionalização deixa de ter a mesma potencialidade de mobilização nas ruas que tinha quando pautava o *impeachment* de Dilma Rousseff. Em agosto de 2017, o MBL mobilizou protestos em favor do projeto Escola Sem Partido, diferente de 2015 quando chegou a trazer 1 milhão de pessoas as ruas, essa nova pauta teve protestos de rua esvaziados¹⁵. Se antes o MBL utilizava-se dos meios digitais para mobilizar manifestações de rua, a partir de então, com a perda dessa força nas ruas, ele aprofunda sua presença na internet¹⁶. Reportagem do Nexo aponta que “A internet é o maior meio utilizado pelo MBL para expor suas posições. E o grupo possui uma grande quantidade de seguidores. A página do movimento no *Facebook* é curtida por 2,6 milhões de pessoas”. E seu movimento de maior força nas redes nesse novo momento foi “com sua campanha contra uma exposição de arte em Porto Alegre (Queermuseu) e contra uma performance artística no Museu de Arte Moderna de São Paulo”.

Em síntese, o momento do MBL no qual este trabalho busca analisar é o que ele passa a se institucionalizar após a conquista do *impeachment* de Dilma Rousseff, tendo como característica ser um grupo que deixou de mobilizar protestos de rua, porém segue com influência nas redes. Assim, novos elementos entram em cena para compor o quadro sócio-histórico que permitem compreender além do próprio MBL os sentidos mobilizados por suas formas simbólicas.

5.1.2 Contexto político brasileiro

Compreendido os fundamentos do novo Populismo de Direita de forma mais geral na política mundial no referencial teórico deste trabalho, como pode-se aproximar essa questão do cenário político brasileiro? Para realizar esse enquadramento e permitir a aproximação com o MBL, é proposta uma discussão breve sobre pontos que indicam a recorrência deste fenômeno no Brasil.

¹⁵ Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/nee7b/a-marcha-falida-do-mbl-pelo-escola-sem-partido>. Acesso em: 20 set. 2018.

¹⁶ Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/03/31/MBL-do-discurso-anticorrupt%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-proximidade-com-as-fake-news>>. Acesso em: 20 set. 2018.

A questão do consenso pode ser encontrada em André Singer (2012) e Marcos Nobre (2013; 2016). Sobre isso, como aponta André Singer (2012), os Governos Lula (2003-2010) foram marcados por uma “despolitização da política”. Singer enfatiza que nesse período de governo, uma das marcas foi o consenso entre diversas forças políticas que antes eram antagônicas. Esses *antigos opositores* passaram a construir juntos um governo de coalizão. Esse fenômeno faz parte das bases do que Singer define como Lulismo (2012). De Werneck Vianna, Singer retira a ideia do Brasil como o *locus* da revolução passiva, em que as elites fazem modernizações em prol da sociedade, porém de forma controlada. Porém, no caso dos governos lulistas, o que ocorre é a questão contrária, “as forças da antítese (leia-se: o PT) ‘não quiseram assumir os riscos de sua vitória’, optando por assumir o programa da tese (leia-se: o PSDB), contra a qual haviam construído sua identidade” (SINGER, 2012, p. 38).

Em Nobre (2013; 2016), a questão é ampliada para um período maior de governos, o autor indica que, desde a redemocratização, o Brasil depara-se com o fenômeno político definido como pemedebismo. Como destaca Nobre, tanto os governos do PSDB quanto os do PT foram marcados por transformações políticas que só foram possíveis a partir da coalizão com o PMDB. Por isso, os dois governos de certa forma convergem em diversas pautas. As visões de Singer (2012) e Nobre (2013; 2016) nos permitem refletir sobre a produção de um consenso na democracia brasileira, que faz com que parte dos cidadãos não consigam mais distinguir os projetos de forma plena.

Outro ponto, são as manifestações de Junho de 2013. Para Nobre, os movimentos tiveram como centralidade de pauta a crítica ao pemedebismo. Sobre a reação as manifestações, o autor destaca que foram conduzidas da seguinte forma:

O pemedebismo do sistema encarou as revoltas de Junho como uma explosão de insatisfação que iria passar em algum momento. O PT e parte da esquerda interpretaram as revoltas como manifestações de direita ou mesmo como de caráter profascista, potencialmente danosas, portanto, ao projeto de que o PT seria o portador e condutor incontestes. (NOBRE, 2016, p. 146).

Nesse ponto, pode-se inferir que a reação produzida pelos partidos estabelecidos foi de não-reconhecimento da essência dos movimentos. Dessa forma, agindo com o que foi definido em Mouffe (2005; 2015) como *moralização da política*.

Além dessas questões mais específicas a respeito da democracia no Brasil que podem ter desencadeado a ascensão desse fenômeno populista de direita, há leituras que permitem refletir sobre esse contexto na América Latina. Como destaca Caputo (2011), segundo pesquisas do Latinobarometro, na região, parte da população estaria apta a apoiar governos

autoritários desde que apresentassem resultados econômicos satisfatórios. Enquanto isso, Baquero (2013, p. 40) indica que “O legado do modelo neoliberal, por sua vez, tem sido perverso, ao acentuar a exclusão social e agravar problemas estruturais que se refletem no desemprego crônico, na desconfiança e no desencanto com a política e na incerteza dos cidadãos sobre seu futuro”. Esse cenário, para o autor, “têm desfigurado as identidades coletivas tradicionais (família e grupos comunitários), não propiciando, em seu lugar, o surgimento de novas identidades agregativas” (BAQUERO, 2013, p. 40).

Essa questão da desigualdade, segundo Baquero (2013), conduz a um cenário de democracia inercial. Para o autor, democracia inercial é quando há certa estagnação dos investimentos sociais em um contexto em que há evolução dos procedimentos da democracia e das tecnologias disponíveis. Assim, criando um descompasso ao longo do tempo que causa conseqüentemente uma menor crença nas instituições políticas. Como destaca Baquero (2013, p. 46), nesse cenário, “o Estado não consegue satisfazer um conjunto de direitos econômicos, sociais e políticos essenciais para o fortalecimento da democracia”. Esse problema é tratado como uma *crise de expectativas* em Zizek (2015), o autor defende que essa crise foi responsável pela eclosão de diversas manifestações de rua em países como Turquia e Brasil. E como em Baquero (2013), o resultado disso é a diminuição da crença dos cidadãos na democracia (ZIZEK, 2015).

Dessa forma, constitui-se como principal gatilho para esse problema, segundo Baquero (2013), a alta desigualdade econômica na região. O autor aponta que “quanto maior a desigualdade econômica, maior a distorção da democracia a favor dos mais ricos” (BAQUERO, 2013, p. 43). Essa questão aliada à da despolitização da política (SINGER, 2012) e do pemedebismo (NOBRE, 2016) podem estar relacionadas com a produção de um discurso de “o povo” contra as “elites” no Brasil. Para verificar a correlação entre essas duas variáveis seria necessária uma ampla pesquisa a parte desta, dessa forma, para o presente estudo, esses fatores servem para compor um quadro sobre o cenário político brasileiro e latino-americano.

Outro âmbito a ser considerado além da política institucional brasileira, para compreender a ascensão do MBL, é o das *ideias* que permitem a sua ascensão – essa questão de maior destaque já que o enfoque deste trabalho é a discussão das formas simbólicas disseminadas pelo movimento. Para isso, é posto em cena as discussões de Jessé Souza (2015; 2016; 2017) sobre a ideologia das manifestações que iniciaram em 2013 e passaram a ter outros contornos ao longo de 2015 e 2016.

A política brasileira é atravessada por momentos em que o autoritarismo ascende para suspender a democracia – e até mesmo para forjá-la (CHAUI, 2010). Disso, decorrem momentos de crises institucionais como o Golpe Militar de 1964 e o *Impeachment* de Dilma Rousseff (SOUZA, 2015; 2016; 2017). Esses dois casos com diferença significativa de tempo, para Jessé Souza (2015), apresentam certas semelhanças na forma como os movimentos foram catalisados pelo espírito de que a sociedade é o bem, enquanto o Estado é o mal.

Para Jessé Souza (2015), quem torna-se a classe representante desse espírito da sociedade como bem é a classe média brasileira. Sendo assim, “O moralismo da classe média sempre une o desprezo pela política em geral e a busca por uma ‘virtude idealizada’” (SOUZA, 2015, p. 256). E esse espírito apolítico, faz com que instituições – supostamente – neutras surjam como poder moderador da sociedade. Em 64, os militares, em 2016, o Judiciário. Não obstante, a visão de Jessé Souza (2015; 2016) sobre as manifestações de Junho de 2013 servem de contraponto a versões apologéticas do movimento como a do autor espanhol Castells (2013).

Assim, é preciso recuperar como a classe média torna-se a “classe revolucionária”. . Na contemporaneidade, para Jessé Souza (2015; 2016; 2017), a classe média emergiu com força no cenário político a partir das Jornadas de Junho de 2013. Para o autor, essas jornadas contaram com dois momentos, “Nos primeiros dias, uma aliança entre estudantes e ‘batalhadores’ da classe trabalhadora precária, foi o grande responsável por uma pauta de reivindicações em consonância com os interesses das classes populares” (SOUZA, 2015, p. 240). Dessa forma, as pautas principais eram objetivas, vinculadas à luta contra o aumento das passagens de ônibus em diversas capitais brasileiras. Porém, no dia 19 de junho de 2013 houve inflexão na pauta com a entrada da classe média nos protestos. A entrada da classe média nas manifestações trouxe as ideias de Freyre, Buarque de Holanda e de Faoro de volta a centralidade da disputa política. Como afirma Souza (2015, p. 239), “A grande fraude das ‘Jornadas de Junho’ é a impressão de que o ‘vilão’ está no Estado e a ‘sociedade’, engajada e politizada, é o ‘mocinho’”. Dessa forma, apresentou novamente como *agente revolucionário* idealizado na política brasileira, como já havia surgido na Era Vargas, protestos contra o governo João Goulart e o *Impeachment* de Collor (SOUZA, 2015).

Disso, Jessé Souza aponta que a tomada das ruas pela classe média acabou despertando ideais conservadores nas manifestações – o que ainda culminou na eleição do congresso mais conservador da história em 2014 (SOUZA, 2015). Entretanto, destaca-se que a classe média brasileira não é em sua totalidade conservadora, como enfatiza Jessé Souza

(2015; 2017), em todo mundo a classe média caracteriza-se por ser plural na sua orientação política. Porém, no Brasil, a maior parcela da classe média alinha-se a valores conservadores, em grande parte por um ódio direcionado as classes baixas em momentos que estas começam a ascender (SOUZA, 2015; 2016; 2017).

Nisso, é criada uma nova versão do “mito nacional” da classe média. Que acredita que nela está o espírito da mudança já que ela meritocraticamente merece esse espaço. Em decorrência, desdobrasse a ideia de mercado virtuoso e do Estado como problema - que o pensamento de Freyre, Buarque de Holanda e Faoro embasam. Jessé Souza ao criticar essa visão aponta que Estado e mercado dependem um do outro mutuamente para a sua reprodução. O mercado depende das leis e instituições do Estado para ter segurança, enquanto o Estado depende da produtividade do mercado. É a partir da falta de entendimento sobre essa relação do Estado com o mercado que Jessé Souza (2015) fundamenta a sua principal crítica sobre o tema central das manifestações após a entrada da classe média: a corrupção. Esse discurso das manifestações, segundo Jessé Souza (2015), estava relacionado com as ideias de Freyre, Buarque de Holanda e Faoro, já que apenas percebiam o Estado como o ente ruim da equação. Dessa forma, Jessé Souza indica que o discurso contra a corrupção na verdade é um deslocamento da luta de classes:

Então, por que “escolher” mercado e Estado como os termos do nosso “conto de fadas”? Porque, mesmo em sociedades que se percebiam como formadas por indivíduos e não por classes [...] os conflitos de classes precisam ser articulados de algum modo, ainda que distorcido. (SOUZA, 2017, p. 244).

Esse pensamento garante que o 1% mais rico do país se perpetue enquanto classe social. Já que a classe média atua para questionar apenas o mercado, assim fazendo com que o Estado facilite o ganho por capital, e não invista em bem-estar social. Souza (2015) discute que a *incoerência* da classe média que toma para si a figura de herói num país que 70% das pessoas estão condenados a ter uma subvida. Sendo assim, outra diferença fundamental do Brasil com as sociedades avançadas é que “O que nos afasta das sociedades “moralmente superiores” é que exploramos, aceitamos e tornamos fato natural e cotidiano conviver com gente sem qualquer chance real de vida digna sem ter nenhuma culpa disso” (SOUZA, 2015, p. 245).

A classe média, assim, aparece como parte interessada de uma luta entre dois projetos de país no Brasil. Um que é iniciado por Getúlio Vargas, como destaca Jessé Souza (2015, p. 246), baseado em “ou bem o Brasil se transforma em uma sociedade de consumo de massas e inclui a maior parte de sua população” e a sua contraparte que pensa o país com as estruturas

de privilégios intactas e insere apenas 20% no consumo (SOUZA, 2015). Essa segunda, onde as maiores frações da classe média engajam-se politicamente. Sendo assim, “É nesse embate entre um projeto de *apartheid* excludente e outro um pouco mais inclusivo que reflete a história política do Brasil moderno” (SOUZA, 2015, p. 246). Conforme defende Jessé Souza (2015), as políticas de inclusão promovidas pelos governos progressistas entre 2003 e 2016 fizeram com que a classe média organiza-se num movimento de reação a partir junho de 2013. Jessé Souza indica que

Por conta disso, os últimos doze anos de “reformismo fraco”, apesar de sua timidez e fraqueza, produziram uma reação sem precedentes em uma das sociedades complexas mais perversas e conservadoras da história moderna. Essa pequena mudança ousou tocar nos mecanismos de exploração e humilhação seculares de classe no Brasil. Daí o ódio enfim expresso sem qualquer pejo nessas últimas eleições [as de 2014]. (SOUZA, 2015, p. 245).

Como arma para justificar o *apartheid* social, é implementado o discurso de corrupção e ineficiência estatal, que é originado das ideias de Freyre, Buarque de Holanda e Faoro (SOUZA, 2015; 2016; 2017).

Nessa criminalização da atuação do Estado em nome dos mais necessitados, a classe média torna-se a “tropa de choque” dos endinheirados segundo Jessé Souza (2015; 2016; 2017). São a “tropa de choque” por disseminarem “a ideia absurda de mais mercado no país do mercado mais injusto e concentrado do mundo” (SOUZA, 2015, p. 250). Esse discurso sem problematizar a alta concentração de renda dos endinheirados que forjaram ela na escravidão e no uso do Estado para aumentar os ganhos do mercado, e não da população em geral (SOUZA, 2015; 2016; 2017).

A classe média auto-idealizada por afastar-se da elite a partir de um moralismo anticorrupção e das classes baixas com seu anti-populismo, apresenta-se como a classe social que concentra a *vontade geral* da sociedade brasileira. Porém, o autor sustenta que essa questão não é singular ao Brasil. Jessé Souza destaca que esse é um fenômeno global relacionado à classe média:

O moralismo da classe média sempre une o desprezo pela política em geral e a busca por uma “virtude idealizada”; que espalha por sua vez uma “vontade geral” indivisa, ilusão autoritária que foi o mote de toda revolta política com base de classe média – e de seus estratos pequeno burgueses – desde o jacobinismo francês até o fascismo europeu deste século. (SOUZA, 2015, p. 256).

Assim, essa classe média idealizada como *a classe revolucionária* do Brasil por ser *moralmente superior*, tem seu papel de representante da vontade geral deslocado pela mídia brasileira, como também a ascensão de um poder moderador da sociedade. É nesse processo

de deslocamento da vontade geral que, Jesse Souza (2015) aponta, constitui a mídia brasileira como o Partido da Ordem. Dessa forma, o constante desrespeito aos resultados das urnas é motivado pelo fato de que

sempre foi e ainda é necessário, como veremos, insuflar o público conservador cativo – o qual, em uma sociedade perversa e desigual como a nossa, é antipopular na sua essência – com referências a uma “vontade geral” indivisa a qual, supostamente, seria mais importante que a vontade individual ainda manifesta nas urnas. (SOUZA, 2015, p. 257).

Dessa forma, como a classe média é idealizada como *moralmente superior*, o processo eleitoral sempre é posto sob suspeita já que a elite tem relação simbiótica com o Estado, como descreve Faoro, e as classes populares são incapazes de agir racionalmente, como construído nas ideias de Freyre e Buarque de Holanda (SOUZA, 2015; 2016; 2017). Porém, ainda é necessário encontrar um terceiro elemento que *institucionalize* essa vontade geral expressada pela classe média e amplificada pela mídia brasileira.

Jessé Souza sugere que esse elemento que surge para concentrar a “vontade geral” apresenta-se como “apolítico”. Assim, tendo um verniz de ator “neutro” no jogo político. Discurso que apareceu nas manifestações de Junho de 2013 em que as bandeiras de quem começou as manifestações foram proibidas de serem levantadas nos atos após a entrada da classe média em cena. Sendo assim,

O jogo da pseudocracia moderna brasileira estava armado: o aproveitamento consequente do moralismo de fachada dos setores médios baseado no ressentimento contra os de cima (sempre corruptos, especialmente no Estado) e o ódio contra os de baixo, destinado a ser astuciosamente insuflado sempre que a imprensa, “neutra como o dinheiro”, visse seus interesses na ordem para poucos de algum modo ameaçado. (SOUZA, 2015, p. 259).

Entretanto, como destaca Jessé Souza (2015; 2016), esse poder neutro não está fora do Estado. O movimento *em si* não é institucionalizado, e sim, passa sua vontade geral para um representa que *já está* no Estado. Contra Vargas nos anos 40 e João Goulart nos anos 60, o elemento neutro do Estado brasileiro que foi evocado foram os militares. Esses, perdendo força ao longo do tempo que estiveram no poder entre 1964 e 1985 por causa de escândalos de corrupção que estiveram envolvidos e problemas econômicos. Assim, na contemporaneidade, foi necessário encontrar um novo ator institucional *com verniz de racionalidade* para incorporar a vontade geral fabricada pela classe média nas Jornadas de Junho de 2013. Esse novo ator neutro, para Jessé Souza (2015), é o Judiciário. Já que a constituição de 1988 garante superpoderes para essa instituição. Formados em grande parte por pessoas vindas das classes médias e altas e com a ideologia conservadora. Fazendo surgir

a figura do “justiceiro”. Não obstante, agem para manter o poder na mão do 1% mais ricos do país. Dessa forma, a questão do *patrimonialismo*, como já destaco, surge apenas para problematizar a atuação do Estado em nome dos mais necessitados do país, deixando de lado o Judiciário como ator que faz parte desse Estado já que sua atuação visa atender a ideia de mais mercado em um país desigual como o Brasil (SOUZA, 2015; 2016; 2017). E, vale destacar, o problema da corrupção é *focalizado* nos governos de esquerda, criando uma ideia de que apenas os governos voltados ao *social* são responsáveis pela corrupção no Brasil. (SOUZA, 2015; 2016; 2017).

Assim, a partir da discussão de Jessé Souza, é possível compreender as ideias que mobilizam o MBL, e das quais ele também aproveitou-se para emergir no cenário político. Como foi demonstrado em Gobbi (2016), Cavalcante (2015) e Araldi (2017), o MBL teve papel significativo na mobilização e na disseminação das ideias que mobilizaram as manifestações políticas de direita a partir de 2015. Dessa forma, é possível destacar que o MBL apresenta-se como um movimento que busca hegemonizar esse discurso da classe média como portadora da vontade geral – com destaque para o discurso contra a corrupção. Porém, essa temática restringe-se para compreender como o movimento cresceu, mas, como já demonstrado, essas ideias que o MBL mobilizava perderam força com o *impeachment* de Dilma Rousseff. Nesse sentido, destaca-se que este trabalho tratará de discutir quais formas simbólicas ideológicas são agora mobilizadas pelo movimento.

5.2 CAMPO DE INTERAÇÃO

Nesse nível da análise sócio-histórica é discutido as *regras não escritas* do contexto que as formas simbólicas estão inseridas. Assim, o interesse será em compreender questões que ajudam a compreender as ascensões de movimentos como o MBL na Sociedade em Rede. Por isso, será apresentado como movimentos populistas de direita e de extrema-direita em geral utilizam-se das comunicações digitais para disputar o cenário político em seus respectivos países.

5.2.1 As estratégias comunicacionais da nova direita populista

Nagle (2017), Hardt e Negri (2017), Stier et al. (2017) e Neiwert (2017) apontam que os movimentos populistas de direita atuam nas redes para disputar signos culturais da

atualidade. Como sugere Nagle (2017), para esses grupos, ter o discurso dominante é mais importante do que ter a maioria de um parlamento. Assim, essa nova direita radical parte do princípio que a maioria da população é conservadora, porém, é uma "maioria silenciosa". Então, os novos movimentos devem catalisar esse tipo de posicionamento, de forma que ele circule nas redes e ganhe relevância. Entre as suas principais pautas está a oposição ao multiculturalismo e ao que classificam como declínio dos valores ocidentais. Nagle sustenta que movimentos, como a *alt-right* americana, adotam uma postura de *Gramscianismo de Direita* (NAGLE, 2017). Assim, utilizam-se das ideias do intelectual e político do comunista Antonio Gramsci - que defendia que a esquerda deveria envolver-se na luta pela hegemonia cultural para tomar o poder – para propagar suas ideias conservadoras (NAGLE, 2017). Este conceito, apesar de pouco desenvolvido por Nagle (2017), interessa para compreender o papel de um embate *cultural* na esfera política.

Retomando a questão de suas pautas, os movimentos e partidos populistas de direita contemporâneos utilizam-se do próprio desenho institucional da sociedade em rede para propagar ideias que vão em direção contrária a elas. Como apontam Nagle (2017), Neiwert (2017), Stier et al. (2017), os movimentos e partidos da nova direita, que desafiam os estabelecidos, utilizam das redes sociais e sites de notícias independentes para propagar ideias contrárias a globalização. Dentre as principais, está a crítica ao que rotulam de *globalismo*. O globalismo para os grupos da nova direita seria uma nova ordem mundial responsável por tentar implementar uma cultura global miscigenada, que, segundo eles, coloca em ameaça os valores ocidentais (NAGLE, 2017). Como sustenta Nagle (2017), esses grupos entendem os valores ocidentais aspectos como o reconhecimento do casamento *apenas* como entre homem e mulher, a defesa da religião cristã, bem como as identidades nacionais estabelecidas da Europa e da América do Norte.

Em estudo empírico comparativo, realizado por Stier et al. (2017), entra as publicações no *Facebook* dos partidos populistas de direita e os partidos tradicionais alemães, verificou-se que os populistas inclinavam-se a publicar conteúdos mais ligados a esfera cultural e migratória, do que questões sobre saúde, educação, economia, entre outros conteúdos mais “tradicionais” da disputa política. Assim, constatou-se a presença desse embate cultural como a principal estratégia utilizada por esses novos movimentos.

A partir da discussão de como os movimentos populistas de direita se portam nas redes em diversos países pode-se compreender o papel das mídias sociais na disseminação de suas ideias. Como indicado em Nagle (2017), esses movimentos deixaram de preocupar-se com a

política institucional propriamente dita para disputar as ideias nas sociedades. Esse fenômeno, como podemos perceber na discussão sobre o MBL e o EPL, está presente no contexto do movimento brasileiro. Mesmo que o grupo tenha passado a se institucionalizar, essa institucionalização não se dá pela formação de um novo partido ou entrada em conjunto em um, e, sim, na entrada de seus membros em diversos partidos já estabelecidos no Brasil.

5.3 INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Nas instituições sociais, são discutidas as regras escritas de onde as formas simbólicas são transmitidas (THOMPSON, 1995). Nesse sentido, o interesse neste texto é discutir as dinâmicas *técnicas* do *Facebook* que permitem a disseminação das publicações do MBL na rede. Para isso, é posto em discussão o trabalho de van Dick (2013), que diferente de Castells, que preocupa-se com a dimensão mais sociológica da sociedade em rede, apresenta uma abordagem sobre a técnica dessa sociedade que emergiu com o avanço das TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação).

5.3.1 Plataformas de mídias sociais

Para compreender a etapa da sociedade em rede que emerge após a virada do século XXI, é necessário discutir o conceito de plataformas de mídias sociais (DICK, 2013). Para Van Dick (2013, p. 4), “As a result of the interconnection of platforms, a new infrastructure emerged: an ecosystem of connective media with a few large and many small players”. Assim, a autora indica que, como na mídia tradicional, o poder também fica concentrado em grandes corporações como *Facebook* e *Google*.

Como Castells (1999; 2003; 2013; 2017), a autora concorda que a sociedade passou por profundas modificações com o avanço da tecnologia, especialmente, as vinculadas a comunicação. E nesse campo proliferaram-se mídias sociais que privilegiam a interação entre pessoas, e cada uma delas com um objetivo específico para completar uma lacuna nessa profusão de demanda por tecnologias.

De forma objetiva, Van Dick (2013) indica que as plataformas são mediadores de mensagens, não um intermediário como no caso de aparelhos como o telefone e a televisão. Mediadores por causa da sua capacidade técnica de também indicar os melhores conteúdos

para usuários específicos a partir de seus gostos, conexões e motivações. Assim, as plataformas são capazes de codificar interações humanas e racionalizar elas.

Van Dick (2013) afirma que essas mídias sociais não ficaram apenas na esfera do entretenimento para as pessoas, e, sim, tem papel significativo em relacionamento passionais e profissionais. Porém, com a facilidade técnica de se “desconectar” de pessoas, os laços tornam-se mais fracos nesse processo. Ao refletir sobre o plano político nas redes, essa questão dos laços fracos contribui para compreender as movimentações do MBL após o *impeachment* de Dilma Rousseff. Como apontado neste trabalho, o movimento perdeu parte de sua capacidade de mobilização de pessoas após a concretização de seu primeiro objetivo político.

Ao refletir sobre formas simbólicas nas plataformas de mídias sociais nos botamos em questionamento sobre o papel do conteúdo. Para Van Dick (2013), o conteúdo tem papel central nas dinâmicas das plataformas de mídias sociais. A autora destaca que “The sharing of content enhances connectedness between people and also helps many acquire a (global) stage for public viewing” (DICK, 2013). Dessa forma, a publicação de conteúdos permite com que toda a cadeia de interações das plataformas de mídias sociais seja possível. Sobre isso, Van Dick (2013) aponta os usuários tendem a preferir a standardização de conteúdo. Para complementar isso, as plataformas se estruturam tecnicamente para entregar isso. Outra característica da produção de conteúdo nas plataformas de mídias sociais, segundo a autora, é que são produtos não finalizados, diferente do que é produzido pelas mídias tradicionais. E esse processo contínuo de produção permite uma contínua captura de dados pelos proprietários das plataformas.

Retomando a questão das plataformas de mídias sociais, Van Dick (2013), indica que cada uma tem objetivos de negócios que acabam definindo a forma que interações entre pessoas, corporações e movimentos políticos atuam nela. Nesse sentido, é possível afirmar que a forma que o *Facebook* é constituído, influencia na forma que o MBL se comunica na rede. Por isso, a importância de discutir a mídia social *Facebook* como uma instituição social dentro da HP.

5.3.2 As instituições sociais do Facebook

Nesse âmbito, Van Dick (2013, p. 12) afirma que “In order to be able to recognize what people want and like, *Facebook* and other platforms track desires by coding relationships between people, things, and ideas into algorithms”. Van Dick (2013) sustenta

que as pessoas tendem a enfatizar o lado “social” das mídias sociais, sem refletir sobre o âmbito técnico das plataformas.

A partir do controle técnico do *Facebook*, constitui-se a possibilidade de mensagens do MBL atingirem e mobilizarem pessoas que em algum momento já foram impactados pelo seu objetivo inicial do *impeachment* de Dilma Rousseff em torno de outros assuntos como os que este estudo está preocupado em analisar.

Outro ponto, como indica van Dick (2013) é que a partir da coleta de dados dos usuários, plataformas como o *Facebook* tendem a manter as pessoas conectadas em mensagens que elas já se identificam. Assim, dessa forma, como já destacado, privilegiando a visualização repetida de assuntos e a não de conteúdos divergentes. A autora define que no *Facebook* que escolha emotiva de um usuário em “curtir” uma publicação passa a ser codificada e vira, para a plataforma, um rastro técnico sobre a existência do sujeito.

Nesse âmbito, os dados gerados constituem-se como propriedade privada das plataformas. Essa questão é sentida no objeto desta pesquisa: o *Facebook* impede que todas publicações de uma determinada página ou perfil sejam extraídas pelos usuários. Dessa forma, fica-se a mercê das publicações que são disponibilizadas pela plataforma, sem qualquer referência do que é selecionado ou não e do volume total que foi realizado pela página do MBL no período. Assim, para a subsequente análise de conteúdo, acaba-se optando pela análise como qualitativa, pela impossibilidade de precisar a presença de cada assunto com exatidão.

Acerca do que constitui a mídia social *Facebook* está uma grande gama de formas de conteúdos que podem ser publicados na plataforma como fotos, vídeos, textos, etc. Bem como, a diferenciação de perfis – que se remetem a usuários – e páginas – que se são de organizações, partidos, empresas, ONGs, etc. O caso do MBL enquadra-se no segundo tipo.

Como aponta Van Dick (2013), a mudança fundamental da mídia social foi a inserção da linha do tempo, essa lógica da organização dos conteúdos de perfis e páginas orientou o armazenamento do que é produzido, como diz o nome da funcionalidade, em ordem cronológica. Aqui, vale destacar, como defende a autora, essa mudança esteve muito mais ligada a estruturação do banco de dados da plataforma do que propriamente um incremento de funcionalidade para os usuários.

Em suma, o *Facebook* é uma plataforma de mídia social que estrutura as publicações de usuários e páginas conforme o seu desempenho de interações como “curtidas”, comentários, compartilhamentos, etc (DICK, 2013). A partir disso, certas publicações

difundem-se mais ou menos que outras na rede, conforme seu desempenho, bem como a afinidade do que há no conteúdo com o que os usuários tendem a se interessar.

5.4 ESTRUTURA SOCIAL

Os dados aqui apresentados e discutidos referem-se a etapa de descrição da estrutura social na análise sócio-histórica necessária para compor a base analítica para a aplicação da Hermenêutica de Profundidade. Nisso, são apresentados os dados e análises sobre 6ª onda da Pesquisa Mundial de Valores (WVS) no Brasil. Dessa forma, poder-se-á verificar como as formas simbólicas reproduzidas pelo MBL atuam como ideológicas.

5.4.1 Modernização e pós-modernização

Desde a década de 1970, os países mais avançados passam por um processo de pós-modernização segundo Inglehart (2001). Essa pós-modernização além de reestruturar as formas de produção, também traz consigo novos valores – os pós-materialistas - para a centralidade da sociedade. Esses valores, segundo Inglehart (2001), surgem com a modernização e ao mesmo tempo rompem com as velhas estruturas da dela como o Estado burocrático, o local da mulher no mundo do trabalho, o direito das minorias, etc. Esses valores pós-materialistas, segundo Inglehart (2001), estão relacionados com o desenvolvimento econômico. Para o autor, o crescimento econômico influencia na mudança de valores, como também a mudança de valores propicia o crescimento econômico e o aprofundamento da democracia (INGLEHART, 2001).

Assim, apenas o processo de modernização de uma sociedade – especialmente a questão da industrialização – não garantem em si um processo de aprofundamento da democracia. Para isso, é necessária a incorporação de valores na sociedade, como já foi destacado. Esse processo identificado como pós-modernização (INGLEHART, 2001). Nesse processo, a mudança se dá no âmbito político, cultural e econômico junto, não tendo um vértice mais importante que o outro para alcançar o desenvolvimento. Dessa forma, a modernização é um processo importante, para Inglehart (2001), que garante a transição de uma comunidade da pobreza para a riqueza, já a pós-modernização é a fase seguinte para garantir a passagem do autoritarismo para a democracia. Nesse âmbito, na pós-modernização,

é onde a igualdade de direitos e oportunidades torna-se possível para os mais diferentes grupos minoritários.

Nisso, dois tipos de valores são identificados nas sociedades, os materialistas, que são relacionados com o processo de modernização, já que são relacionados a sobrevivência. Por sua vez, a pós-modernização caracteriza-se pela incorporação de valores pós-materialistas, estes, de certa forma, afastando-se para a sobrevivência do sujeito, assim, passando a valorar outras questões globais como o meio-ambiente e, como destacado anteriormente, os direitos de comunidades na qual o sujeito não faz parte (INGLEHART, 2001).

5.4.2 Pesquisa Mundial de Valores no Brasil

Para verificar essa mudança de valores nos países, é conduzida a Pesquisa Mundial de Valores (WVS). Essa pesquisa busca identificar os valores materialistas e pós-materialistas em mais de 70 países (CASTRO, RANINCHESKI, CAPISTRANO, 2015). Como apontam Castro, Ranincheski e Capistrano (2015, p. 57):

É um projeto que possibilita a comparação de características culturais de diversas sociedades desde a década de 1970 e contribui dentre outros campos, para o debate sobre a relação entre desenvolvimento econômico e mudanças culturais, para o acompanhamento longitudinal de visões sobre as mudanças em curso e ampliar o conhecimento de diferentes áreas do planeta antes de acesso limitado a pesquisadores da região.

Pela sua abrangência de países e regiões do globo a qual abarca, o WVS permite um extenso comparativo entre nações e seus valores. Dentre essas nações acompanhadas pela pesquisa está o Brasil. Assim, a partir do seu banco de dados, é possível verificar o que os brasileiros pensam em temas relacionados a minorias e direitos humanos, foco desta pesquisa.

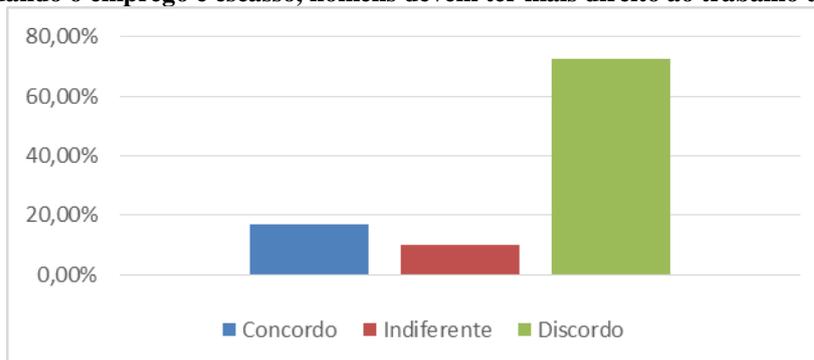
O Brasil participou da 6ª onda do WVS, sendo assim, esta será a base que orientará a presente pesquisa. Como mostram Castro, Ranincheski e Capistrano (2015), a 6ª onda aplicou um questionário de 180 variáveis – mesmas questões também aplicadas em outros países latino-americanos – no Brasil em 2014. Para o entendimento das questões amostrais específicas do Brasil na pesquisa, o estudo de Castro, Ranincheski e Capistrano (2015) detalha todas as etapas e ajustes amostrais realizados.

Assim, como é de interesse para o presente estudo, é buscado na 6ª onda do WVS no Brasil questões a respeito do direito das mulheres, homossexuais, direitos humanos e outras questões relacionadas a minorias. Dessa forma, como descrito anteriormente, objetiva-se apresentar o cenário em que as formas simbólicas do MBL são reproduzidas. Assim, pode-se

delinear relações de poder assimétricas existentes no Brasil que o MBL ajuda a reforçar na sociedade brasileira.

Dessa forma, para o presente trabalho, foram selecionadas 12 questões a partir da base de dados do WVS¹⁷ que permitem verificar pontos de relações de poder assimétricas no Brasil. De início, foram identificadas seis questões envolvendo o tema “mulheres” que atendem a necessidade desta pesquisa. A primeira delas, a respeito de emprego.

Gráfico 1 - Quando o emprego é escasso, homens devem ter mais direito ao trabalho do que mulheres



Fonte: elaborado pelo autor

Apesar do resultado positivo nessa questão, chega a quase 30% as pessoas que concordam ou são indiferentes a questão de homens terem mais espaço no mercado de trabalho em momentos de crise. Esse índice permanece semelhante na questão apresentada no gráfico seguinte.

Gráfico 2 - Na política, é maior a chance de homens serem melhores líderes políticos do que mulheres



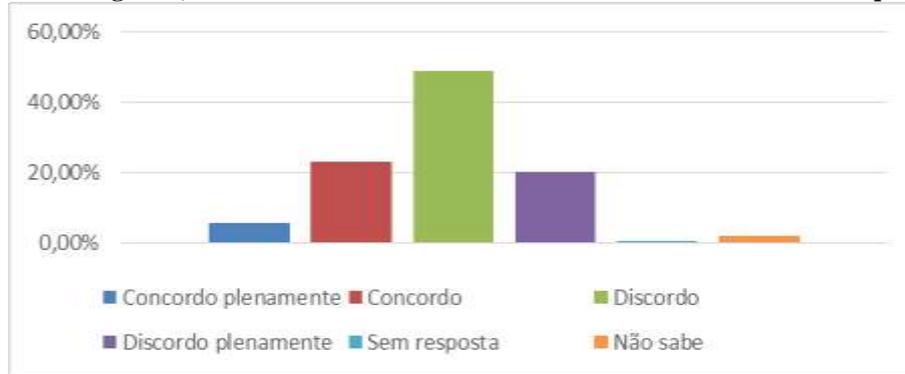
Fonte: elaborado pelo autor

Próximo de 1/3 dos entrevistados, acreditam que mulheres têm capacidade de liderança política menor do que os homens. Esse dado ainda pode ser amparado pela presença

¹⁷ A base de dados está disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

feminina no congresso brasileiro. Em ranking desenvolvido pela União Interparlamentar¹⁸, o Brasil ocupa o 152º lugar – sendo que o ranking avalia 190 nações.

Gráfico 3 - Nos negócios, é maior a chance de homens serem melhores executivos do que mulheres



Fonte: elaborado pelo autor

Em termos da liderança em negócios, como mostra o Gráfico 3, o cenário é diferente da política. O índice de pessoas que concordam plenamente/concordam que homens tendem a ser melhores líderes em empresas é consideravelmente menor, ficando pouco acima de 20%.

Gráfico 4 - Democracia: Mulheres têm os mesmos direitos dos homens

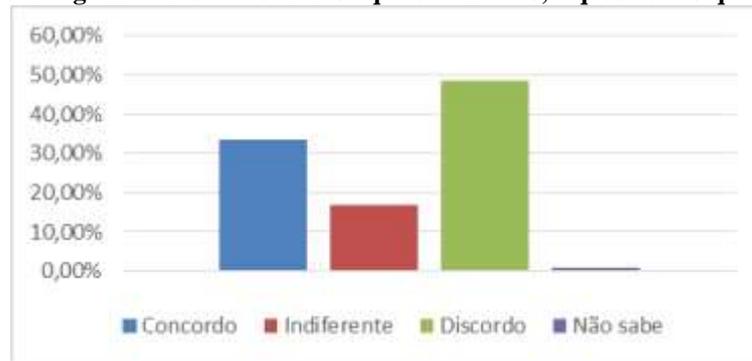


Fonte: elaborado pelo autor

Por sua vez, quando questionados sobre as mulheres terem o mesmo direito que os homens como algo essencial na democracia, isso aparece com grande relevância. Assim, de certa forma, as mulheres são reconhecidas como sujeitos com direitos na democracia, porém, como mostrado no Gráfico 2, a sociedade não as reconhece como possíveis líderes dessa mesma democracia.

¹⁸ Baixa presença feminina no Congresso põe Brasil em 152º lugar entre 190 países. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,baixa-presenca-feminina-no-congresso-poe-brasil-em-152-lugar-entre-190-paises,70002217128>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

Gráfico 5 - Se a mulher ganha um salário melhor que seu marido, é quase certo que causará problemas



Fonte: elaborado pelo autor

Os dados sobre relação entre homens e mulheres retorna a piorar quando trata-se do salário ganho pelas mulheres. Menos de 50% das pessoas discordam que mulheres que ganham mais que os maridos podem indicar problema no relacionamento. Ao comparar o Gráfico 1 e o Gráfico 5, o problema das mulheres no mercado de trabalho está mais relacionado com mulheres ganharem mais do que os homens do que propriamente acessarem o mercado de trabalho. Vale destacar, que ao separar as respostas de homens e de mulheres, a concordância feminina é maior do que a masculina, 37,3% e 29,3%, respectivamente.

Gráfico 6 - Ser uma dona de casa realiza uma mulher tanto quanto um trabalho remunerado



Fonte: elaborado pelo autor

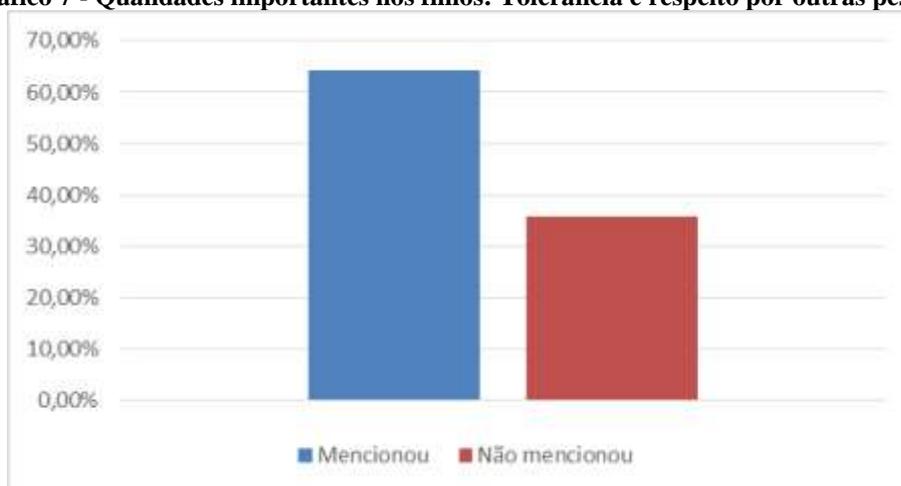
A questão do mercado de trabalho também permanece quando olha-se para a questão que trata sobre donas de casa. Como mostra o Gráfico 6, no Brasil, ainda há uma permanência da ideia da mulher realizando-se a partir do trabalho doméstico. Porém, esse índice, ao isolar a opinião dada por homens e mulheres, a discordância com a assertiva é de 9,3% nos homens e 12,5% nas mulheres.

Esses índices levantados sobre as questões envolvendo mulheres vão contribuir na pesquisa para entender mensagens do MBL acerca desse grupo. Importante, ter como orientação, localizar formas simbólicas que falam de mulheres e mercado de trabalho. Que,

como os gráficos demonstram, tem uma variância significativa, principalmente, quando a questão do salário é abordada. Outro ponto a ser considerado é a forma que o movimento trata mulheres que ocupam cargos políticos. Como o Gráfico 2 demonstrou, mulheres não são bem vistas pelos brasileiros em cargos de liderança na política.

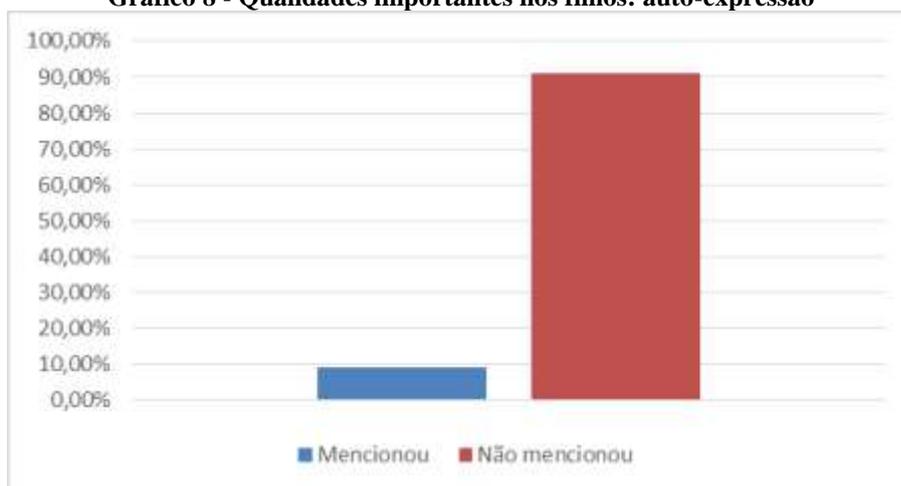
Mudando de tópico, os gráficos 7 e 8 apresentam questões voltadas aos valores que os pais esperam que seus filhos tenham. O Gráfico 7 ajuda a compreender a questão da tolerância, enquanto o Gráfico 8 possibilita entender a autonomia dos filhos.

Gráfico 7 - Qualidades importantes nos filhos: Tolerância e respeito por outras pessoas



Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 8 - Qualidades importantes nos filhos: auto-expressão



Fonte: elaborado pelo autor

A maior parte dos pais brasileiros acreditam que seus filhos devem ter valores de tolerância. Porém, como o Gráfico 8 apontam, a maior parte dos pais não são tolerantes a auto-expressão dos filhos, ou pelo menos, não enxergam nisso como uma qualidade importante. Esse indicador sendo importante para contribuir na análise de formas simbólicas

reproduzidas pelo MBL acerca de temas que envolvem as crianças, como o Escola Sem Partido.

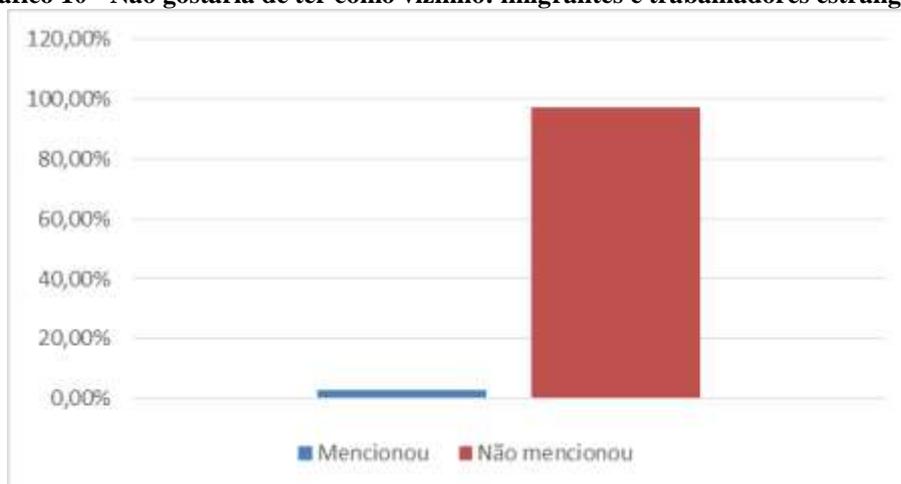
O terceiro bloco de questões a ser apresentado é o grupo que as pessoas não gostariam de ter como vizinhos. Nos gráficos 9, 10 e 11 são abordadas questões de raça, imigrantes e homossexuais, respectivamente.

Gráfico 9 - Não gostaria de ter como vizinho: pessoas de uma raça diferente

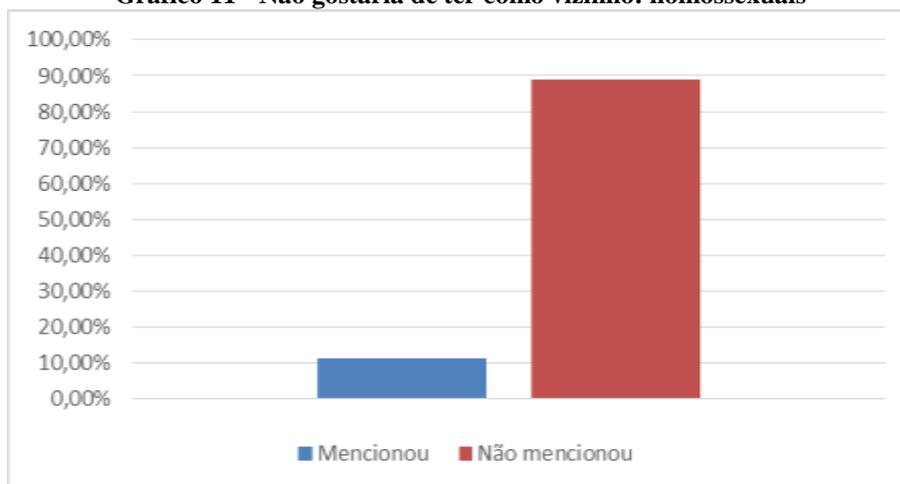


Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 10 - Não gostaria de ter como vizinho: imigrantes e trabalhadores estrangeiros

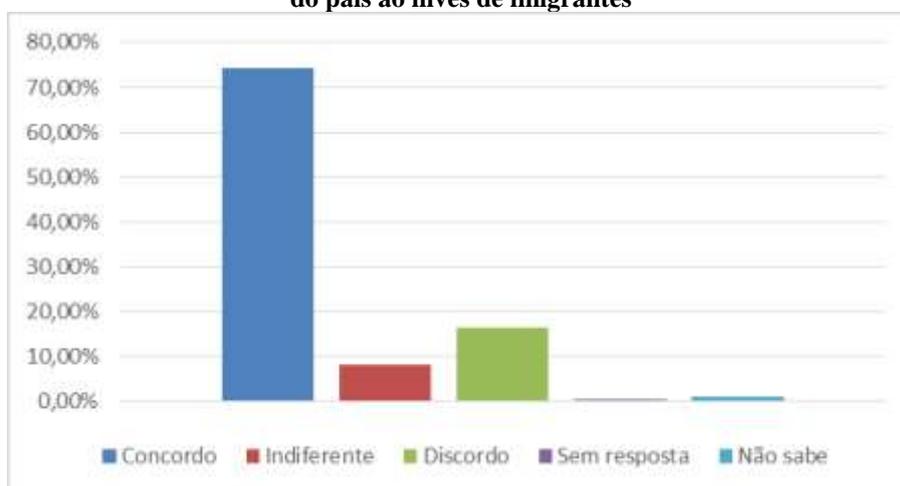


Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 11 - Não gostaria de ter como vizinho: homossexuais

Fonte: elaborado pelo autor

Como os gráficos demonstram, a tolerância com vizinhos é significativa quando trata-se de raça e imigração, porém, o valor dispara consideravelmente quando trata-se de vizinhos homossexuais. Assim, indicando que será importante verificar como o MBL trata a questão da homossexualidade, tendo já como indicador prévio a atuação do movimento no caso do Queermuseu em Porto Alegre.

Gráfico 12 - Quando os trabalhos estão escassos, empregadores devem priorizar a contratação de pessoas do país ao invés de imigrantes

Fonte: elaborado pelo autor

Entretanto, apesar da tolerância com vizinhos imigrantes, a maior parte dos brasileiros concorda que em momentos de crise, deve-se priorizar a contratação de trabalhadores locais. Assim, a questão de imigrantes torna-se mais uma possibilidade de análise das formas simbólicas do movimento aqui discutido.

Esses dados coletados da 6ª onda da Pesquisa Mundial de Valores são utilizados como base para analisar as formas simbólicas ideológicas do MBL. Posteriormente, na análise,

novos dados serão apresentados para compor a estrutura social na qual as formas simbólicas reproduzem-se, já que alguns assuntos só são identificados após a leitura das publicações do MBL.

6 ANÁLISE FORMAL E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Com a conclusão da análise sócio-histórica que permitiu compreender o cenário na qual as formas simbólicas ideológicas do MBL circulam, agora, o estudo avança para a análise das formas simbólicas em si. Para isso, duas etapas são realizadas, primeiro, a leitura de uma amostra das publicações do MBL ao longo de 2017 e, por fim, a análise das formas simbólicas que apresentam-se como ideológicas.

6.1 ANÁLISE FORMAL

Thompson (1995) qualifica a segunda etapa da HP – análise formal ou discursiva – como a que deve ser articulada com outras metodologias de análise. Para o autor, essa etapa ainda não deve se preocupar em analisar a ideologia em si, dessa forma, “[...] no trabalho concreto da análise formal ou discursiva, o padrão de inferência seguirá, geralmente em direção oposta” (THOMPSON, 1995, p. 379). Sendo assim, essa etapa deve se preocupar em características estruturais das formas simbólicas e as estratégias utilizadas para sua (re)produção. Não obstante, essa etapa permite aproximar formas simbólicas que tratem do mesmo assunto ou que tenham semelhanças na forma de reprodução. Assim, Thompson (1955) indica uma pluralidade de metodologias qualitativas ou quantitativas que podem ser acopladas a essa fase, dentre elas estão análise do discurso, de linguística, semiótica, etc.

As publicações do MBL no *Facebook* foram captadas da plataforma a partir do aplicativo *Netvizz*¹⁹. O aplicativo permite extrair publicações de páginas no *Facebook* na qual o usuário não é administrador dela. O *Netvizz* gera uma planilha com as publicações listadas. As informações disponíveis são: tipo do conteúdo (*link*, foto, vídeo, etc.); números de identificação da publicação; *link* da publicação; texto inserido na publicação; quantidade interações realizadas com a publicação. Porém, como apontado, nem todas as publicações são disponíveis para extração. Dessa forma, a aplicação gera uma amostra de publicações da página de interesse²⁰.

¹⁹ Disponível em: <<https://apps.facebook.com/netvizz/>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

²⁰ Essa limitação de publicações extraídas do *Facebook* a partir do *Netvizz* não são um obstáculo para essa pesquisa, já que o objetivo desta é apresentar *como* as formas simbólicas do MBL apresentaram-se como ideológicas ao longo de 2017. Seria um empecilho caso a pesquisa estivesse interessada em demonstrar a proporção da presença de formas simbólicas ideológicas em relação as que não são ideológicas.

Da página do MBL, foi possível extrair 939 publicações realizadas ao longo de 2017. Para explorar o material, foram definidas três etapas para o melhor entendimento da circulação de formas simbólicas pelo movimento. As etapas estão descritas na Tabela 1.

Tabela 1: Detalhamento das fases de análise das formas simbólicas.

Fase	O que é?
Pré-análise	Extração das publicações via Netvizz Preparação do documento Definição dos objetivos de análise
Exploração do material	Leitura sistemática das formas simbólicas. Sinalização de assuntos frequentes.
Tratamento	Conteúdos semelhantes são agrupados para facilitar a análise posterior.

Fonte: elaborado pelo autor

6.2 INTERPRETAÇÃO DAS FORMAS SIMBÓLICAS

O esforço analítico deste trabalho é de verificar as formas simbólicas ideológicas propagadas pelo MBL no *Facebook* ao longo de 2017, e, para isso, chega-se na última fase da HP, como denota o nome, tem como papel (re)interpretar as formas simbólicas, buscando compreender se atuam como ideológicas. A etapa de reinterpretação consiste no momento da pesquisa em que as duas primeiras etapas anteriores são aglutinadas. As formas simbólicas são interpretadas não apenas como tais, e sim a partir do quadro sócio-histórico delimitado na pesquisa. Sendo assim, pode-se verificar se operam mantendo relações de poder assimétricas na sociedade. Para isso, nessa etapa, Thompson (1995) sugere Modos Gerais de Operação da Ideologia, e suas respectivas estratégias (Tabela 2)²¹.

Tabela 2: Modos gerais de operação da ideologia e suas respectivas estratégias (Thompson, 1995).

Modos Gerais	Estratégias típicas de construção simbólica
Legitimação	Racionalização; Universalização; Narrativação
Dissimulação	Deslocamento; Eufemização; Tropo
Unificação	Estandardização; Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação; Expurgo do outro
Reificação	Naturalização; Eternalização; Nominalização; passivação

Fonte: elaborado pelo autor

²¹ As definições dos Modos Gerais e das suas estratégias típicas de construção simbólica estão detalhadas no Capítulo 1 deste trabalho.

Para o estudo das formas simbólicas do MBL no Facebook, após compreendermos na análise discursiva, será apresentado como os sentidos são mobilizados de forma ideológica a partir modos gerais de operação da ideologia (THOMPSON, 1995). Nessa etapa, a pesquisa qualitativa dos conteúdos captados do Facebook do MBL será dada a partir de uma amostragem intencional (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2016), dessa forma, busca-se momentos em que as formas simbólicas constituem-se como ideológicas. A seleção das publicações a serem analisadas será a partir dos seguintes critérios: (a) *apenas* publicações das categorias de interesse; (b) saturação da amostra, dessa forma, preocupando-se em descrever os mais diversos exemplos da apresentação de formas simbólicas ideológicas, evitando repetir diversas vezes os mesmos temas.

6.3 FORMAS SIMBÓLICAS IDEOLÓGICAS DO MBL

De posse do levantamento das formas simbólicas do MBL no Facebook por categorias, bem como a sua classificação como ideológicas permitem a articulação entre as formas e discutir a constituição delas como Populistas de Direita (MOUFFE, 2015). Assim, essa articulação possibilita verificar como as publicações do MBL criam um inimigo que precisa ser eliminado da esfera democrática, como também, desacredita a ciência estabelecida e, como é mister para Thompson (1995) na sua definição de crítica da ideologia, inverte a relação de vítima e favorecido. Disso, emergem grandes temas tratados pelo MBL como a Ideologia de Gênero, Escola Sem Partido e a exposição Queermuseu. E, como se verifica ao fim, esses temas são articulados com a esquerda.

Para iniciar a análise do MBL, esta pesquisa discute a questão da Ideologia de Gênero pela perspectiva do grupo. A escolha por esse tema é justificada pelo motivo de que está presente em diversas outras pautas tratadas pelo MBL. Dessa forma, a Ideologia de Gênero se cruza e ganha força ao ser apresentada não apenas em contextos de sexualidade, e, sim, acompanhada de discussões sobre cultura, educação, etc.

Todas as publicações do MBL que tratam sobre Ideologia de Gênero apresentam uso ideológico a partir do modo geral de dissimulação. Nelas, é utilizada a estratégia “tropo”, já que o conceito de “Ideologia de Gênero” é empregada no lugar de palavras que remetam a “questão de gênero”, “transexualidade”, etc. O posicionamento do MBL mostra-se como ideológico ao ser contextualizado com os dados sobre a violência contra transexuais no

Brasil²² e também sobre a falta de políticas públicas para eles²³. Contra o argumento político LGBT da diferença, eles contrapõe o de que o movimento quer doutrinar as pessoas, especialmente as crianças para transformá-las em gays, lésbicas, transexuais etc²⁴.

Em uma publicação de vídeo²⁵, destacada na Figura 1, o MBL manifesta esse uso ideológico do conceito de Ideologia de Gênero. No vídeo, uma médica - que o nome não é identificado - em um evento da The Heritage Foundation argumenta o problema de identidade de gênero é de fundo psicológico e não deve ser tratado a partir de remédios, e sim, por psicólogos. Dessa forma, o argumento utilizado aponta que a sexualidade deve ser desenvolvida e descoberta no decorrer da vida, não logo na infância. O vídeo é editado, não se sabe por exemplo, o contexto maior em que a médica está falando ou mesmo em que circunstâncias ela seria favorável ou não ao uso hormonal. Há um momento no vídeo em que a médica alude para o fato óbvio de que os pais não devem ser aqueles que avaliam se seus filhos devem ou não fazer o tratamento. Ou seja, o MBL é um movimento político e não tem interesse no debate científico de fato, mas em “pinçar” o que lhe convém às suas posições no campo político, fazendo um “contrabando editado” do campo científico.

²² O Brasil é o país que mais mata transexuais, segundo estudo da ONG Transgender Europe publicado em novembro de 2016. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

²³ Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), apenas 10% dos transexuais tem emprego formal. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,preconceito-e-falta-de-politicas-publicas-dificultam-acesso-de-transexuais-ao-ensino-superior,10000082189>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

²⁴ Vale frisar, que o uso do termo “ideologia” pelo MBL passa também por dissimulação, é utilizada a estratégia de deslocamento para dar conotação negativa à palavra. No total, foram 10 casos identificados a respeito de Ideologia de Gênero.

²⁵ O vídeo apresenta uma médica argumentando que a ciência não prova que crianças devem passar por tratamento hormonal para mudança de sexo.

Figura 1 - MBL apresenta vídeo de médica em um seminário



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/741010302689782>)

Outro exemplo, apresentado na Figura 2, dessa construção de formas simbólicas ideológicas sobre Ideologia de Gênero, na publicação em destaque a seguir, o MBL utiliza o termo para contrapor projeto de lei dos deputados Erika Kokay (PT-DF) e Jean Wyllys (PSOL-RJ). Ideologia de Gênero é utilizado pelo grupo como uma suposta estratégia de doutrinação do “politicamente correto”²⁶.

²⁶ O uso de “politicamente correto” pelo MBL também constitui-se ideológico já que há uma dissimulação a partir do uso de deslocamento do sentido. Um termo que pelo uso de “correto” de forma natural indicaria algo “positivo”, no contexto que é apresentado pelo MBL, esse termo é apresentado como “negativo”.

Figura 2 - Kim Kataguiari opina sobre Ideologia de Gênero

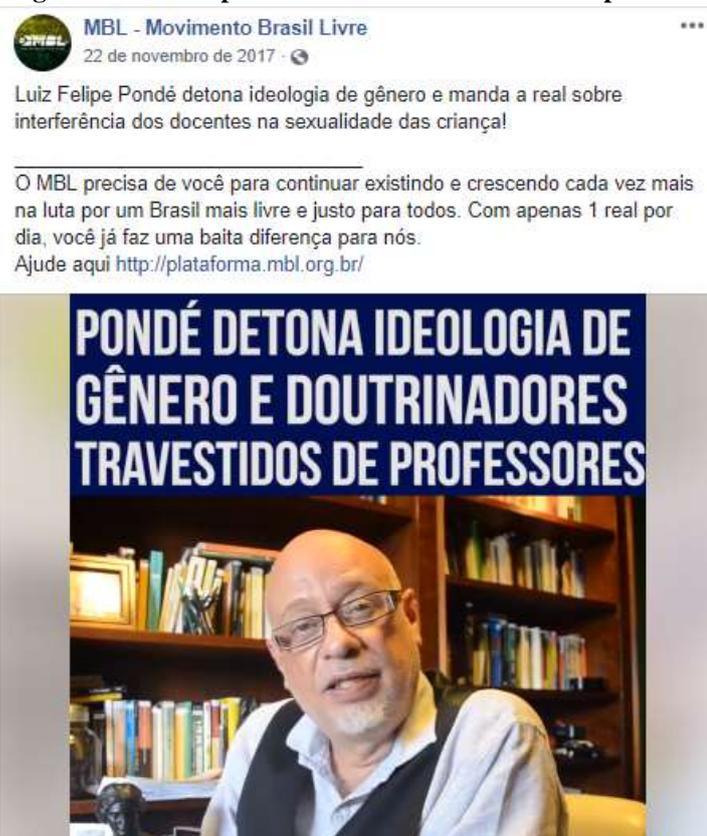


Fonte: *Facebook* MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/742192879238191>)

No vídeo apresentado na publicação, apresenta-se também o modo geral de legitimação a partir da racionalização. A argumentação de Kim Kataguiari do MBL utiliza-se do mesmo estudo da médica apresentado no exemplo anterior. Não obstante, nesse exemplo também a forma simbólica é racionalizada a partir do argumento científico.

Em outro conteúdo sobre o tema, o MBL também faz uso de vídeo de um pensador. No vídeo destacado na Figura 3, Pondé acusa os professores de serem responsáveis por “doutrinar” as crianças pela Ideologia de Gênero. Pondé tece sua crítica ao uso por parte de professores de uma vogal neutra no lugar de “a” ou “o” para não fazer distinção de gênero. Ao caracterizar os professores, Pondé faz uso ideológico de dissimulação no vídeo. É utilizada a estratégia de deslocamento para caracterizar de “fascistas” os educadores que não fazem distinção de gênero em sala de aula.

Figura 3 - MBL reproduz vídeo do filósofo Luiz Felipe Pondé



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/742184205905725>)

Além de intelectuais e cientistas, o MBL também apresenta celebridades argumentando sobre Ideologia de Gênero. Em mais um vídeo sobre o tema, exemplificado na Figura 4, o movimento repercute fala do apresentador Ratinho no seu programa. O argumento do apresentador apresenta uso de reificação com a estratégia de naturalização. Ele defende no vídeo que quem nasceu com órgão sexual masculino é homem e quem nasceu com o órgão sexual feminino é mulher, para ele, não há possibilidade de outra variação disso.

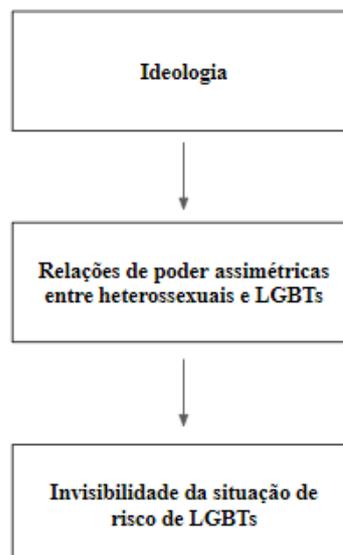
Figura 4 - MBL reproduz vídeo do Programa do Ratinho (SBT)



Fonte: *Facebook* MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/721210221336457>)

Da mesma forma que o argumento da médica, Ratinho justifica que as opções sexuais devem ficar restritas a fase adulta. Um participante do programa tenta contra-argumentar que algumas crianças já sabem desde cedo a sua opção sexual, porém, Ratinho interrompe ao sinalizar para “deixar as crianças serem crianças”. Assim, Ratinho visa reforçar o argumento de que a sexualidade é algo que deve ficar fora da infância dos brasileiros.

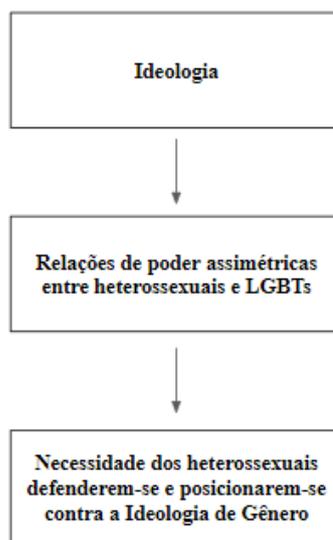
Figura 5 - Operação ideológica que cria invisibilidade de LGBTs



Fonte: elaborado pelo autor

Na Figura 5, como pode-se verificar, o uso do termo Ideologia de Gênero é empregado de forma constante com o Modo Geral de Dissimulação. A troca de palavras de “questão de gênero”, “sexualidade” e “transexualidade” pela criação Ideologia de Gênero reduz o entendimento do debate, bem como emprega um contexto negativo à problemática.

Figura 6 - Operação da ideologia para mobilizar heterossexuais contra LGBTs



Fonte: elaborado pelo autor

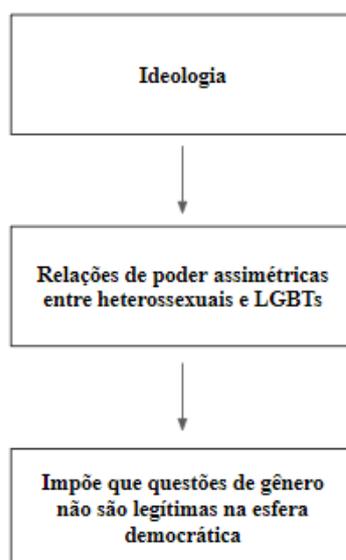
Além disso, na Figura 6, verifica-se, da forma que é contextualizado o debate, que o movimento leva a entender a Ideologia de Gênero como uma ideia dominante na sociedade brasileira, e, que assim, quem está ameaçado e sendo vítima são os heterossexuais. Disso, o MBL busca a construção da heterossexualidade como um movimento de “contracultura” no Brasil. Porém, como demonstrado, a realidade é outra, o Brasil é um país com altos índices de violência contra transexuais e tem dificuldades para inserir a partir do trabalho esse grupo na sociedade. Nisso, o MBL age estigmatizando esse grupo ao colocá-lo como um grupo com poder que ameaça a sociedade brasileira por meio da política – como mostrado nos casos do projeto de lei de deputados e na BNCC do MEC – e na educação – como indicado no caso dos professores que supostamente impõe a Ideologia de Gênero.

Essas publicações de formas simbólicas ideológicas do MBL sobre Ideologia de Gênero, ao circularem na esfera pública, podem operar como entrave para políticas públicas destinadas para esses grupos excluídos na sociedade. Ao caracterizar “transexuais” como um grupo dominante que emprega a “ideologia de gênero” para deixar em submissão os heterossexuais, o MBL impõe uma realidade de que esses grupos marginalizados não precisam de suporte do Estado ou da sociedade civil por já serem detentores de “mais

direitos” que os demais brasileiros. Assim, o debate público é enviesado pelo MBL, distorcendo as posições de dominante e dominado, invertendo as suas posições, para assim, manter a sociedade brasileira como ela é.

No vídeo sobre o projeto de lei apresentados por deputados do PT e PSOL e no vídeo de Pondé, a construção da Ideologia de Gênero como uma ideia dominante parte da argumentação de que a esquerda está no poder no Brasil. Dessa forma, a Ideologia de Gênero aparece como uma das estratégias da esquerda para se manter no poder. Nisso, o MBL desloca um problema da sociedade brasileira para dentro de um debate polarizado de esquerda vs. direita. Com isso, o MBL reduz as possibilidades de apoio a essa pauta, já que cria uma barreira ideológica que pode impedir que pessoas de direita identifiquem-se e lutem contra a discriminação que transexuais sofrem no Brasil.

Figura 7 - Operação da ideologia para deslegitimar as questões de gênero na esfera democrática

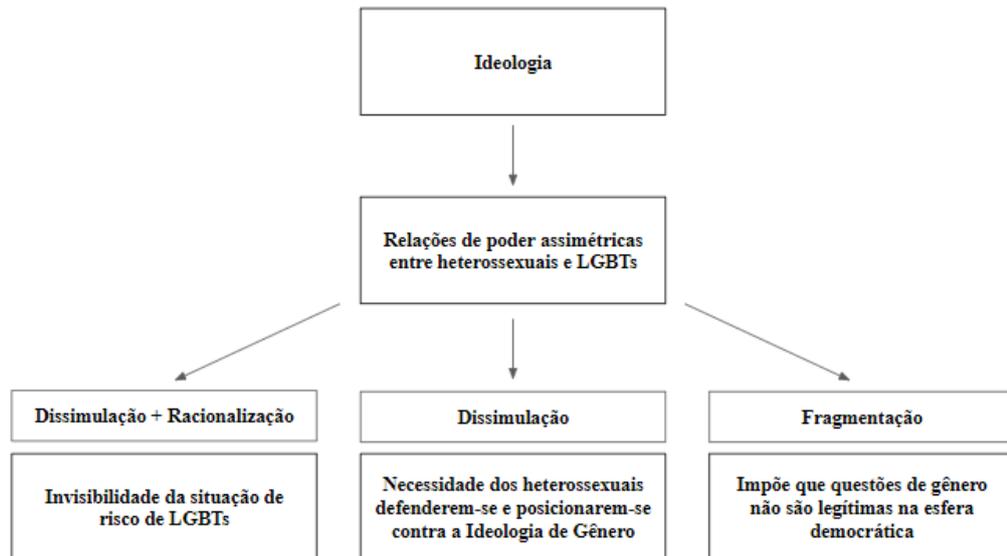


Fonte: elaborado pelo autor

Por fim, essa articulação dos de Ideologia de Gênero com a esquerda ainda é operada com a exclusão do outro da esfera democrática como mostra a Figura 7. Como sustenta Mouffe (2015), esse sendo uma das manifestações centrais do Populismo de Direita. As publicações do MBL sobre Ideologia de Gênero, como pode-se verificar nos exemplos apresentados, o MBL faz uso de termos como “escancara os males que a Ideologia de Gênero causa nas crianças”; “Ideologia de Gênero é um câncer”; “Pondé detona Ideologia de Gênero” e “Ratinho detona Ideologia de Gênero”. Dessa forma, o MBL denota a necessidade de retirar da sociedade brasileira a discussão sobre Ideologia de Gênero. Não obstante, o MBL não está imbuído apenas em ser contrário à Ideologia de Gênero, e, sim, o seu objetivo é que essa

discussão nem entre na esfera pública de discussão. Esse uso de Ideologia de Gênero acompanhado de palavras que indicam a eliminação do outro são formas simbólicas que se reproduzem a partir do Modo Geral de Fragmentação com a estratégia de Expurgo do Outro. Como conceitua Thompson (1995, p. 87), a Fragmentação por Expurgo do Outro dá-se “um inimigo, seja ele interno ou externo, [...] é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletiva ou expurga-los” (THOMPSON, 1995, p. 87). As formas simbólicas do MBL apresentam-se como ideológica em alinhamento com o que define Thompson. Ao utilizar palavras que indicam que não basta competir contra os defensores da suposta Ideologia de Gênero, o MBL atua para expurgar quem defende pautas LGBTs do jogo democrático.

Figura 8 - Operações ideológicas em conteúdos sobre Ideologia de Gênero



Fonte: elaborado pelo autor

Em síntese, na Figura 8, é apresentado como que o MBL utiliza formas simbólicas ideológicas sobre Ideologia de Gênero. Para causar a “Invisibilidade da situação de risco de LGBTs” pode-se verificar o uso dos Modos Gerais de Dissimulação e Legitimação com estratégia de Deslocamento e Racionalização, respectivamente. O uso de Dissimulação com Deslocamento também é verificado quando o MBL apresenta “Necessidade dos heterossexuais defenderem-se e posicionarem-se contra a Ideologia de Gênero”, nesses casos, é invertida a posição de opressor e oprimido. Por fim, verificou-se quando o movimento “Impõe que questões de gênero não são legítimas na esfera democrática”, há presença do Modo Geral de Fragmentação com uso da estratégia do expurgo do outro.

A partir da discussão sobre o uso ideológico de Ideologia de Gênero, deriva-se o segundo grupo de formas simbólicas ideológicas a ser apresentado: a exposição do Queermuseu e outros assuntos relacionados à ela. Sobre o Queermuseu, antes de discutir as formas simbólicas ideológica, é preciso contextualizar a exposição em si. Entre agosto e setembro de 2017, no Santander Cultural em Porto Alegre, foi realizada *A exposição Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*. Como mostra matéria do El País²⁷, “A mostra, com curadoria de Gaudêncio Fidelis, reunia 270 trabalhos de 85 artistas que abordavam a temática LGBT, questões de gênero e de diversidade sexual.”. As obras expostas datavam de meados do século XX até a contemporaneidade. E, segundo o El País, “são assinadas por grandes nomes como Adriana Varejão, Cândido Portinari, Fernando Baril, Hudinilson Jr., Lygia Clark, Leonilson e Yuri Firmesa”.

A exposição foi cancelada, segundo o El País, após grandes manifestações nas redes sociais contra ela. A matéria aponta que “As manifestações foram lideradas principalmente pelo Movimento Brasil Livre (MBL), que pediu o encerramento da exposição e pregou ainda um boicote ao banco Santander”. El País também aponta que durante esse período de manifestações digitais sobre o tema, “MBL” e “Santander” estiveram entre os termos mais comentados no Brasil. Assim, indicando que a pauta atingiu alta repercussão e esteve espalhada por toda rede. Em um primeiro momento, o Santander defendeu a exposição e indicou que era composta por obras que estimulavam a discussão sobre questões de gênero, diversidade, etc. Porém, dois dias depois, com a continuidade das manifestações contrárias ao evento, a exposição foi cancelada.

Agora, com a devida contextualização, retoma-se a análise de vídeo publicado pelo MBL sobre o Queermuseu.

No primeiro caso apresentado sobre o tema, indicado na Figura 9, o MBL identifica exposições como a do Queermuseu, de “tara” e “mostrar pornografia para crianças”. No vídeo, a exposição Queermuseu e outras semelhantes são classificadas como responsáveis pela “escalada da pedofilia” no Brasil. O MBL argumenta que crianças foram expostas e incentivadas a interagir com peças de conteúdo “altamente pornográfico”. A argumentação, no vídeo, desloca a culpa para a “esquerda”, como no caso da Ideologia de Gênero, que teria defendido a exposição e acusado os grupos contrários – como o MBL – de “nazistas” e

²⁷ Informações sobre a exposição foram retiradas da matéria do El País “Queermuseu: O dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html>. Acesso em: 15 out. 2018.

“censores”. O movimento também indica a culpa da imprensa nesse caso, o MBL sustenta que os mesmos jornalistas que defendem as exposições são os que atacam o seu movimento. Aqui, constitui-se na forma simbólica a criação de uma relação direta entre “esquerda” e “mídia”. Por fim, o MBL argumenta que as exposições não seriam arte, e sim, seriam obras que sexualizam as crianças.

Figura 9 - Publicação de vídeo do MBL sobre exposições de arte



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/696876170436529>)

O caso do Queermuseu foi também foi tema de vídeo do membro do MBL Arthur do Val, também conhecido como Mamãefalei²⁸. A argumentação nesse vídeo, apresentado na Figura 11, centra-se em deslocar o sentido da exposição de arte como algo de “esquerda”. Mamãefalei diz que exposições como o Queermuseu servem para o dinheiro dos “pagadores de impostos” financiarem os artistas de esquerda. Aqui, o Populismo de Direita do MBL constrói a ideia de artistas privilegiados com dinheiro vs. a população que paga impostos para financiá-los.

²⁸ O conteúdo foi republicado na página do MBL no Facebook.

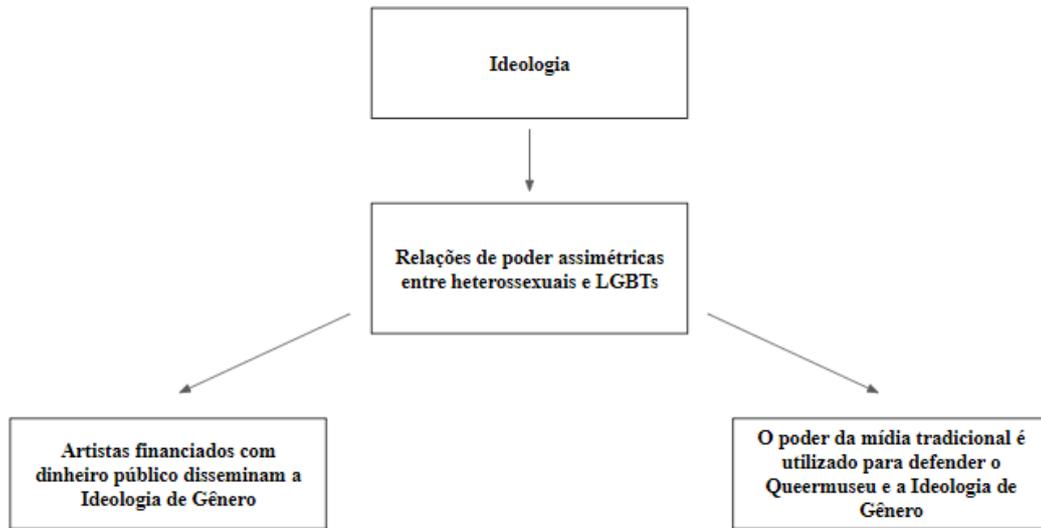
Figura 10 - Vídeo de opinião do membro do MBL Arthur do Mamãefalei sobre exposições de arte



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/696763973781082>)

A partir desse signo dos “pagadores de impostos”, Mamãefalei constitui que o dinheiro dele e de outros pagadores não deve ser investido em questões ligadas a “pedofilia”. Neste vídeo, a imprensa tradicional também é indicada como o “inimigo”, já que ela supostamente favorece a esquerda, enquanto o MBL e outros grupos que se articulam na internet seriam os desafiantes do poder estabelecido. Nesse contexto, percebe-se a construção de mais uma camada do “inimigo” a ser combatido pelo MBL e seus seguidores. Se na discussão sobre Ideologia de Gênero pode-se perceber que haveria um inimigo externo “doutrinando” crianças em favor dessa “ideologia”, agora, no caso do Queermuseu verifica-se que esse “inimigo” também é responsável por “mexer no dinheiro” dos cidadãos brasileiros. Como aglutinador entre esses dois argumentos está a suposta “hegemonia” da esquerda na sociedade brasileira.

Figura 11 - Operação da ideologia em conteúdos sobre a exposição Queermuseu



Fonte: elaborado pelo autor

Nos dois vídeos apresentados até aqui sobre a Queermuseu, as formas simbólicas ideológicas reproduzidas, como mostra a Figura 11, utilizam o Modo Geral de Dissimulação com Deslocamento em dois sentidos. Por um lado, é construída a ideia de “artistas privilegiados” que utilizam-se do dinheiro de “pagadores de impostos” para disseminar a Ideologia de Gênero. Assim, como já destacado, é invertido o sentido de oprimido e opressor, já que leva a crer que a heterossexualidade é algo ameaçado na sociedade e que o próprio Estado – por meio dos impostos – está relacionado com isso. Em outro sentido, porém não oposto, os vídeos criam uma relação entre a mídia tradicional, a Queermuseu e a disseminação da Ideologia de Gênero. Como mostra Castells (2017), a mídia tradicional, mesmo com a ascensão da Sociedade em Rede, segue como um dos segmentos com maior poder da comunicação, por sua capacidade de formar redes a partir do capital econômico que possui. Dessa forma, pela argumentação do vídeo, a heterossexualidade também é ameaçada por esse poder estabelecido que já alinhou-se a Ideologia de Gênero e apoia à Queermuseu.

Figura 12 - Reprodução de vídeo do Deputado Estadual gaúcho Marcel van Hattem sobre exposições de arte

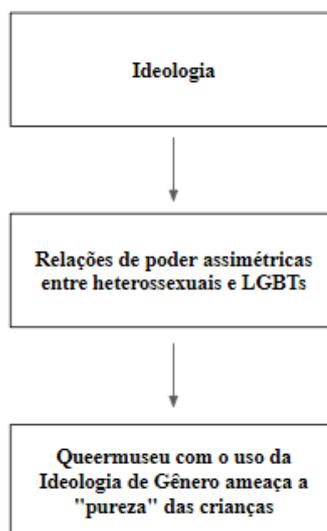


Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/685402291583917>)

Na Figura 12, verifica-se outro vídeo²⁹ em que as exposições como a Queermuseu são classificadas como “erotização de crianças”. O argumento é fundamentado em manifestação de Procuradores Criminais do Ministério Público Gaúcho sobre o caso d’A Exposição Queermuseu em Porto Alegre.

²⁹ O MBL reproduz conteúdo gravado pelo então Deputado Estadual gaúcho Marcel van Hatten.

Figura 13 - Operação da ideologia que distorcem a relação de crianças com a arte



Fonte: elaborado pelo autor

A argumentação apresentada por Van Hattem trata a exposição Queermuseu, com uso da Ideologia de Gênero, como algo que afeta a “pureza” das crianças (como destacado na Figura 13). Esse uso da ideológico da Ideologia de Gênero como algo que afeta as crianças verificou-se também na forma simbólica do MBL que apresenta o discurso de uma médica que discute a sexualidade na infância. A partir dessa construção simbólica da Ideologia de Gênero como uma ferramenta de cooptação de crianças, o MBL cria um inimigo interno representado pela comunidade LGBTs e suas pautas. Aqui, mais uma vez manifesta-se a criação de um inimigo pelo movimento. O argumento é moralizado em excesso ao utilizar crianças como vítimas dessa dominação da Ideologia de Gênero. Assim, o MBL mobiliza o sentido de que as crianças devem ser “protegidas” das pautas de gênero e sexualidade.

Nos três vídeos apresentados até aqui sobre a exposição Queermuseu e outras exposições de arte, verifica-se o uso do Deslocamento para dissimular o significado do cenário exposto. Além de utilizar-se da Dissimulação ao conectar com “Ideologia de Gênero” – que no caso é criado um “novo conceito” para deslocar o significado de “questão de gênero”, “diversidade”, “transexualidade”, etc., - nos casos do Queermuseu, os conceitos são acompanhados de “pedofilia”, “erotização de crianças”, etc. Assim, como nas publicações de “Ideologia de Gênero”, o MBL busca constituir uma ideia de que a diversidade sexual é uma “ameaça” à sociedade. E, essa ameaça está vinculada diretamente com a atuação da esquerda e da mídia tradicional. Dessa forma, as formas simbólicas do MBL sobre o Queermuseu e outras exposições de arte constituem-se como ideológicas, como nos casos de “Ideologia de Gênero”, por desviarem o debate, não permitindo que a real questão seja enfrentada.

O MBL busca a Legitimação ideológica pela estratégia de Racionalização, apresentando o que seria um “debate” que o curador da exposição teria fugido, o caso é apresentado na Figura 14. Da forma que o vídeo é exposto, expressa que haveria um debate isonômico que o membro do MBL teria “vencido” por desistência do adversário. Ainda, outra estratégia de Legitimação é utilizada: a de Universalização. No vídeo, o membro do MBL advoga o espaço de debate ao se apresentar como representante de 90% da população brasileira. Dessa forma, ele indica que seu discurso é superior ao dos presentes por ser da maioria. Assim, a questão de gênero é eclipsada em nome de uma “normatividade” que o membro do MBL no debate apregoa representar.

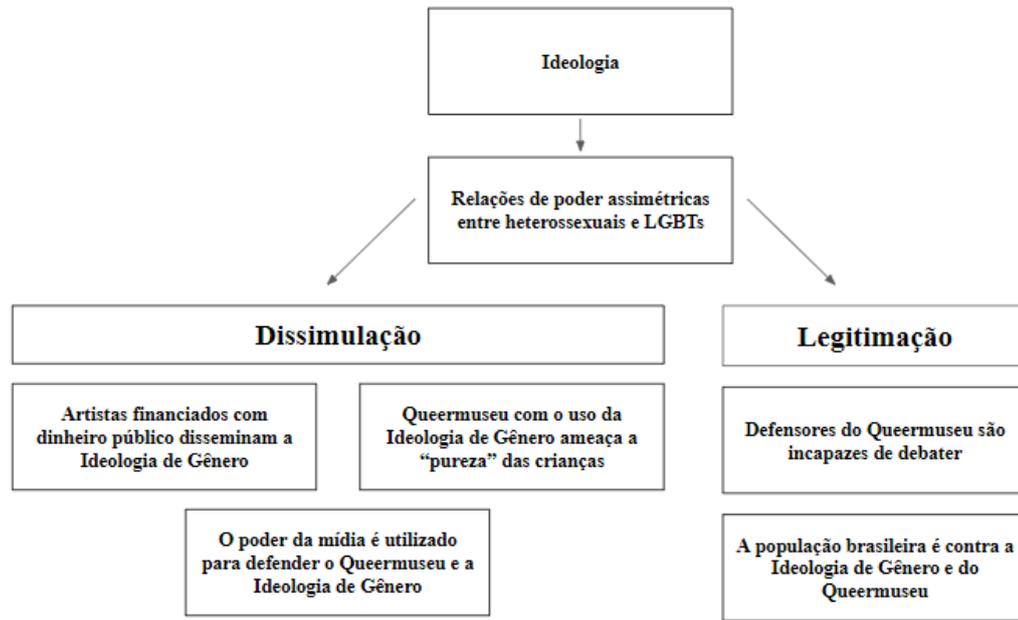
Figura 14 - Vídeo de membro do MBL participando de debate sobre exposições de arte



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/718496951607784>)

Dessa forma, a estratégia do MBL acerca da exposição Queermuseu insere um fato novo sobre o papel da exposição e da Ideologia de Gênero na sociedade brasileira. Se nos outros conteúdos analisados, o MBL vincula o tema a esquerda e a mídia como detentores do poder que querem “doutrinar” com a Ideologia de Gênero como esquematizado na Figura 15. Agora, se clarifica a posição do movimento como um agente ao lado da maioria – o povo brasileiro.

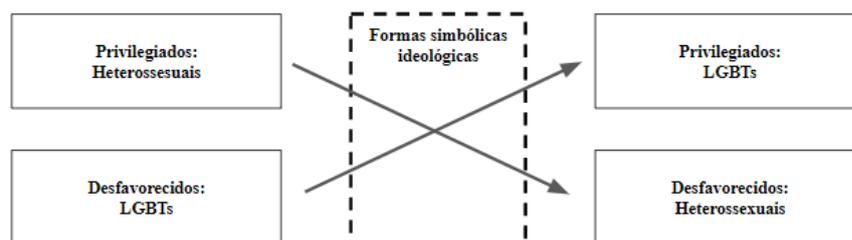
Figura 15 - Operações da ideologia em conteúdos sobre a exposição Queermuseu



Fonte: elaborado pelo autor

As formas simbólicas ideológicas sobre a exposição Queermuseu utiliza-se da Dissimulação para relacionar o tema com a esquerda e a mídia tradicional como atores “poderosos” que doutrina as “crianças puras” e deixam-nas vulneráveis. Já com a Legitimação, o MBL busca apresentar uma “fragilidade” no discurso da exposição e, como fator principal, constituir uma noção populista de direita de que o MBL está ao lado do povo contra a Ideologia de Gênero, “erotização de crianças”, etc.

Figura 16 - Operação da ideologia para inverter as relações de poder



Fonte: elaborado pelo autor

Na Figura 16, é esquematizado como o MBL, a partir das formas simbólicas ideológicas distorce as posições de heterossexuais e LGBTs na sociedade brasileira. Como pode-se verificar nas publicações analisadas até aqui sobre Ideologia de Gênero e a exposição Queermuseu, as formas simbólicas ideológicas constroem o cenário de que LGBTs tem poder na sociedade brasileira. A partir do avanço da análise de outros temas, poder-se-á identificar

com mais profundidade como é construída essa ideia de que a comunidade LGBT faz parte de um grupo privilegiado no Brasil.

Além das publicações envolvendo o Queermuseu, foram identificadas outras formas simbólicas ideológicas do MBL relacionadas à cultura. Em publicação do MBL, apontada na Figura 17, sobre atriz, o movimento compartilhou conteúdo do site O Diário Nacional “Fernanda Montenegro quer que Estado tome terreno de Sílvio Santos mas não socializa seus apês em Ipanema e no Leblon”. O *link* do site O Diário Nacional publicado pelo MBL no seu Facebook não tem mais o conteúdo disponível, como apontado pela Carta Capital³⁰, a página foi retirada do ar por ser enquadrada como propagadora de notícias falsas pelo Facebook.

Figura 17 - Compartilhamento de notícia realizado pelo MBL sobre declaração da Fernanda Montenegro



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/742198715904274>)

A dissimulação nesse caso opera a partir do uso da estratégia de deslocamento. A fala de Fernanda Montenegro em defesa do Teatro Oficina é deslocada para a ideia de que haveria uma incongruência no seu discurso, já que ela é proprietária de imóveis, porém não quer socializa-los, enquanto pede que outros sejam tomados pelo Estado. Para melhor compreender o sentido da fala da atriz, recupera-se a declaração original realizada por ela. Fernanda

³⁰ Em julho de 2018, o *Facebook* retirou do ar páginas e *links* que direcionavam para notícias falsas. Os sites que foram retirados do ar faziam parte de um ecossistema de divulgação de conteúdos relacionados pelo MBL. Entre os sites que foram penalizados estão o Ceticismo Político, O Diário Nacional e o Jorna Livre. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/facebook-retira-do-ar-paginas-ligadas-ao-mbl-para-propagar-fake-news>>. Acesso em: 12 out. 2018.

Montenegro, em entrevista para a *Veja*³¹, aponta que “O problema do Oficina é um problema do Estado. A Prefeitura deveria desapropriar o terreno e doar esse espaço para o Oficina, para o bairro, para a cidade. Porque um parque cultural seria um bem público”. A atriz argumenta que “Para preservar um espaço como esse, o Teatro Oficina, que é um espaço da cultura brasileira. Da história do Brasil”. Assim, a discussão de Fernanda Montenegro que centra-se na falta de recursos para a cultura no Brasil, é apresentado pelo MBL como uma situação de uma “privilegiada” que possui apartamentos em bairros importantes no Rio de Janeiro. Como já demonstrado, essa é uma das marcas das formas simbólicas: o MBL inverte a lógica de quem tem privilégios e quem é a vítima para assim implementar seus ideais políticos.

Ainda envolvendo a cultura, outro caso apresenta formas simbólicas ideológicas envolve os músicos Chico Buarque e Caetano Veloso, em destaque na Figura 18. A publicação do MBL acusa os dois artistas de realizarem um “discurso stalinista”. Novamente, verifica-se o uso da Dissimulação com Deslocamento. Nessa publicação, o deslocamento está ao relacionar a participação dos dois artistas em uma “frente contra a censura” com o ex-líder da URSS Josef Stalin. Como no caso de Fernanda Montenegro, o conteúdo original da publicação no site *Ceticismo Político* também está indisponível. Para contextualizar o caso exposto pelo MBL, é compreendido o cenário a partir de informações de outras fontes. Segundo o *Congresso Em Foco*, o movimento que os músicos declararam apoio é a Frente Nacional Contra a Censura (FNCC)³². Segundo o site, Chico Buarque apontou que a FNCC “trata-se de uma reação à onda de conservadorismo crescente no Brasil e que, diante de manifestações artísticas, tem atentado contra a liberdade de expressão e demais direitos individuais e coletivos”. Ainda, a partir de informações da matéria, é possível verificar que a criação do movimento está relacionada com o fechamento da exposição *Queermuseu*.

³¹ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/especiais/fernanda-montenegro-a-dama-da-defesa-das-artes/>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

³² Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/em-video-chico-buarque-apoia-frente-nacional-contra-a-censura-movimentos-se-valem-de-praticas-fascistas/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

Figura 18 - Compartilhamento de notícia realizado pelo MBL sobre participação de Chico Buarque e Caetano Veloso em movimento contra censura



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/739625416161604>)

Dessa forma, a publicação do MBL mostra-se como uma reação a quem se opôs a articulação deles contra o a exposição. Assim, o MBL busca constituir Chico Buarque e Caetano Veloso como censores por supostos atos do passado, enquanto na verdade os artistas fazem parte de uma articulação política contrária às pautas do movimento. Assim, o uso ideológico na publicação sobre Chico Buarque e Caetano Veloso aparece como uma continuidade da narrativa iniciada pelas manifestações contra a exposição Queermuseu. Nesse contexto, para defender-se de acusações de censura feita pela MBL, o movimento desloca o rótulo de “censores” para aqueles que acusam-lhes disso.

Figura 19 - Compartilhamento de notícia realizado pelo MBL sobre declarações de artistas



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/740534626070683>)

Como na publicação que apresenta vídeo de Mamãefalei, em outro conteúdo, indicado na Figura 19, o MBL também mobiliza o sentido em torno do conceito de “pagadores de impostos” contra “artistas”. O Modo Geral utilizado nessa forma simbólica ideológica é o de Fragmentação. Como define Thompson (1995, p. 87), a Fragmentação é uma reprodução ideológica que “segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, ou dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador”. Dessa forma, os artistas, nesse último exemplo, são constituídos como um grupo “perigoso” porque eles são responsáveis por parte do “peso dos impostos” que os “pagadores de impostos” têm. Nesse exemplo, como no vídeo de Mamãefalei, há a utilização da estratégia de Diferenciação. Nessa estratégia, a ideologia opera enfatizando as “as distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos” (THOMPSON, 1995, p. 87). Assim, o MBL aponta os “pagadores de impostos” como atores políticos legítimos, enquanto “artistas” são um grupo que diz-se “vítima” enquanto é privilegiado na sociedade brasileira, já que faz uso dos impostos do contribuinte. Vale ressaltar, que ao caracterizar os “pagadores de impostos” como responsáveis por financiar os artistas também é uma dissimulação realizada pelo MBL.

Figura 20 - MBL repercutiu entrevista do então Ministro da Cultura Roberto Freire sobre a Lei Rouanet



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/524967637627384>)

A caracterização dos artistas como privilegiados aparece em nova dicotomia, destacada na Figura 20. A publicação do MBL repercute trecho de entrevista do então Ministro da Cultura Roberto Freire. O vídeo é apresentado com a chamada que fragmenta “celebridades” vs. “cultura” no contexto da Lei Rouanet. Assim, dando a entender que há uma cultura válida a receber apoio do governo, porém, da forma atual repassa dinheiro a uma classe privilegiada na sociedade brasileira. No trecho da entrevista apresentado, a fala de Freire reforça a chamada. Segundo ele, o Partido dos Trabalhadores nos seus governos usava o dinheiro para financiar celebridades.

Figura 21 - O membro do MBL Kim Kataguirí opina sobre a Lei Rouanet



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/680870245370455>)

Em outra publicação sobre a Lei Rouanet apresentada na Figura 21, o MBL publicou vídeo de entrevista do membro do grupo Kim Kataguirí para a Rádio Gaúcha também a respeito da exposição Queermuseu. Nesse conteúdo, também pode-se verificar o uso da Fragmentação pro Expurgo do Outro. Como nos casos anteriores, o MBL aponta que Kim Kataguirí foi responsável por “destruir” quem apoia Lei Rouanet. Dessa forma, o movimento busca afastar da esfera democrática quem defende a lei. No vídeo, o entrevistador aponta que a maior parte dos eventos artísticos recebem incentivos da Lei Rouanet e se Kim Kataguirí é contrário a todos. O membro do MBL aponta que deve-se extinguir a Lei Rouanet em qualquer âmbito porque vivemos uma crise na segurança pública e na educação, dessa forma, a cultura seria algo “menor” que recebe muita verba do Estado. Para fins de comparativo, o

Governo Federal investiu os seguintes montantes nessas áreas em 2017: Na Cultura, o investimento foi de R\$ 1,02 bilhão³³; em Educação, R\$ 101,82 bilhões³⁴; em Segurança Pública, foi de R\$ 9,13 bilhões³⁵. Ressalta-se, que a Lei Rouanet – que investiu 1,16 bilhão em 2017 - por ser uma lei de que permite que pessoas físicas e jurídicas doem parte do seu Imposto de Renda para a cultura, ela não conta no orçamento anual do Governo Federal³⁶.

Assim, o argumento utilizado por Kim Kataguiri, de que o dinheiro da Lei Rouanet deveria ser investido em áreas mais carentes como Educação e Segurança Pública, mostra-se falacioso. As duas áreas recebem investimentos muito maiores do que é investido na Lei Rouanet. Outro ponto, que o argumento se fragiliza, é que tanto Mamãefalei, quanto Kataguiri acusam essa lei de consumir o dinheiro dos “pagadores de impostos”. Da forma que eles argumentam, leva a crer que o governo faz o que bem entender com o valor. Porém, como destacado, a Lei Rouanet permite que empresas e pessoas decidam quais e quanto investir do seu Imposto de Renda em projetos culturais. Assim, os “pagadores de impostos”, no caso da Lei Rouanet, tem o domínio para onde seu dinheiro irá.

As “celebridades” tem presença nas formas simbólicas ideológicas além do contexto de cultura. A presença dessas celebridades é difusa no discurso do grupo. São apresentadas como uma “elite privilegiada” quando discordam da visão de mundo do MBL, por outro lado, e são apresentadas como exemplos a serem seguidos quando aproximam-se dos ideais do movimento. Como estratégia frequente nesses casos está a Legitimação com Racionalização. A racionalização manifesta-se quando “um produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência [...]” (THOMPSON, 1995, p. 82-83).

A ambivalência do MBL manifesta-se nos casos a seguir sobre negros e racismo. A racionalização utilizada pelo MBL contra essa minoria caracterizou-se ora pela desqualificação da pessoa que fala, ora pela desqualificação de argumentos, de dados e estatísticas que são lugares comuns na ciência social brasileira, a respeito da condição do negro ou mesmo da mulher na sociedade. Na Figura 22, é apresentado como dá-se essa ambivalência nas publicações sobre o racismo e celebridades feitas pelo MBL.

³³ Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3x1R9iTn/content/min-economiza-mais-de-8-milhoes-em-2017-com-adocao-de-novas-praticas/10883>. Acesso em: 30 nov. 2018.

³⁴ Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2017>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

³⁵ Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/06-seguranca-publica?ano=2017>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

Figura 22 - Operação da ideologia em conteúdos com artistas



Fonte: elaborado pelo autor

Na Figura 23, é apresentado o processo de desqualificação, pelo MBL, do argumento da atriz Taís Araújo sobre racismo no Brasil, supostamente, a expressão corporal dela indicaria a falsidade da argumentação dela em relação ao racismo que ela sofre. Destaque-se também que no exemplo acima é constituída uma relação de elite vs. povo a partir da desqualificação do argumento de Taís Araújo por ela constituir-se como uma integrante da “elite” por ser uma atriz. Nesse sentido, alguém com privilégios em relação ao povo.

Figura 23 - MBL criticou opinião de Taís Araújo a partir da linguagem corporal da atriz



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/739701019487377>)

³⁶ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/cultura/2018/01/entenda-como-funciona-a-lei-rouanet-iniciativa-que-aprovou-mais-de-cinco-mil-projetos-em-2017>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

Para corroborar seu ponto de vista, a outra publicação, exemplificada na Figura 24, ideológica em relação a minorias também trata da questão do racismo. Diferente do primeiro, em que um artista era utilizado em contexto negativo, no último caso foi utilizada uma celebridade para embasar o argumento do MBL.

Figura 24 - Argumento do ator Morgan Freeman em vídeo é utilizado para embasar posição do MBL sobre racismo



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/619756484815165>)

A racionalização e a universalização são utilizadas no vídeo do ator americano Morgan Freeman. A racionalização dá-se a partir da argumentação do ator afirmando que a raça não impacta na distribuição de renda. Aqui, manifesta-se o anti-cientificismo por parte do MBL. O exemplo dado pelo ator é o seu próprio e que a partir disso todos os negros teriam a mesma oportunidade de estarem no seu lugar. Assim, uma opinião pessoal ganha mais peso que bases de pesquisas sobre o tema. Essa argumentação legitima diferenças substanciais de raça que há no Brasil. Como mostra estudo do IPEA, em alguns estados da federação como RS, RJ e Maranhão, o rendimento familiar de brancos chega a ser mais de duas vezes o de

famílias negras³⁷. Como mostra o estudo do IPEA, há uma regressão lenta entre as diferenças de renda entre as raças no Brasil, porém, essa lentidão aponta para que a força de vontade não seria um fator determinante para a ascensão social de negros no país. Dessa forma, a argumentação criada pelo MBL mostra-se como ideológica ao manter as relações de poder assimétricas entre negros e brancos no Brasil.

A Racionalização aparece também como estratégia de Legitimação de formas simbólicas ideológicas sobre desigualdade salarial entre homens e mulheres. No caso a seguir, a Racionalização manifesta-se pela desqualificação do argumento de que mulheres ganham menos porque a sociedade brasileira é machista.

Figura 25 - O membro do MBL Kim Kataguiri discute as diferenças salariais entre homens e mulheres



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/619806138143533>)

Em vídeo, apontado na Figura 25, o MBL argumenta que a diferença salarial entre homens e mulheres no Brasil ocorre pelo fato de que a metodologia de análise das diferenças de salário não analisa as profissões que cada sexo opta. Dessa forma, segundo o MBL, a pesquisa seria inválida. Nessa publicação, ainda há o uso da Dissimulação – com uso da estratégia de Deslocamento – já que o vídeo constrói uma narrativa de que homens trabalham mais cedo e mais horas, assim, indicando que eles seriam desfavorecidos nesse comparativo salarial entre homens e mulheres. Por fim, o vídeo ainda apresenta uma Universalização do

³⁷ Para relatório completo sobre as diferenças de rendimento familiar entre brancos e negros, consultar o estudo do IPEA “Desenvolvimento humano para além das médias”. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170510_desenvolvimento_humano_para_alem_das_medias.pdf>. Acesso em: 23 set. 2018.

discurso ao utilizar a fala de uma mulher – lutadora de UFC – para defender o argumento de que é natural a diferença de salários entre homens e mulheres.

A questão da desigualdade salarial – e econômica – é tema de outro vídeo do MBL, que é destaque na Figura 26. O conteúdo aborda as diferenças em geral entre os sujeitos, não apenas entre mulheres e homens. O vídeo com Roberto Motta³⁸ sustenta o argumento de que a desigualdade não é um problema. Roberto Motta aponta que somos todos diferentes e desiguais. Assim, não seria possível garantir a igualdade de oportunidades, já que, há variáveis nas vidas das pessoas que impactam no resultado financeiro, educacional, profissional, etc., de cada uma delas. Motta posiciona-se no vídeo contrário a políticas de redução da desigualdade, como as cotas. Para o político, a única igualdade possível é a perante a lei.

Figura 26 - A opinião do político Roberto Motta sobre a desigualdade é repercutida pelo MBL



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/718447051612774>)

Assim, compreende-se esse conteúdo do MBL como ideológico já que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Como mostra relatório da Oxfam³⁹, em relação a desigualdade econômica, “apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos

³⁸ Roberto Motta é empresário, escritor e político. Foi fundador do Partido NOVO e é membro dos movimentos políticos MBL e LIVRES. Disponível em: <<https://www.robertobmotta.com.br/sobre/quem-e-roberto-motta/>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

³⁹ Oxfam desenvolveu relatório sobre a desigualdade no Brasil, publicado em setembro de 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

100 milhões de brasileiros mais pobres” (OXFAM, 2017, p. 6). E a desigualdade no Brasil não se limita a questão econômica como aponta o relatório:

As discriminações de raça e de gênero têm se mostrado um perverso mecanismo de bloqueio à inclusão de negros e de mulheres, se manifestando por violências cotidianas praticadas inclusive pelo próprio Estado e mantendo esta parcela da sociedade sempre ‘no andar de baixo’ da distribuição de renda, riqueza e serviços. Soma-se a isso o nosso sistema político, carente de espírito democrático, concentrador de poder e altamente propenso à corrupção. (OXFAM, 2017, p. 7).

Nesse cenário, o argumento de Motta publicado pelo MBL é ideológico por manter relações de poder assimétricas em termos econômicos e sociais entre as elites nacionais, homens e brancos em relação aos mais pobres, mulheres e pessoas de outras raças no Brasil. Assim, inclusive, a partir dessas questões de desigualdades econômicas e sociais, é possível indicar que a busca de igualdade perante a lei também é problemática. Já que a situação econômica de um sujeito implica uma diferente relação entre o sujeito e a lei por causa da obtenção de advogados e outros custos inerentes da busca por justiça.

Nas duas publicações, sobre o salário das mulheres e a da verdade sobre a desigualdade, o MBL apresenta convergência no núcleo das ideias. Mais uma vez, nota-se ambivalência nas formas simbólicas reproduzidas pelo movimento. No caso sobre o salário das mulheres, o MBL busca inserir “mais informações” na análise para dissuadir o comparativo entre os sexos no mercado de trabalho. Já no vídeo com Roberto Motta, o MBL transmite a ideia de que há a impossibilidade de comparar e igualar sujeitos porque somos “essencialmente” diferentes. Apesar da estratégia divergir nas duas publicações, no núcleo delas há o deslocamento do debate sobre a desigualdade social no Brasil. Esse tema também é motivo de uma forma simbólica ideológica que trata de cotas raciais.

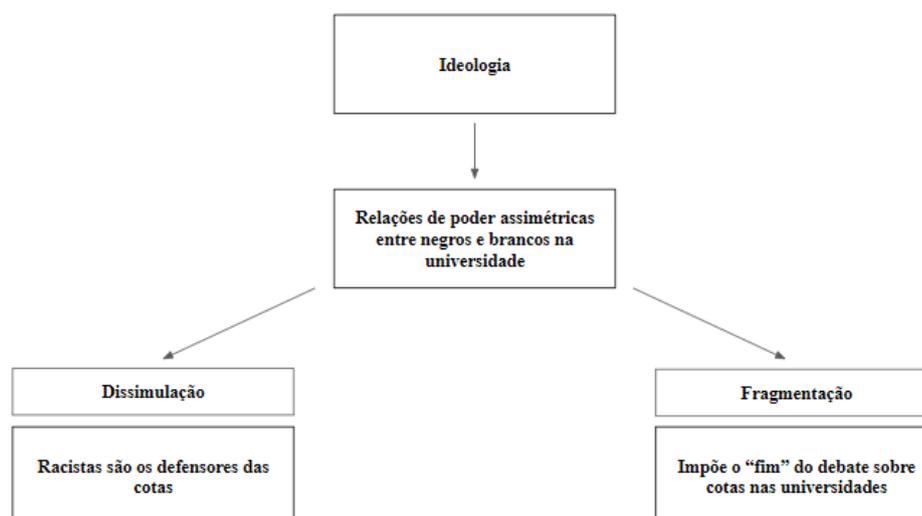
Figura 27 - MBL reproduziu opinião do humorista Hélio de la Peña sobre o cotas



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/621078388016308>)

Em mais um caso, que a Figura 27 apresenta, o MBL utiliza-se da opinião de um artista para apresentar seu ponto de vista. No vídeo, o ator Hélio de la Peña se posiciona contra a universidade por ser uma medida “imediatista e eleitoreira” por não dar a devida formação. O ator indica que os negros não devem entrar por uma vaga “café com leite”, e sim na “vaga dos brancos”, assim, as cotas seriam um vetor para criar uma forma de preconceito. Hélio de la Peña indica que as cotas são injustas porque seu filho negro que estudou em escola particular tiraria espaço de um branco de escola pública.

Figura 28 - Operação da Ideologia em conteúdos sobre cotas



Fonte: elaborado pelo autor

O vídeo serve para corroborar o ponto de vista do MBL que é sustentado pelos textos que acompanham a publicação. Na Figura 28, são representados os dois sentidos que a forma simbólica constitui-se como ideológica. Como destaca texto da publicação que acompanha o vídeo, a partir do Deslocamento, os racistas seriam os defensores das cotas. Em outro sentido, como mostra o texto inserido no vídeo, a argumentação de Hélio de la Peña “acabou com o vitimismo de quem defende cotas raciais”, esse é mais um exemplo do Expurgo do Outro praticado pelo MBL. Em outros exemplos pode-se verificar que o MBL de forma frequente aponta o fim de ideias contrárias as deles.

Ressalta-se que a conclusão do argumento de Hélio de la Peña mostra-se falacioso. O ator aponta que brancos de escola pública poderiam ser prejudicados caso o filho dele, um negro estudante de escola particular, acessasse as cotas raciais. Como mostra a Veja⁴⁰, as cotas raciais foram instituídas como lei em 2012 e reservam 50% das vagas disponíveis nas 97 instituições federais. A matéria mostra que o caso apresentado por de la Peña não pode se concretizar, já que as cotas raciais só são disponibilizadas para estudantes que cursaram os três anos do Ensino Médio em escola pública. E, como a Veja aponta, as cotas não são apenas para negros, já que também há disponibilidade de cotas sociais para alunos provindos de escola pública no geral. Esse cenário constituído pelo MBL a partir da fala do ator contamina o debate sobre a aplicação das políticas públicas de cotas no Brasil porque dissimula a situação e sobre as bases que elas se assentam.

Formas simbólicas que tratam de minorias apresentam-se com frequência nas publicações do MBL. A questão do racismo não está presente só sobre as cotas, mas também permeia outras discussões com a defesa da inclusão social de negros, mulheres, LGBTs, etc. Um dos casos apresentados pelo MBL é sobre a diversidade de restaurantes. Na Figura 29, a publicação tenda eclipsar uma crítica a falta de restaurantes africanos ao generalizar a questão apresentado exemplos de outros restaurantes que não há no Brasil. A publicação é uma crítica da coluna Cozinha Bruta na Folha de São Paulo intitulada “A falta de restaurantes africanos escancara nosso racismo”⁴¹. Esse é mais um caso de Dissimulação por Deslocamento. No caso, é retirado o problema de contexto, ao mostrar que a falta de restaurantes africanos ocorre concomitante com a inexistência de outros restaurantes relacionados a outras culturas. Dessa forma, o discurso de representação africana na culinária é normalizado.

⁴⁰ Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/educacao/enem-quem-pode-entrar-no-sistema-de-cotas/>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

⁴¹ Disponível em: <<https://cozinhabruta.blogfolha.uol.com.br/2017/11/20/a-falta-de-restaurantes-africanos-escancara-nosso-racismo/>> Acesso em: 30 nov. 2018.

Figura 29 - MBL faz uso do "humor" para repercutir notícia sobre restaurantes africanos



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/741070152683797>)

A estratégia de Deslocamento também é utilizada para dissimular fatos a respeito de combate ao discurso de ódio na internet, como mostra o caso apresentado na Figura 30. Ao comentar notícia – mais uma vez d'O Diário Nacional - sobre a plataforma Twitter estar excluindo perfis que realizam discurso de ódio, o MBL passa a chamar essa atuação da plataforma como censura.

Figura 30 - MBL compartilhou notícia sobre suposta censura realizada pela plataforma Twitter



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/740493779408101>)

Assim, o MBL, em mais um exemplo, trata de manter relações de poder assimétricas ao deslocar o oprimido para o papel de opressor. A constituição de populismo de direita também apresenta-se na forma simbólica do MBL. Na publicação, o movimento denota que a elite econômica está contra eles, já que ao invés de falar dos oprimidos na situação, o MBL centraliza a crítica na plataforma Twitter, um ator econômico de grande relevância no cenário mundial. Assim, cabendo a interpretação de que os detentores do poder econômico estão contra o grupo e suas ideias. O, nesse contexto, MBL age ideologicamente, permite com que grupos que são vítimas de discurso de ódio sejam transformados em categoria privilegiada e protegida pelas elites.

Em outro caso, também envolvendo minorias, o MBL também utiliza-se do deslocamento do oprimido para o papel de opressor na sua argumentação. Na Figura 31, o MBL, como no caso da Ideologia de Gênero e da exposição Queermuseu, relaciona a defesa de minorias como um projeto da esquerda.

Figura 31 - Kim Kataguiri do MBL opina em vídeo sobre o "vitimismo" das minorias e da esquerda



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/1718458541538671>)

No vídeo da publicação, é exposta uma situação na universidade americana de Vanderbilt em que houve protesto contra o racismo da reitoria. Segundo Kim Kataguiri do MBL, o caso baseou-se em fezes de cachorro deixados em frente a uma associação de alunos negros. Porém, segundo relato, as fezes deixadas no local foram depositadas por uma aluna cega que não conseguiu identificar uma lixeira para depositar o saco.

A partir deste caso relatado, Kim Kataguirí argumenta que há um exagero por parte da esquerda e das minorias acerca de sua posição como oprimido na sociedade. O vídeo segue com outros exemplos, apontando a suposta incoerência em chamar de racista quem fala “que a coisa está preta” ou que é machista quem xinga outra pessoa de “mulherzinha”.

O vídeo apresenta-se como ideológico pelo mesmo motivo do exemplo anterior. Desloca o papel do oprimido para opressor por supostamente utilizar-se do “politicamente correto” para censurar opiniões divergentes. Dessa forma, o MBL inviabiliza opiniões dissonantes. A estratégia de dissimular a partir de deslocamento também dá-se pela estrutura que o argumento é construído no vídeo. Ao utilizar-se de um exemplo da universidade americana, leva o receptor a entender as reclamações das minorias como geralmente ilegítimas por não estarem ancoradas em fatos.

Como pode-se verificar ao longo desta análise, a inversão de papéis de oprimido e opressor é uma estratégia central na reprodução de formas simbólicas ideológicas pelo MBL. Na Figura 32, a publicação coloca o movimento LGBT como responsável por pressionar a ONU para atacar cristãos como mostra a manchete. Assim, os LGBTs são apresentados como um inimigo dos cristãos.

Figura 32 - MBL compartilhou notícia sobre posição da ONU acerca das religiões



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/736997496424396>)

Porém, o próprio texto de apoio utilizado pelo MBL contradiz a afirmação da manchete. A indicação é de que o relatório da ONU aponta que os Estados devem prevenir

atos contrários aos direitos humanos. Dessa forma, a recomendação não diz respeito a atacar cristãos, e, sim, impedir que haja ataques a outros grupos minoritários. A Dissimulação realizada pelo MBL nessa publicação aponta também a construção de uma cisão LGBTs e cristãos, caracteriza-se os LGBTs como um grupo com maior força política, capaz de utilizar-se da ONU para perseguir cristãos. Dessa forma, com esse poder de influência no ONU, os LGBTs, em mais um caso, são apresentados como pertencentes à elite política.

Além do Deslocamento, outra estratégia de Dissimulação ideológica utilizada pelo MBL é a de Tropo. Na Figura 33, o movimento utiliza-se de metáfora para dissimular o programa de cotas para servidores públicos na cidade de São Paulo.

Figura 33 - Vereador de São Paulo e membro do MBL Fernando Holiday comenta lei criada na gestão Haddad na prefeitura paulistana



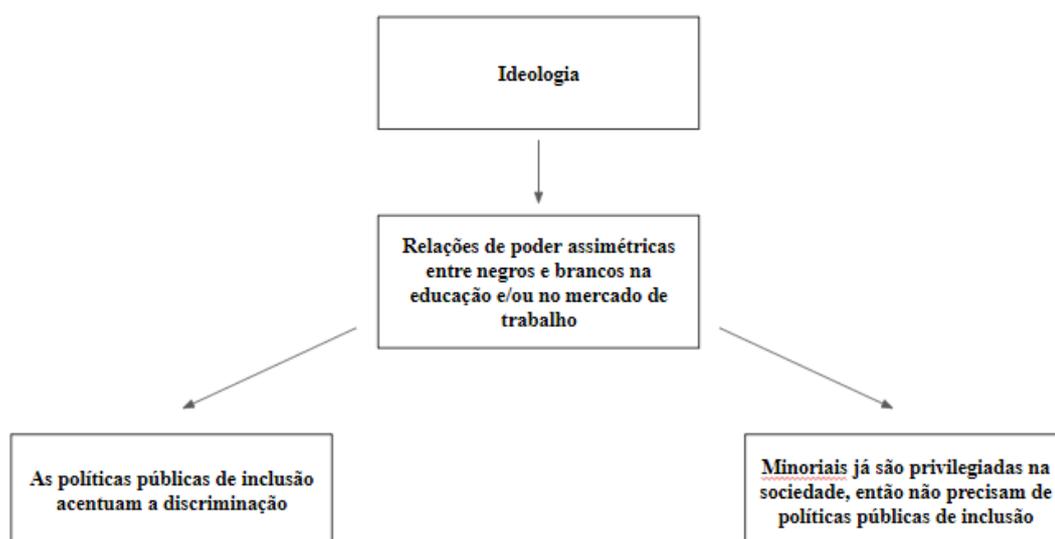
Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/mblivre/videos/623518684438945/>)

O programa em questão é chamado pelo MBL como “Tribunal Racial de Haddad”. Além do uso de Tropo, também é apresentado o uso da estratégia de Deslocamento, ao qualificar a política como “racista” e “nazista”. O MBL a partir de sua argumentação classifica a política pública – que na sua origem visa a inserção de negros no serviço público – como uma medida que ofende negros. O discurso é ideológico por manter relações de poder assimétricas no âmbito da inclusão de negros no funcionalismo público brasileiro.

Em nota técnica⁴², o IPEA mostra que no geral negros ocupam quase metade das vagas no setor público, porém, estão subrepresentados em faixas de remuneração maior. O estudo indica que “pode-se verificar que a presença da população negra é muito mais reduzida em carreiras mais valorizadas, especialmente as de nível superior, e que oferecem melhor remuneração. Em carreiras de nível intermediário, a participação de negros aumenta (IPEA, 2014, p.9). Dessa forma, o estudo indica que a reserva de 20% de cotas para negros em concursos públicos garantiria o ingresso desse extrato da sociedade nas carreiras de maior remuneração no setor público, assim, podendo impactar na redução da desigualdade econômica entre os servidores. Nesse contexto, a publicação do MBL é ideológica, já que mantém essa relação desigual de rendimentos no setor público ao se posicionar de forma contrária a implementação de cotas raciais nos concursos.

Até aqui pode-se compreender que o MBL constrói uma oposição sistemática a políticas públicas que visam incluir minorias. Duas estratégias aparecem com destaque nessas situações, a já comentada inversão do papel de privilegiados e desfavorecidos na sociedade brasileira, e a que pode-se constatar nos últimos exemplos sobre racismo: a de tratar políticas públicas de inserção de minorias como responsáveis por acentuar o preconceito contra os grupos elas se destinam, como mostra a Figura 34.

Figura 34 - Operações ideológicas sobre políticas públicas de inclusão



Fonte: elaborado pelo autor

⁴² Em 2014, o IPEA publicou a nota técnica “Reserva de vagas para negros em concursos públicos: uma análise a partir do Projeto de Lei 6.738/2013” que analisou o cenário que o projeto de lei sobre cotas no serviço público se inseria. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140211_notatecnicadisoc17.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

O cenário criado pelo MBL, de forma ambivalente, impede a discussão e o enfrentamento de problemas relativos a desigualdade no Brasil. Ao refletirmos sobre como o consumo de informação dá-se na plataforma Facebook, esse conteúdo “difuso” do MBL pode não ser observado como fragilidade do grupo. Como mostra van Dick (2013), o Facebook privilegia o consumo de informação segmentado. Dessa forma, uma pessoa que foi impactada por uma posição do MBL não necessariamente verá o segundo posicionamento feito de forma diferente. Nisso, a tendência, como apontado por van Dick (2013), é que quem crê que as minorias se tornam vítimas de mais preconceito quando são incluídas por políticas públicas serão expostos ao conteúdo que afirma isso, da mesma forma que isso ocorrerá em sentido oposto com quem acredita que as minorias são privilegiadas na sociedade. O que fica como “núcleo” dessas posições do MBL é o enfrentamento contra políticas públicas de inclusão. Assim, a ambivalência emerge como estratégia de reprodução de formas simbólicas pelo MBL, e não como uma fragilidade de sua narrativa.

Figura 35 - MBL repercutiu notícia sobre doação realizada por Igreja Evangélica para um Terreiro de Candomblé



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/737216963069116>)

A questão racial também apresenta-se nas formas simbólicas do MBL relacionada à religião, como mostra a Figura 35. Segundo o MBL, a violência contra essas religiões são uma “lenda” no Brasil. Em mais uma publicação que utiliza conteúdo do site de notícias falsas O Diário Nacional, o MBL constrói a argumentação de que não há violência de cristãos contra religiões de matrizes africanas porque uma Igreja Evangélica teria feito doação para um terreiro de candomblé. O MBL utiliza-se de um exemplo pontual para enfatizar seu ponto de vista como universalizado. Porém, quando colocado em quadro, a situação é oposta. Como

mostra estudo *Intolerância Religiosa no Brasil: Relatório e Balanço*⁴³, no estado do Rio de Janeiro⁴⁴, entre abril de 2012 e dezembro de 2015, mais de 70% dos casos de intolerância religiosa identificados foram contra religiões de matriz africana. Nesse contexto, a forma simbólica do MBL é ideológica por apresentar um caso específico como capaz de refutar uma realidade da sociedade brasileira. Não obstante, a narrativa construída pelo movimento pode impedir um debate pleno sobre as raízes da intolerância religiosa no Brasil. Assim, como nas publicações sobre minorias e Ideologia de Gênero, o MBL encobre a vulnerabilidade de um grupo para tentar construí-lo como privilegiado ou falacioso.

Assim, fecha-se um ciclo importante da análise: a de como o MBL articula suas formas simbólicas contra minorias. Nota-se uma tentativa frequente da construção de um nós vs. eles nas publicações do MBL, instituindo uma ideia de que o “outro” diferente é uma ameaça à ordem na sociedade brasileira. Dessa forma, o discurso empregado pelo movimento trata de excluir do debate grupos que não tem a mesma força política que eles no cenário nacional.

As formas simbólicas ideológicas do MBL surgem como entrave para discussões que podem transformar a sociedade brasileira. O MBL por meio da legitimação desqualifica posições de oprimidos. A desigualdade de forma geral – seja de gênero, raça, econômica, educacional, etc. – é afetada por essas formas simbólicas circuladas pelo MBL no Facebook, já que o grupo mostra-se como um legitimador dessas relações de poder assimétricas na sociedade brasileira. Ao deslegitimar o que é dissonante, o MBL dificulta a inserção de discursos que confronte a ordem estabelecida brasileira, ou seja, mantém relações de poder assimétricas. Não obstante, essa atuação do MBL dificulta a criação de um ambiente favorável para políticas públicas que visem a redução das desigualdades, bem como de promoção da diversidade.

Outro assunto relacionado com o de Ideologia de Gênero, que apresenta-se nas formas simbólicas ideológicas do MBL é o da Educação, com ênfase na presença de menções ao projeto Escola Sem Partido. Antes de discutir como as formas simbólicas são reproduzidas ideologicamente, é apresentado o que é este projeto para o movimento. Como no caso da Ideologia de Gênero, para esta pesquisa, a descrição sobre o Escola Sem Partido dá-se pelo entendimento que as publicações do MBL possibilitam.

⁴³ Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2018/08/relatorio-final-port-2.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2018.

⁴⁴ Segundo estudo, é o Rio de Janeiro é o estado com mais dados estratificados sobre as origens da intolerância religiosa.

O Escola Sem Partido, segundo o MBL, é um projeto que visa combater a “doutrinação ideológica”⁴⁵ realizada por professores em sala de aula. Para o movimento, os professores são responsáveis por disseminar a dimensão “cultural” dos ideais de esquerda. Dessa forma, os pais perdem seu papel na formação dos filhos. Isso decorre do fato de que os professores, para o MBL, desviam as crianças de uma educação “moral” e as levam a ser de “esquerda”. Nesse sentido, ser de esquerda, para o movimento, é apresentado como algo “degenerado”. O “Sem Partido” que o nome do projeto leva decorre que, segundo o MBL, esses “professores doutrinadores” são ligados a partidos de esquerda como o PT, PSOL e PC do B. Nisso, o Escola Sem Partido seria uma forma de impedir que esses professores filiados a partidos de esquerda “doutrinem” as crianças nas escolas.

A “luta” pelo Escola Sem Partido, como o grupo denomina, aparece em publicações do grupo sobre a aprovação do projeto em câmaras municipais, como exemplificado na Figura 36. Dessa forma, o MBL denota sua estratégia de inserir o projeto na agenda política brasileira a partir das câmaras municipais. No vídeo em Salvador, o representante do MBL local afirma que a manifestação é pela educação contra a doutrinação. O membro do MBL também afirma que a manifestação deles está vazia porque, diferente das realizadas por sindicalistas, essas são de trabalhadores. Dessa forma, segundo ele, é difícil ter a presença de pessoas que trabalham em um evento durante a semana.

Figura 36 - Manifestação do Escola Sem Partido organizada pelo MBL em Salvador



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/660102400780573>)

⁴⁵ Ressalta-se que o sentido de “ideológico” para o MBL não é o mesmo de Thompson. Ideologia para o MBL surge como algo vinculado à esquerda.

Em outro vídeo, destaque na Figura 37, o MBL expõe fala de estudante que, segundo eles, assume que “sofreu doutrinação” por parte de professores. No texto da publicação, o MBL enfatiza que o vídeo da estudante demonstra a urgência e a importância da implementação do projeto Escola Sem partido em escolas e universidades públicas no Brasil.

Figura 37 - Reprodução de vídeo de estudante realizada pelo MBL



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/1936950913209732>)

A estudante apresentada no vídeo diz-se estudante de ensino técnico em um Instituto Federal. Segundo a estudante, ela é proveniente de zona rural e graças ao apoio do governo conseguiu entrar no ensino técnico. Para ela, o Instituto Federal propiciou um ensino técnico de qualidade, bem como uma educação libertadora. A estudante aponta que essa educação libertadora, segundo suas próprias palavras, abriu caminho para sua participação na vida política, como atuação no grêmio estudantil local, em ocupações e outras atividades políticas em geral. Assim, a atuação política da estudante é utilizada como prova factual de que há doutrinação na educação pública brasileira, por casos como esse, o Escola Sem Partido seria necessário.

Nas formas simbólicas ideológicas sobre Ideologia de Gênero, apresentaram-se posições do MBL que articulavam exposições de arte com a erotização de crianças. Essa articulação é verificada também em formas simbólicas reproduzidas sobre o Escola Sem

Partido. Segundo o movimento, como mostra a Figura 38, os professores seriam responsáveis por erotizar as crianças a partir da implementação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). O site disseminador de notícias falsas O Diário Nacional em mais um caso é utilizado pelo MBL. Segundo a manchete da matéria do site, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) seria uma ferramenta para acabar com o Escola Sem Partido. Dessa forma, uma medida do governo Michel Temer do MDB é também classificada como uma medida “ideológica” da esquerda para doutrinar as crianças.

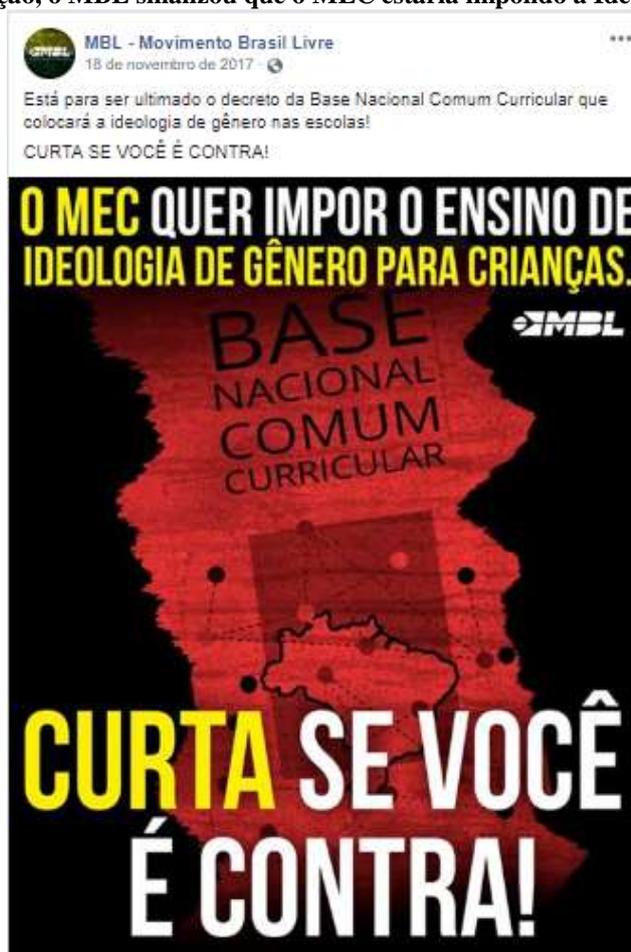
Figura 38 - MBL reproduziu notícia sobre suposto "golpe" contra o Escola Sem Partido



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/737322366391909>)

O Escola Sem Partido é constituído como uma ferramenta que pode impedir a disseminação do que o MBL chama de Ideologia de Gênero. Assim, a BNCC aparece para o movimento como uma ameaça para a sociedade brasileira, já que seria uma forma de institucionalizar a Ideologia de Gênero. Em publicação, indicada na Figura 39, o MBL em nenhuma parte não aponta nenhuma parte da BNCC que imporia a Ideologia de Gênero. Assim, dissimula tanto ao descontextualizar o termo Ideologia de Gênero, quanto ao não dar a devida referência a acusação. Assim, é criado um contexto de ameaça a ordem estabelecida pela possibilidade da Ideologia de Gênero influenciar, via educação, filhos e conhecidos dos receptores da mensagem.

Figura 39 - Em publicação, o MBL sinalizou que o MEC estaria impondo a Ideologia de Gênero



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/739071036217042>)

Em outro conteúdo, apontado na Figura 40, o MBL compartilhou denúncia da página do movimento em Santa Catarina sobre articulação de alunos e professores de Criciúma contra o Escola Sem Partido. O MBL Santa Catarina, no conteúdo original, aponta que a presença de alunos num evento contra o seu projeto é a prova de que eles são “doutrinados” por professores de esquerda.

Figura 40 - MBL compartilhou conteúdo do MBL Santa Catarina sobre suposta doutrinação realizada por professores



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/735616989895780>)

O vídeo é um evento na UNESC. Os alunos apresentados no vídeo defendem os professores indicando que ao longo da história diversos regimes totalitários tentaram retirar a autonomia dos educadores. Assim, segundo os alunos, para a escola se manter “democrática” é preciso se opor ao Escola Sem Partido.

Além dos casos específicos em si sobre o Escola Sem Partido é possível identificar o viés ideológico em si na caracterização dos professores como agentes importantes na implementação de uma “doutrina de esquerda”. O MBL nas suas formas simbólicas, como apresentado até aqui, indicam os professores como agentes portadores de poder de dominação sobre os alunos. Dessa forma, os professores são caracterizados como forças que desviam os filhos dos caminhos que os pais gostariam. Nesse cenário, como refletir sobre o caráter ideológico da constituição dos professores como doutrinadores que ameaçam as crianças? Para discutir esse tema, é preciso verificar como os professores são reconhecidos pelos alunos no Brasil, já que uma doutrinação só é possível com a plena circulação das ideias dos professores para com os alunos.

Segundo o *Global Teacher Index 2018*⁴⁶ realizado pela ONG Varkey Foundation, apenas 10% dos brasileiros entrevistados concordam que há respeito entre professores e mestres. Com esse resultado, o Brasil está em último lugar entre os 34 países analisados. Para fins de referência, esse mesmo indicador na China chega aos 80%. O Brasil também demonstra o pior índice entre os países em relação ao valor dado pela sociedade à profissão de professor. No estudo, é apresentada uma correlação entre o desempenho de alunos no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) e o levantamento realizado. A Varkey Foundation ressalta que os países que apresentam pior valorização dos professores pela sociedade são aqueles que tem o pior desempenho no PISA. Diante deste cenário em que professores não são respeitados para os alunos, como seria possível tornarem-se doutrinadores de estudantes? Assim, em mais um tema, o MBL atua para manter relações assimétricas no Brasil. Professores que já tem dificuldades em serem reconhecidos na sociedade brasileiras como uma profissão importante são transformados em atores políticos ameaçadores para a “família brasileira”.

6.3.1 Anticomunismo

Essa conexão da esquerda com diversos temas, como a Ideologia de Gênero e a “doutrinação” por parte dos professores, remete a presença do anticomunismo na sociedade brasileira como um movimento histórico. As formas simbólicas do MBL não inserem algo novo no cenário político do país, e sim perpetuam um sentimento que retorna em momentos de instabilidade política. Quando surge o fenômeno do anticomunismo no Brasil? A sua força mostra-se maior em que época? Como ele se mantém em circulação nas ideias da sociedade? São perguntas importantes para constituir o cenário que as formas simbólicas do MBL tornam-se ideológicas.

O anticomunismo no Brasil remete ao início do século XX, o fenômeno pode ser notado de forma expressiva a partir de 1917, ano da revolução russa, que espalhou o temor de revolução comunista em diversos países (MOTTA, 2002). Porém, como aponta Motta (2002), esse fenômeno tem atuação relevante na política brasileira nos anos 30 e 60, em que o anticomunismo foi reproduzido na sociedade para permitir a escalada de dois governos autoritários. O anticomunismo não é uma ideia fixa que se reproduz ao longo do tempo da

⁴⁶ Disponível em: <<https://www.varkeyfoundation.org/media/4867/gts-index-13-11-2018.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

mesma forma. Esse conjunto de ideias foi utilizado por diferentes atores políticos como “o próprio Estado, a imprensa, grupos e líderes políticos, órgãos de repressão e mesmo a Igreja” (ibidem, p. 72). Da mesma forma que houve pluralidade de atores políticos aproveitando-se desse fenômeno, o objetivo do seu uso também era difuso, segundo Motta (2002, p. 72-73):

Os ganhos podiam ser políticos, na forma de votos, por exemplo, ou apoio popular a medidas de governo; num sentido genético, crescimento do prestígio de algumas instituições que se colocavam como campeãs na luta “contra os vermelhos”, como no caso da Igreja; e às vezes havia até ganhos pecuniários, quando alguns grupos extorquiam dinheiro dos segmentos sociais abastados a título de combaterem os comunistas.

Com o objetivo de contextualizar a força política do anticomunismo no Brasil, esta pesquisa concentra-se em descrever o fenômeno nos períodos que tiveram força política para a escalada de governos autoritários no Brasil. Motta (2002) aponta que a partir de 1935, no cenário político que permitiu a ascensão do governo autoritário do Estado Novo, o anticomunismo foi utilizado para macular a imagem de adversários políticos. Assim, “Inúmeros homens públicos foram acusados de envolvimento com o Partido Comunista por desafetos que, numa época de caça às 'bruxas', pretendiam jogá-los às 'feras’” (ibidem, p. 74). Como marca da estratégia anticomunista dessa primeira forte onda está a de rotular de comunista qualquer pessoa que tenha inclinação a ideias mais “sociais”. Assim, segundo Motta (2002, p. 74),

Nesse sentido, é possível rememorar os exemplos de formas simbólicas ideológicas do MBL em 2017 apresentadas até aqui. Artistas, professores, a BNCC, etc., é apresentado como ferramenta da esquerda, dessa forma, o MBL constrói um inimigo que deve ser retirado do cenário político porque tem força de imersão na sociedade.

Essa tática de identificar diferentes atores políticos como comunistas, como demonstra Motta (2002, p. 74), tem um interesse comum: “tinha como objetivo desacreditar todo e qualquer processo de mudança social. Denunciando à sociedade como comunistas embaçados a todos os esquerdistas, alcançava-se o efeito de lançar desconfiança sobre as propostas reformadoras”. Nesse contexto, o anticomunismo constitui-se como uma forma simbólica ideológica, já que sua reprodução visa manter relações de poder assimétricas no Brasil ao rotular de “comunista” qualquer tentativa de reforma social no país. Outro objetivo do uso do anticomunismo ao longo da história no Brasil é o de criar uma situação “grave” de confronto político no país. Nisso, era construído um cenário de disputa entre comunistas e anticomunistas pelo poder, dessa forma, o cenário estava posto para que um governo autoritário intervisse como “poder moderador” dessa disputa (MOTTA, 2002).

Posterior ao cenário de ascensão do anticomunismo nos anos 30, há seu uso para implementar a Ditadura Militar no Brasil. O anticomunismo na esfera militar não emerge apenas nos anos 60, dessa forma, é preciso dar um passo atrás e refletir como o anticomunismo dos anos 30 alimenta a tomada de poder pelos militares nos anos 60. Como aponta Santos (2010, p. 156), “Desde 1935, com a chamada ‘Intentona Comunista’, o ‘comunismo’ tem servido para unificar os militares, pois, tendo-se claro os inimigos, sabe-se quem são os amigos”. Nos anos 60, como aponta Motta (2002), o anticomunismo que permite a ascensão da Ditadura Militar, sustenta que os comunistas já adentraram-se ao aparelho do Estado, assim, apenas uma “revolução” seria capaz de “limpar” o Estado brasileiro da ameaça comunista.

O que leva essa nova emergência do anticomunismo como força política significativa na sociedade brasileira é a posse de João Goulart em 1961 após a renúncia de Jânio Quadros. Nesse contexto, imprensa, Igreja e setores do mercado articularam para disseminar ideias anticomunistas contra o então presidente (MOTTA, 2002). A derrubada de João Goulart e a efetivação da Ditadura Militar a partir de 1964 ocorrem em um contexto mundial de comunismo vs. anticomunismo. Como descreve Santos (2010), a disputa entre URSS e EUA pela hegemonia mundial entre o pós-Segunda Guerra Mundial e a queda do Muro de Berlim movimentam todo o globo. O governo brasileiro, pelo seu caráter anticomunista, alinha-se aos EUA e, conseqüentemente, cria o rótulo de “subversivos” para qualquer pessoa que não se alinhe à visão do governo. Santos (2010) aponta que a ESG (Escola Superior de Guerra) tem papel fundamental para a construção desse inimigo interno e externo. O autor apresenta como formas simbólicas ideológicas são reproduzidas para construir esse inimigo. Para Santos (2010, p. 118), “A necessidade de *fragmentação* entra para estabelecer quem é o adversário, quem é digno de usufruir o poder, *diferenciando-os*. Assim, o inimigo aparece como a ‘subversão’, como o ‘comunismo’”.

Como Motta (2010), que defende que o anticomunismo surge como forma de manter a sociedade brasileira como ela é, Santos (2002) também argumenta que essa doutrina da ESG visa manter relações de poder existentes no Brasil. A perseguição comunista realizada visa que “todos aqueles que atentam contra os objetivos formulados pelas elites, mais precisamente pela ESG, são passíveis de serem combatidos, extirpados” (SANTOS, 2010, p. 119).

As revoluções comunistas não fazem mais parte da ordem do dia. O Muro de Berlim e a URSS caíram. A China “comunista” é um dos grandes atores do capitalismo mundial.

Disso, como refletir sobre a permanência do anticomunismo no Brasil? As respostas aqui dadas permitem aproximar o anticomunismo histórico à ascensão do MBL nos anos 2010. Ab'Sáber (2015) defende que a crise política enfrentada pelo Governo Dilma Rousseff demonstra que “a já tardia ideia de ‘comunismo’ parece ainda ter vigência imaginária importante no Brasil” (AB’SÁBER, 2015, p. 36). Para o autor, o afastamento do Governo Dilma Rousseff de causas sociais e seu realinhamento com medidas mais “à direita” como o ajuste fiscal, permitiram o protagonismo do antipetismo, para ele, nova expressão do anticomunismo, na política brasileira. Assim, “o *homem conservador médio* [...] pode entrar em cena como força política real” (ibidem, p. 36). Esse *homem conservador médio* para Ab'Sáber é portador da *ideia do anticomunismo*, atua para manter o Brasil como ele é, contra qualquer tipo de mudança social possível. Dessa forma, “o anticomunismo sobrevive magicamente no Brasil de hoje como uma espécie de imagem de desejo [...] ele é contra qualquer realização que desvie a posse imaginária do Estado de seus senhores, imaginários, de direito” (ibidem, p. 36-37). Se nos anos 30 e 60, o imaginário de uma “revolução comunista” iminente era constituído pelo perigo soviético, no século XXI esse sentimento é repaginado, o anticomunismo agora apresenta um perigo do Brasil tornar-se a Venezuela (ibidem). Ab'Sáber aponta que esse “perigo comunista” ignora que os Governos Lula e Dilma “sejam de fato os da inserção de massas no mercado de consumo e de trabalho, evidentemente pró-mercado, capitalista” (ibidem, p. 37), isso clarifica-se ao analisar que os governos do Partido dos Trabalhadores “deu uma solução política para o avanço capitalista bem paralisado no Brasil” (ibidem, p. 37-38), assim, longe de ser comunista como *o homem conservador médio* argumenta.

Assim, diante da dinamização do capitalismo por parte dos governos de esquerda no Brasil, que resultou em “um virtual estado de pleno emprego” (ibidem, p. 38), a direita precisou encontrar *velhas formas* de disputa na política brasileira. Ab'Sáber sustenta que “José Serra [na campanha presidencial de 2010] utilizou-se abertamente de retórica anticomunista em sua campanha contra Dilma Rousseff” (ibidem, p. 38). Disso, houve uma “emergente *tea partização* do espaço público da política brasileira, um movimento apaixonado de busca de submissão extrema de tudo ao mercado e sua estrita produtividade” (ibidem, p. 40). Como arma desse movimento, há a moralização extrema da política, em que pautas como aborto, casamento gay, etc., entram em cena, e, claro, “o comunismo imaginado do governo tornou-se um dos modos mais fáceis e oportunos de ganhar dinheiro no mercado dos textos e ideias no Brasil” (ibidem, p. 41). Da mesma forma que foi realizado nos anos 30

e 40, os ataques ao “comunismo” destinavam-se a qualquer ideia genérica de inclusão social ou mudança no país. Ab’Sáber, afirma que “chegamos a conviver cotidianamente, em grandes jornais, com articulistas que atacavam qualquer ideia ou projeto progressista, de interesse coletivo, solidário, ou até mesmo, apenas meramente humanista” (ibidem, p. 42).

Em suma, o anticomunismo no Brasil, em todas suas épocas de apogeu, apresentara-se como forças que visam manter relações assimétricas na sociedade brasileiro. O anticomunismo e seu viés ideológico nas mais distintas épocas serviu como forma de isolar inimigos, expurga-los ou simplesmente impedir que avanços sociais fossem realizados no país.

Esse preâmbulo sobre o anticomunismo no Brasil permite avançar na análise das formas simbólicas ideológicas do MBL. A esquerda como clivagem principal entre diversas formas simbólicas sobre os mais variados temas mostra que o anticomunismo – pelo MBL, mais genericamente aplicado como “anti-esquerda” - segue presente na política brasileira. A aproximação entre o MBL e as formas de anticomunismo que marcaram a esfera política brasileira propiciam um longo debate que caberia uma pesquisa a parte para aproximar os movimentos. Porém, para este estudo, pode-se realizar já algumas aproximações a partir do que foi analisado até aqui.

O MBL articula o seu combate a esquerda de forma semelhante com os outros significativos momentos anticomunistas: (a) caracteriza pautas contrárias como “esquerda”; (b) cria clima de uma “ameaça de esquerda” na sociedade brasileira; (c) categoriza como “esquerda” pautas que visam a mudança da sociedade brasileira; (d) aponta que a “esquerda” e suas pautas devem ser expurgadas da política. Como exemplos dessas operações está a caracterizam da Ideologia de Gênero como uma “arma” da esquerda para dominar a sociedade, essa mesma Ideologia de Gênero é apontada como uma pauta que “ameaça o país, e, por fim, verificou ao longo desta análise uma série de exemplos em que o MBL indica que o adversário deve ser expurgado da política brasileira.

Agora, a análise avança para conteúdos que focam em si na esquerda. A abordagem feita pelo MBL é tanto sobre a esquerda mundial, quanto a brasileira. O “inimigo” constituído na maior parte dos exemplos é o Partido dos Trabalhadores, assim, mantendo o antagonista do movimento desde a sua criação.

Uma das abordagens ideológicas realizadas pelo MBL é de universalizar experiências internacionais sobre a esquerda. Na figura 41, a publicação do MBL é o compartilhamento da

notícia “Há 39 anos, o doutrinador ultraesquerdista Jim Jones causou a morte de 909 seguidores”, publicada pelo site Ceticismo Político.

Figura 41 - MBL reproduziu notícia sobre aniversário de tragédia nos EUA



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/739675002823312>)

O texto de apoio utilizado pelo MBL desloca o significado de ultraesquerdista para manter seu discurso. Ao apresentar como algo diretamente relacionado com partidos de esquerda, o MBL leva a compreensão de que “causar a morte” seria uma prática comum de grupos de esquerda. Essa ideia passada pelo MBL torna-se ideológica ao ser enquadrada num contexto da política nacional em que os brasileiros pouco sabem a respeito das diferenciações políticas entre esquerda e direita⁴⁷.

Da mesma forma como no caso americano, ao falar da questão da Venezuela, o MBL também utiliza-se de Deslocamento para se contrapor ao socialismo, como indicado na Figura 42. O movimento indica que supostos assassinatos realizados pelo governo venezuelano seriam uma consequência esperada da implementação de políticas socialistas. Assim, o grupo enquadra a ideia de socialismo no contexto autoritário venezuelano.

Figura 42 - MBL reproduziu notícia sobre o regime venezuelano



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/738337822957030>)

Nesses dois casos de Dissimulação, o MBL apresenta formas simbólicas ideológicas de a partir da estratégia de deslocamento. As duas publicações têm em comum também o uso de notícias publicadas pelo site Ceticismo Político. Site que em 2018 ficou conhecido por disseminar notícias falsas a respeito da morte de Marielle Franco⁴⁸.

Figura 43 - Em vídeo, o MBL mostra prisão de Deputado Estadual petista no Rio Grande do Sul



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/617062185084595>)

⁴⁷ “Brasileiro não identifica direita e esquerda na política”. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/brasileiro-nao-identifica-direita-e-esquerda-na-politica,83da70d144ea8410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 05 set. 2018.

⁴⁸ Como mostra reportagem do Jornal O Globo, o Ceticismo Político esteve no centro da disseminação de notícias falsas a respeito de Marielle Franco. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/como-ganhou-corpo-onda-de-fake-news-sobre-marielle-franco-22518202>>. Acesso em: 05 set. 2018.

A relação entre esquerda e violência também apresenta-se no contexto nacional. O MBL publicou vídeo, conforme destacado na Figura 43, da prisão de deputado estadual Jeferson Fernandes do PT gaúcho durante uma reintegração de posse. A publicação é acompanhada de *link* para o site Jorna Livre⁴⁹, que explica que o petista foi preso ao tentar impedir que famílias da Ocupação Lanceiros Negros em Porto Alegre fossem despejados.

Figura 44 - Vídeo de evento do Partido dos Trabalhadores é reproduzido pelo MBL



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/606818156108998>)

Em outro conteúdo, a fala da Deputada Federal Benedita da Silva, também do PT, é apresentada em vídeo sem contexto – demonstrado na Figura 44. No vídeo a deputada cita passagem bíblica que “sem derramamento de sangue não há redenção”. O texto inserido no vídeo compara a declaração da petista com a do humorista Danilo Gentili. Na publicação em questão, não é possível identificar qual seria a fala realizada pelo humorista. A publicação do MBL foi realizada no começo de junho de 2017, assim é possível identificar qual assunto que o movimento se refere quando cita Danilo Gentili. Em 30 de maio de 2017, a Deputada Federal do Partido dos Trabalhadores Maria do Rosário indicou que iria entrar na justiça contra o humorista por ele ter, em vídeo, rasgado uma notificação do Ministério Público Federal. A notificação era a respeito de uma denúncia de difamação de Gentili com Maria do

⁴⁹ Disponível em: <<https://jornalivre.com/2017/06/15/deputado-petista-e-presos-durante-reintegracao-de-posse-no-centro-de-porto-alegre/?fbclid=IwAR1Vfphu2jZP8aNrkeZSh3JNqWezsynL9GYdSkD7noT5OXBrE2BjTiLC7LY>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

Rosário⁵⁰. Assim, a publicação do MBL com a fala da Benedita da Silva, visa encobrir a atuação de um humorista que defende as ideias do movimento.

Esquerda e violência é uma relação constituída também nas publicações do MBL sobre sindicatos. Na publicação destacada na Figura 45, realizada na manhã do dia 15 de agosto de 2017, o MBL apresenta vídeo de confusão durante marcha da Escola Sem Partido. Não há nenhuma indicação que haja relação com sindicatos, o único momento que indica uma relação com a esquerda é que um dos manifestantes pró-Escola Sem Partido é interpelado por supostamente ter queimado uma bandeira do PSTU.

Figura 45 - MBL publicou vídeo sobre confusão durante marcha do Escola Sem Partido em Curitiba



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/659939820796831>)

No mesmo 15 de agosto, porém a tarde, o MBL publicou outro conteúdo relacionado sindicalistas com violência. Na Figura 46, é apresentada publicação do MBL sobre caso de invasão da sede da TV Manchete pela CUT em 1993. Os sindicalistas são identificados como “terroristas” pelo movimento. Como mostra o UOL⁵¹, o fato ocorreu em decorrência de uma greve realizada por trabalhadores da emissora de televisão que estavam há meses sem receber salários.

⁵⁰ Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/maria-do-rosario-diz-que-vai-justica-contra-danilo-gentili-machista-autoritario-21412873.html>>. Acesso em: 5 dez. 2018.

⁵¹ Disponível em: <<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/em-1993-greve-tirou-manchete-do-ar-em-sp-e-virou-noticia-na-globo-6370>>. Acesso em: 5 dez. 2018.

Figura 46 - Vídeo da TV Manchete de 1993 é republicado pelo MBL



Fonte: *Facebook* MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/660091704114976>)

Assim, pela convergência dos temas realizados no mesmo dia, pode-se identificar uma estratégia do MBL em justificar que a violência do primeiro vídeo – o do Escola Sem Partido – foi causada por sindicalistas já que, como mostra seu histórico, são um grupo que necessariamente utilizasse da violência para atingir seus objetivos. Já no dia seguinte, o MBL adotou estratégia de explicar porque os sindicatos e o Partido dos Trabalhadores seriam contra o Escola Sem Partido. No vídeo destacado na Figura 47, Paulo Martins⁵² indica que o sindicato - que segundo ele não representa os professores - e o Partido dos Trabalhadores são contra o Escola Sem Partido porque lucram politicamente com a sua prática. Assim, o movimento caracteriza o seu projeto como uma ferramenta que a esquerda precisa combater para seguir forte na sociedade.

⁵² Como indicado na análise sócio-histórica, a campanha de Paulo Martins em 2014 foi o “embrião” do MBL.

Figura 47 - A confusão durante marcha do Escola Sem Partido foi tema de outra publicação do movimento



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/660779894046157>)

As relações trabalhistas também são alvo de formas simbólicas ideológicas do MBL. Em publicação, apresentada na Figura 48, é publicado vídeo de Mamãefalei sobre a denominada *A Batalha de Guararapes*. Mamãefalei descreve como histórico o movimento de trabalhadores contra ação do Ministério Público do Trabalho (MPT). Como aponta Mamãefalei, uma procuradora *socialista* do MPT estaria impedindo a empresa Guararapes de gerar milhares de empregos no Rio Grande do Norte. No vídeo, o membro do MBL entrevista uma série de trabalhadores da empresa. Todos trabalhadores entrevistados indicam que não são *explorados* pela Guararapes. O argumento utilizado para identificar a procuradora como socialista é porque ela trabalha para o Estado. Assim, o MBL baseia seu argumento de que a empresa representa o capitalismo e tudo que vem do Estado como *inerentemente* socialista.

Figura 48 - Em vídeo, MBL classifica disputa judicial por trabalho escravo de Batalha de Guararapes



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/693456924111787>)

Além dos sindicatos, movimentos sociais historicamente ligados à esquerda, como o MST, também são indicados em formas simbólicas ideológicas do MBL. Em vídeo, exemplificado na Figura 49, o MBL apresenta manifestação do MST em Londrina. O destaque dado ao vídeo é pela fala do vereador Filipe Barros. Filipe Barros indica que o MST é ligado a Fidel Castro, que foi um genocida homofóbico, segundo ele. Ao final do vídeo é dado destaque ao fato do vereador ter encerrado a audiência com o MST apresentando uma carteira de trabalho. Como o texto de apoio da publicação destaca, segundo o MBL, os manifestantes do MST não possuem uma carteira de trabalho, assim, indica que não trabalhariam. O MBL, assim, atua para identificar o movimento social como um grupo que não *gera riqueza* para o país. Fato que não se confirma. Como mostra matéria da BBC⁵³, na América Latina, o MST é o maior produtor de arroz orgânico. A matéria aponta que “Apenas no município gaúcho de Nova Santa Rita, a produção do MST faz circular R\$ 7 milhões por ano”.

⁵³ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

Figura 49 - MBL reproduziu vídeo de discussão entre o MST e o MBL de Londrina



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/555088151281999>)

A relação entre a esquerda e a segurança pública é outro tema de publicações do movimento para realizar “embate de ideias” com a esquerda. Na figura 50, é destacado que o MBL replicou vídeo humorístico do Canal Hipócritas para tratar deste assunto. No vídeo, é apresentado um policial fictício que utiliza-se de brinquedos para reconstituir um crime realizado por menores. O uso de brinquedos, segundo o vídeo, é para caracterizar a forma como a esquerda encara a criminalidade a partir do “método Paulo Freire”. A reconstituição do crime também faz uso de troca de “palavrões” por palavras que o grupo identifica como “politicamente corretas”. Outra questão que é ironizada pelo vídeo é a de como a esquerda supostamente trata menores infratores. Ao ficar desarmado, a polícia ao invés de prender o menor liga para a assistência social vir buscá-lo porque ele se machucou.

Figura 50 - Vídeo humorístico é utilizado pelo MBL para desqualificar o tratamento que a esquerda dá à Segurança Pública



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/742156699241809>)

No vídeo, a dissimulação ocorre a partir da estratégia de Deslocamento. O MBL age de forma ideológica ao deslocar o sentido de uso de comunicação não-agressiva, advogado pela esquerda em outros contextos, para o de tratamento de infratores. Da mesma forma, o Deslocamento age no tratamento da esquerda acerca da questão da maioria penal. O vídeo denota que a esquerda entende o menor infrator como alguém que deve ser inimputável.

A questão da esquerda e da criminalidade também é abordada em outra publicação do MBL, como indica a Figura 51. O movimento apresenta a presidenta e Senadora do Partido dos Trabalhadores (PT) Gleisi Hoffmann em conteúdo aponta que o partido “mente”. A argumentação é construída em cima da relação entre supostas declarações do PT de que o partido reduziu a pobreza nos seus governos e que a criminalidade é resultado da pobreza, dessa forma, o aumento da criminalidade falsearia a posição do partido.

Figura 51 - As posições do Partido dos Trabalhadores sobre a violência urbana e a desigualdade são abordadas em conteúdo de humor



Fonte: Facebook MBL

(<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/741533569304122/?type=3&theater>)

Porém, na publicação não há nenhuma menção a fonte da argumentação, assim, dificultando identificar se há essa dissonância no discurso do partido. O discurso dissimula no sentido de que reduz os problemas as meras afirmações supostamente defendidas pelo Partido dos Trabalhadores, assim, a causalidade entre os temas é construída pelo MBL e não propriamente pelo partido em si.

Outra publicação, apontada na Figura 52 sobre o Partido dos Trabalhadores trata sobre os planos do ex-presidente Lula para supostamente “censurar” a imprensa caso fosse eleito no pleito eleitoral de 2018⁵⁴. Como no caso apresentado em cultura, que utilizava conteúdo do site O Diário Nacional, esse também não está mais disponível.

⁵⁴ O ex-presidente Lula não concorreu no pleito de 2018 por ter sido enquadrado na Lei da Ficha Limpa em agosto de 2018 durante a campanha presidencial. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/31/majoria-dos-ministros-do-tse-vota-pela-rejeicao-da-candidatura-de-lula.ghtml>>. Acesso em: 10 out. 2018.

Figura 52 - MBL compartilhou notícia sobre Lula supostamente querer censurar a imprensa



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/739665079490971>)

Nesse caso, a forma simbólica é ideológica por dissimular com deslocamento do significado. Como mostra o plano de governo do Partido dos Trabalhadores para as eleições de 2018⁵⁵, “As comunicações devem ser livres da ação de controle das autoridades e governantes, impedindo toda e qualquer tipo de censura, mas também da dominação de alguns poucos grupos econômicos”. O partido aponta que o projeto é se igualar a democracias consolidadas que tem uma mídia menos concentrada que a brasileira. Como proposta central para atingir esse objetivo, o Partido dos Trabalhadores indica a necessidade de um “de novo marco regulatório da comunicação social eletrônica”. O objetivo deste novo marco é “de concretizar os princípios da Constituição Federal para democratizar largamente a comunicação social e impedir que beneficiários das concessões públicas e controladores das novas mídias restrinjam o pluralismo e a diversidade”.

Sobre a concentração da mídia no mundo, a ONG Repórteres Sem Fronteiras apresenta o Monitor da Propriedade de Mídia (MOM)⁵⁶. No monitor, o Repórteres Sem Fronteiras classifica 10 Indicadores de Risco à Pluralidade de Mídia, o Brasil apresenta risco alto em seis deles. O primeiro que o Brasil apresenta alto risco está o de “Concentração da

⁵⁵ Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2018/08/plano-lula-de-governo_2018-08-14-texto-registrado-3.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

⁵⁶ Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/>>. Acesso em: 25 out. 2018.

audiência”⁵⁷. No caso do meio TV, a concentração nos quatro maiores canais chega a 70%. No impresso e no online, esta alta concentração também é verificada, segundo a ONG, nos dois meios também chega a 50%. Apenas o meio rádio não tem alta concentração por causa de sua característica que tende a regionalização. Outro indicador, que vai de encontro com a proposta do Partido dos Trabalhadores, é o de “Proteção legal: concentração de propriedade (horizontal)”⁵⁸. Segundo o MOM, a propriedade horizontal entende-se por “controle de diversos veículos de um mesmo tipo de mídia”. Apesar dessa norma ser respeitada em grande parte no Brasil de forma literal, o Brasil apresenta alto risco porque ela é burlada “por meio do uso de diferentes pessoas nos quadros de acionistas das emissoras”. Esse problema também se mantém ao analisar a propriedade cruzada, ou seja, a posse de veículos de mídia de diferentes meios (TV, rádio, internet, impresso, etc.). Segundo o MOM, o Brasil apresenta alto risco nesse indicador porque os quatro maiores grupos de mídia do país concentram quase 75% da audiência geral⁵⁹.

O Brasil também apresenta alto risco nos indicadores de "Proteção legal: transparência no controle da mídia"⁶⁰, "Controle Político sobre o Financiamento da mídia"⁶¹ e "Controle Político sobre Agências de Notícias"⁶². Os dois indicadores sobre o controle político sobre a mídia e agências de notícias mostram um cenário em que a difusão de notícias e interesses políticos confundem-se. Dessa forma, além de ter um cenário de concentração da mídia, ainda

⁵⁷ Como aponta o site da ONG, “Este indicador verifica a concentração de audiência e leitores nas diferentes plataformas de mídia, baseado no percentual de audiência. A metodologia do MOM analisa, neste caso, a concentração de audiência dos quatro maiores proprietários de cada tipo de mídia”. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/indicadores/#!184683649287ef5a9e7a369acbbadb6>>. Acesso em: 25 out. 2018.

⁵⁸ O Repórteres Sem Fronteiras classifica esse indicado como o responsável por verificar “a existência de dispositivos na legislação [...] que coíbam um alto nível de concentração nos diferentes mercados do sistema de mídia brasileiro pesquisados pelo MOM (TV, Rádio, Impresso e Internet)”. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/indicadores/#!184683649287ef5a9e7a369acbbadb6>>. Acesso em: 27 out. 2018.

⁵⁹ O MOM criou um indicador ponderado que verifica a audiência a partir de todos os meios de comunicação. A metodologia do MOM está disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/indicadores/#!184683649287ef5a9e7a369acbbadb6>>. Acesso em: 27 out. 2018.

⁶⁰ Por sua vez, “Esse indicador busca analisar a existência e a implantação de dispositivos na legislação (tanto específica da área de comunicações quanto no geral) que obriguem práticas de transparência e a disponibilização de informações no tocante à propriedade e ao controle da mídia”. Disponível em <<https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/indicadores/#!184683649287ef5a9e7a369acbbadb6>>. Acesso em: 27 out. 2018.

⁶¹ O indicador “verifica a influência política na discriminação da distribuição da publicidade estatal ou de outras fontes de financiamento estatal da mídia. Essa discriminação pode ser refletida em ‘favoritismos’ para determinadas afiliações políticas ou interesses empresariais afins ou pela penalização da mídia crítica ao governo”. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/indicadores/#!184683649287ef5a9e7a369acbbadb6>>. Acesso em: 27 out. 2018.

⁶² Por fim, “Este indicador avalia o alcance e a independência das agências de notícias concorrentes, incluindo a avaliação do controle estatal da propriedade e do nível de independência das agências de notícias estatais”. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/indicadores/#!184683649287ef5a9e7a369acbbadb6>>. Acesso em: 27 out. 2018.

verifica-se que este poder está relacionado com atores políticos brasileiros. Assim, a forma simbólica do MBL apresenta-se como ideológica já que mantém relações de poder assimétricas em relação ao acesso e difusão da mídia, bem como do poder político derivado disso.

A Dissimulação apresenta-se também quando o MBL cria a imagem de que certos posicionamentos são de “extrema-esquerda”. Em outro caso, como destacado na Figura 52, o MBL também faz uso da fonte d’O Diário Nacional – site indicado como propagador de notícias falsas – a respeito de declaração do ator Gregório Duvivier.

Figura 53 - MBL repercutiu declaração do humorista Gregório Duvivier



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/738241269633352>)

Se no exemplo anterior a mídia – e a liberdade de imprensa - é apresentada como algo a ser defendido pelo grupo, nesse caso ela é retratada como uma ameaça por se alinhar supostamente à “extrema-esquerda”. Em vídeo disponível no *Facebook*, é possível recuperar a fala realizada por Duvivier⁶³. O ator relata em tom irônico que a Globo seria de “esquerda” para algumas pessoas no Brasil pelas posições progressistas que a emissora defende. Duvivier afirma que isso deriva de um problema de “bússola” que a sociedade brasileira teria e que isso causa a dificuldade de avaliação sobre o que é “esquerda” e “direita” no país. Dessa forma, a posição do MBL em dissimular ao enfatizar que Duvivier chamou a globo de “bolivariana” reforça a posição do ator.

⁶³ Disponível em: < <https://www.facebook.com/PauloEduardoOficial/videos/greg%C3%B3rio-duvivier-a-globo-est%C3%A1-muito-%C3%A0-esquerda-de-setores-da-sociedade-brasilei/1774058619280027/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Como demonstrado nos exemplos, as formas simbólicas do MBL apresentam-se como ideológicas com uso de dissimulação quando tratam de partidos de esquerdas. Nos casos internacionais, o MBL constrói uma narrativa em cima da ideia de que a esquerda está relacionada com a reprodução sistemática de violência, assim, distorce o real significado e leva o receptor da mensagem a compreender os partidos de esquerda – ou o socialismo/comunismo – como algo que necessariamente extermina o outro. Já no caso nacional, O MBL dissimula ao tratar sobre a visão da esquerda sobre a criminalidade e a censura da mídia. Tanto quando trata de Brasil, quanto de mundo, as formas simbólicas ideológicas dificultam o entendimento do receptor sobre o que é a esquerda e suas ideias. Essa questão mostra-se mais latente no último exemplo apresentado, em que a própria crítica a dissimulação sobre o que é “esquerda” é apresentada como uma representação do que ela é e de quem faz parte dela.

Figura 54 - Conteúdo para arrecadação de fundos do MBL



Fonte: Facebook MBL (<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/731666280290851>)

Por um lado, o MBL constitui a esquerda como uma “ameaça” para a sociedade brasileira, seja pela forma que trata a segurança pública, seja por fazer parte de um movimento que *necessariamente* resulta em violência, pelo outro, o movimento apresenta-se

como solução para enfrentar a esquerda. Como mostra a Figura 53, o MBL, no texto da publicação, apresenta-se como um agente capaz de “seguir vencendo a agenda de esquerda”, bem como capaz de “tornar o Brasil um país mais LIVRE!”. Já a imagem mostra Lula e Gleisi Hoffmann do Partido dos Trabalhadores, Jean Wyllys do PSOL e o cantor Chico Buarque como opositores que querem impedir que o MBL siga a sua luta. Nessa construção de argumento, o MBL apresenta a necessidade das pessoas doarem para o MBL seguir o “embate” contra a esquerda. Dessa forma, observasse o MBL atuando, como descrito em Motta (2002), de forma semelhante a movimentos anticomunistas de outras épocas, que buscavam a partir desse discurso conseguir doações. Ainda, o MBL utiliza-se da estratégia de Diferenciação ideológica para ser apresentado como representantes do Brasil, enquanto os membros da esquerda não estariam interessados em valores nacionais.

As formas simbólicas apresentadas que articulam de alguma forma com a esquerda mostram que o *impeachment* de Dilma Rousseff não foi o “fim” da esquerda nas formas simbólicas do MBL. Pelo contrário, de certa forma, o MBL apresenta a esquerda ainda como forte para manter o antagonismo em suas mensagens. Mouffe (2015) descreve que o Populismo de Direita é responsável inverter movimentos legítimos de descontentamento entre o povo e as elites. Como a esquerda é essa elite para o MBL? A esquerda que antes detinha o Estado dava uma relativa facilidade em ser apresentada como a “elite” do país contra o povo. Agora, sem o Estado, como o MBL mantém essa relação? Pelas formas simbólicas, foi possível identificar que o MBL atua sistematicamente para manter a imagem de uma esquerda forte no país. Por mais que o MBL reproduza que a esquerda deva ser expurgada, o movimento depende que a imagem da esquerda seja de um ator político com força social. Como a esquerda é apresentada com essa força mesmo com significativa derrota eleitoral em 2016⁶⁴?

⁶⁴ Apenas 8 de 26 capitais tiveram prefeitos de esquerda eleitos no pleito de 2016. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/diego-iraheta/esquerda-e-a-maior-derrotada-das-eleicoes-municipais-de-2016_a_21699820/>. Acesso em: 09 dez. 2018.

Figura 55 - Constituição da força da Esquerda pelo MBL



Fonte: elaborado pelo autor

Na figura 54, são apresentadas algumas formas que o MBL constitui a esquerda como a “elite”, conseqüentemente, com força política na sociedade brasileira. Essa força da esquerda, como o MBL atribui, é apresentada por “meios” e “estratégias” que ela utiliza-se para manter seu poder. Os meios que a esquerda tem para manter o poder, para o MBL, vão além das estruturas tradicionais como os partidos e sindicatos. Assim, em diversas formas simbólicas ideológicas, o movimento indica que a esquerda tem uma relação direta com a mídia, como manifestou-se em publicações sobre a exposição Queermuseu, bem como a classificação da Globo como *extrema-esquerda*.

Além da imprensa, atores sociais como artistas e professores são parte importante da estrutura da esquerda nas formas simbólicas aqui analisadas. Os artistas, segundo o MBL são responsáveis por adotar estratégias como a disseminação da Ideologia de Gênero em suas obras para influenciar crianças a serem homossexuais. A relação entre a possibilidade de disseminar isso é dada com a captação de recursos por parte dos artistas. Assim, os artistas *captam* recursos do Estado – que são caracterizados como dinheiro dos pagadores de impostos – para financiar o seu projeto de esquerda relacionado à Ideologia de Gênero. Ao mesmo tempo, o MBL também *desautoriza* opiniões de artistas nacionais acerca do preconceito, já que eles são *privilegiados* pela sua situação financeira como celebridade. Por sua vez, segundo o MBL, os professores utilizam-se do seu papel de influência na sala de aula para “doutrinar” os estudantes que *ainda* não tem sua visão de mundo desenvolvida. Como destacada em uma forma simbólica, o MBL aponta a sala de aula como “a última trincheira da esquerda” após ela perder o domínio do Estado.

Assim, nota-se a permanência do anticomunismo histórico brasileiro nas formas simbólicas ideológicas do MBL. A esquerda (o inimigo) está sempre a espreita e já infiltrou-se nas mais distintas camadas da sociedade. Nesse contexto, não basta apenas *derrotar* nas urnas ou concretizar um processo de *impeachment* contra a esquerda. O MBL em 2017 coloca em movimento uma estratégia de aprofundamento da disputa de valores na sociedade brasileira. Nisso, como os anticomunistas do passado, o MBL destaca-se por identificar como “esquerda” tudo aquilo que se aponha as ideias do movimento. Dessa forma, a inclusão de minorias na sociedade brasileira, a promoção igualdade econômica e social e a tolerância são vistos como “ameaças esquerdistas” pelo MBL. Em certo sentido, as formas simbólicas do MBL em 2017 são uma continuidade do projeto do grupo. Primeiro a retirada do “inimigo” do Governo Federal, posteriormente, em 2017, a retirada de suas ideias da esfera pública e política do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das formas simbólicas ideológicas do MBL permitiu aproximar o movimento do conceito de Populista de Direita de Mouffe (2015). Como apresentado na Figura 54, o MBL caracteriza uma série de grupos sociais e manifestações como demonstração do poder da esquerda e, por isso, devem ser combatidos como um *inimigo*. A partir disso, é possível responder ao questionamento que motivou esta pesquisa. Primeiro, retoma-se a questão: como o MBL, enquanto um movimento social em rede, produz formas simbólicas ideológicas que se constituem como excludentes de identidades políticas na esfera democrática? A resposta está destacada na análise realizada até aqui. O MBL, enquanto um movimento Populista de Direita, apresenta-se como um representante do *povo* contra os *privilégios* de minorias no Brasil. Dessa forma, como destacado em diversas formas simbólicas ideológicas apresentadas, o MBL caracteriza as pautas de inclusão de negros, LGBTs, mulheres e outros grupos desfavorecidos na sociedade brasileira como *questões menores* na política brasileira ou que devem ser combatidas pelo *povo* contra os *privilegiados*.

Nisso, o inimigo que o MBL constrói ao longo de 2017 a partir de suas formas simbólicas ideológicas não se difere do que foi apresentado nas fases anteriores do movimento. Se até 2016 o movimento concentrava-se em combater o Governo Dilma Rousseff - fato que se manifestou com ainda mais força ao defender o *impeachment* desse governo -, em 2017, o alvo segue sendo a esquerda. Este estudo propiciou compreender como o MBL caracterizou a esquerda *poderosa* no país mesmo com a perda de força nas eleições de 2016. Nesse contexto, o MBL mantém sua mobilização ao alimentar-se do antagonismo com a esquerda que supostamente ainda detém o poder. Antes o antagonismo era claro: o Governo Federal; em 2017, transforma-se em uma força difusa da esquerda representada por artistas, exposições de arte, a mídia tradicional, professores e figuras importantes da política institucional.

Disso, o MBL cria conceitos e arquétipos como Ideologia de Gênero; Artistas privilegiados que recebem dinheiro dos pagadores de impostos; Sindicatos que são contra a sociedade; Professores doutrinadores. Esses grupos e expressões são constituídos como uma "elite" que adentrou em todas camadas da sociedade brasileira. Então, nessa narrativa construída pelo MBL, a esquerda segue forte e deve ser combatida em outros campos além da política institucional.

A esquerda, para o MBL, é caracterizada em formas simbólicas ideológicas apresentadas como *ainda* mais *poderosa* por dominar esses outros campos como a cultura e a educação. Nesse cenário, a política institucional, para o MBL, é caracterizada como *apenas* uma fração do todo da esquerda. Para isso, como apontado ao longo desta análise, o MBL caracteriza os desfavorecidos como favorecidos na sociedade. Nisso, ainda, o MBL assenta seu Populismo de Direita, já que é criada a ideia do *povo* prejudicado por esses supostos pertencentes a *elite*. Não obstante, vale ressaltar, esse populismo está ligado a uma demanda legítima da sociedade contra as elites estabelecidas. Como apresentado na Análise Sócio-histórica, o contexto brasileiro é de esgotamento do povo em relação ao poder estabelecido no Brasil. Assim, o país encontra-se em um cenário que as ideias contra as elites políticas e econômicas têm solo fértil para circular e se reproduzir na sociedade. Porém, a partir de suas formas simbólicas ideológicas, o MBL *desloca* quem é a elite no país. Nisso, ao mobilizar as massas, atua para manter a sociedade como ela é. Os dados e argumentos apresentados até aqui sustentam que o MBL atua dessa forma em relação a grupos sem – ou com baixo – poder político no Brasil. Dessa forma, as relações de poder assimétricas na sociedade brasileira são dissimuladas, invertidas e mantidas pelo MBL.

Diante desses apontamentos, a *Crítica da Ideologia* de Thompson (1995) mostrou-se eficaz para compreender os posicionamentos ideológicos do MBL ao longo de 2017. Ao afastar-se de leituras *simplistas* que compreendem a disputa na sociedade *apenas* no campo da luta de classes, a leitura de Thompson dá conta de disputas distintas que o MBL realiza.

Em contrapartida, este estudo apresenta um *desencantamento* dos estudos de movimentos sociais em rede descritos e defendidos por Castells. As possibilidades emancipatórias do início do Século XXI, descritas no Capítulo 2, esvaziaram-se com a ascensão de movimentos como o MBL e *alt-right* americana. Esse ponto de discussão abrindo caminho para novos estudos acerca desses movimentos sociais na Sociedade em Rede. A partir do que foi levantado até aqui sobre o MBL é possível identificar paralelos com outros movimentos e questionar o potencial emancipatório das TICs. Assim, ao invés de refundar a *Ágora* grega a partir da tecnologia, o que é sentido em vários países é um retorno do autoritarismo pelas mesmas ferramentas que prometiam um futuro mais democrático.

A resposta para essa mudança de paradigma na Sociedade em Rede pode ser explicada pela abordagem do MBL como um movimento Populista de Direita conforme a discussão realizada no Capítulo 4. As dificuldades do povo em compreender as diferenças fundamentais entre a direita e esquerda institucionalizada abre espaço para o surgimento de alternativas

mais *radicais*. Assim, converge a possibilidade de estudos entre essas duas temáticas: Sociedade em Rede e Movimentos Populistas de Direita. Questionamentos podem ser previamente levantados: as tecnologias da Sociedade em Rede ao se sobreporem a formas tradicionais de comunicação permitem uma melhor proliferação de ideias populistas? O estudo das formas simbólicas ideológicas do MBL aponta um caminho possível de análise. As TICs, ao romperem com a velha ordem da mídia tradicional como *filtro* de informações na esfera democrática permitem a comunicação entre líderes e liderados de forma mais direta. Nesse cenário, o trabalho de Castells mostra-se relevante para compreender o poder da comunicação na Sociedade em Rede. A partir dos conceitos e análises do autor é possível compreender o poder político além das formas mais *tradicionais* como as eleições. Como destacado, esses novos movimentos Populistas de Direita têm como marca a disputa da sociedade como seu objetivo primordial e, apenas de forma secundária, a sua entrada na política institucional. Assim, o estudo das formas simbólicas reproduzidas por esses movimentos mostra-se relevantes para entender o cenário político contemporâneo.

A convergência dessas duas temáticas, Sociedade em Rede e Populismo de Direita, a partir desse estudo mostra que a esfera política democrática pode vir a ser ameaçada por forças que antes apresentavam-se como emancipatórias. O estudo das formas simbólicas ideológicas do MBL indica que as TICs devem ser compreendidas como ferramentas no processo política que podem ser utilizadas para quaisquer fins. Dessa forma, a observação de movimentos como o MBL faz-se necessária para compreender o ambiente democrático no Brasil e no mundo que se abre nesse fim de segunda década do Século XXI. Os desafios teóricos e sociais estão postos já que a constante mutação do cenário faz com que a convergência interdisciplinar aumente.

Por meio da análise das formas simbólicas ideológicas do MBL, pode-se refletir sobre a comunicação como processo significativo no agendamento de políticas públicas. Assim, estudos específicos atrelando as publicações do MBL com a aprovação de projetos de lei no âmbito Municipal, Estadual e Federal podem ser orientados. Ao compreender-se como esse e outros movimentos atuam para *disputar a sociedade* e ganhar apoio aos seus projetos, pode-se implementar a mesma estratégia para a difusão de propostas *contrárias* a eles, assim, retomando o espírito de aprofundamento democrático a partir de tecnologias como Castells observou na ascensão da Sociedade em Rede.

Enquanto pesquisador, realizar este trabalho em meio ao processo eleitoral de 2018, em que a internet mostrou um canal significativo no resultado eleitoral foi oportuno – e

estorrecedor. Ao mesmo tempo que observava nas formas simbólicas ideológicas do MBL em 2017 a presença de *ataques a minorias*, também verificada o mesmo fenômeno apresentando-se durante o pleito. A tônica eleitoral foi a propagação notícias falsas a partir das redes sociais. Assuntos como Ideologia de Gênero mostraram-se não ser apenas restrito ao MBL, passando a circular em outros atores – e no ato da conclusão deste trabalho, o presidente eleito sinalizou no seu discurso de posse que a luta contra a Ideologia de Gênero seria uma de suas bandeiras. Assim, os estudos sobre a aderências dessas pautas mostram-se relevantes e que devem ser seguidos para, como já destacado, construir um ambiente que os Direitos Humanos não são vistos como um privilégio e, sim, um direito universal.

REFERÊNCIAS

- AB’SÁBER, Tales. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo, SP: Editora Hedra, 2015.
- ARALDI, Lucas. **O antipetismo no MBL**. 2016. 183 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo) – Centro de Ciências Sociais, Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, 2016. Disponível em: <<http://frispit.com.br/site/wp-content/uploads/2017/03/Lucas-Araldi-.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2019.
- BAQUERO, Marcello. **Qual Democracia Para A América Latina?** Capital social e empoderamento são a resposta? Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância Líquida**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2013.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: Vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre, RS: Editora Sulina, 2013.
- BURITY, Joanildo. **Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo**. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/107.html>>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- CANOVAN, Margaret. **Populism**. Nova Iorque: Junction Books, 1981.
- CAPUTO, Dante. El Desarrollo Democrático En América Latina: Uma perspectiva crítica del desarrollo humano desde la experiencia Latinoamericana. **Revista SAAP**, v. 5, n. 2, p. 437-452, 2011.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz & Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz & Terra, 2012.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2013.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Comunicação**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz & Terra, 2017.
- CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; RANINCHESKI, Sonia; CAPISTRANO, Daniel. O conteúdo da globalização para os latino-americanos: uma análise a partir da Pesquisa

Mundial de Valores – WVS. Temas y debates 29, año 19, p. 53-76, ene./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/tede/n29/n29a03.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2019.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: VELASCO, Sebastião; CRUZ, André Kaysel; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CHAUI, Marilene. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, SP: Editora Perseu Abramo, 2010.

COTTA, Maurizio; DELLA PORTA, Donatella; MORLINO, Leonardo. **Fondamenti di scienza política**. Bolinha: Il Mulino, 2001.

DICK, José van. *The Culture of Connectivity: A Critical History of Social Media*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2013.

EL PAÍS. Madri: **Ediciones El País**, S.L. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/politica/1506459691_598049.html>. Acesso em: 13 nov. 2017.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de Pesquisa para Internet**. Porto Alegre, RS: Editora Sulina, 2016.

GALINARI, Fabiana Flores de Carvalho. **Ativismo na internet e o impeachment de Dilma Rousseff**: as estratégias de convocação dos movimentos pró e contra a presidenta do Brasil, 2014-2016. 173 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/164349>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

GERMANI, Gino. **Authoritarianism, fascism, and national populism**. Nova Jersey: Transaction Books, 1978.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-industrial. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GOBBI, Daniel. **Identidade em ambiente virtual**: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade. 128 f. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22245/1/2016_DanielGobbiFragadaSilva.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la Acción Comunicativa**: complementos y estudios previos. Madrid: Catedra, 1994.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Assembly**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2017.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado Populista na América Latina**. São Paulo, SP: Civilização Brasileira, 1991.

IGLEHART, Ronald. **Modernización y posmodernización: El cambio cultural, económico y político**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2001.

LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2009.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 2018.

LEVY, Pierre. O ciberespaço e a economia da atenção. In: PARENTE, André (Org.). **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. Porto Alegre, RS: Editora Sulina, 2013, p.174-208.

MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia e Representação: Territórios em disputa**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A “indústria” do anticomunismo. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 9, n. 15, 2001/2002.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Coimbra: Ed. Gradiva, 1996.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, Florianópolis, SC, v. 2, n. 3, p.11-26, out. 2003.

MOUFFE, Chantal. The 'End of Politics' and the Challenge of Right-wing Populism. In: PANIZZA, Francisco (Ed.). **Populism and the Mirror of Democracy**. Londres: Verso, 2005. p. 50-71.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo, SP: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

NAGLE, Angela. **Kill All Normies: The online culture wars from Tumblr and 4chan to the alt-right and Trump**. Londres: Zero Books, 2017.

NAZÁRIO, Heleno Rocha; REINO, Luciana da Silva Souza; MANFREDINI, Rodolfo. A hermenêutica de profundidade e suas aplicações. **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**, Blumenau, v. 10, n. 2, p. 288-305, mai./ago. 2016.

NEIWERT, David. **Alt-America: The rise of the radical right in the age of Trump**. Londres: Verso, 2017.

NOBRE, Marcos. 1988+30. **Novos Estudos**, São Paulo, SP, v. 35, n. 2, p.135-149, jul. 2016.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em Movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013.

NORRIS, Pippa. A tese da "nova clivagem" e a base social do apoio à direita radical. **Opinião Pública**, [s.l.], v. 11, n. 1, p.1-32, mar. 2005.

- OXFAM. **Relatório “A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras”**. Oxfam, Brasil, setembro de 2017. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf. Acesso em: 8 jan. 2019.
- PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [s.l.], n. 100, p.119-153, jan. 2017.
- PRZEWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- SANTOS, Everton Rodrigo. **Poder e dominação no Brasil: A Escola Superior de Guerra (1974-1989)**. Porto Alegre, RS: Editora Sulina, 2010.
- SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2013.
- SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo: Reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012.
- SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: Ou como o país se deixa manipular pelas elites**. São Paulo, SP: LeYa, 2015.
- SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. São Paulo, SP: LeYa, 2016.
- SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: Da escravidão à Lava-Jato**. São Paulo, SP: LeYa, 2017.
- STIER, Sebastian et al. When populists become popular: comparing Facebook use by the right-wing movement Pegida and German political parties. **Information, Communication & Society**, [s.l.], v. 20, n. 9, p.1365-1388, maio 2017.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- ZIZEK, Slavoj. **Problema no Paraíso: Do fim da história ao fim do capitalismo**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2015.